

SUZANA ARAKAKI

DOURADOS:
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DE 1964

DOURADOS – 2003

SUZANA ARAKAKI

LOURADOS:
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DE 1964

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Dourados, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Souza.

LOURADOS – 2003

981.7 Arakaki, Suzana
A658d Dourados: memórias e representações de 1964
/ Suzana Arakaki. Dourados, MS: UFMS,
Campus de Dourados, 2003.
145p.

Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.

1. Dourados, MS – História. 2. Dourados, MS
– Memórias e representações, 1964. I. Título.

SUZANA ARAKAKI

DOURADOS:
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DE 1964

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, _____ de _____ de 2003

DADOS CURRICULARES

SUZANA ARAKAKI

NASCIMENTO:	29 de agosto de 1959 – Campo Grande (MS)
FILIAÇÃO:	Hideo Arakaki e Miyoko Arakaki
1987/1992	Curso de Graduação em Direito Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN
1982-1986 /1999-2002	Curso de Graduação em História UFMS – Dourados

RESUMO

Neste trabalho apresentamos uma abordagem das representações e memória do golpe de 31 de março de 1964 na região de Dourados, elaboradas a partir da análise de entrevistas, obras memorialísticas, jornais locais, atas do legislativo douradense e outros documentos obtidos em arquivos diversos.

A partir da concepção geopolítica que elevou o Centro Oeste a um espaço estratégico a ser “ocupado”, analisamos a política varguista implementadas na região até a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND. E com a CAND, Dourados ganha destaque no cenário econômico e político nacional, tornando-se a cidade mais populosa da região sul de Mato Grosso, agregando grande contingente de migrantes e imigrantes, bem como concentrando forças políticas, formando os atores sociais que irão se confrontar por ocasião de 64.

Percebemos que a idéia de consenso que permeia a memória local sobre o golpe, baseou-se nos discursos da imprensa tanto nacional quanto local que, aliados a outros setores da sociedade brasileira, tiveram papel decisivo na desqualificação da figura do presidente. Todavia, tais discursos consensuais podem ser desconstruídos quando confrontados com depoimentos de pessoas que, de alguma forma vivenciaram o período, as lideranças petebistas e de colonos da CAND, principais atingidos pelo golpe de 64 em Dourados.

ABSTRACT

À toda minha família, pais, irmãos, filhos e em especial a Manoel Frost Capillé, meu companheiro, que acompanhou esta pesquisa com paixão de estudante, lembrando a sua turma de 64 na Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, bem como do período em que trabalhou no Fundo para Construção da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, o FUNDUSP, lugares onde teve outra visão de 64;

À minha mãe Miyoko Arakaki, professora na sua terra natal, a ilha de Okinawa. Sua alegria com meus pequenos sucessos move meus passos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao meu orientador professor João Carlos de Souza, que mais do que simplesmente orientar, empreendeu uma verdadeira operação “ensina-me a estudar”. Soube com maestria e isenção compreender nossas diferenças ideológicas. Com competência, orientou com paciência e atenção uma madurescente teimosa. Não sei se consegui atingir suas expectativas, contudo, tentei;

Aos professores da graduação segunda fase (1999-2002), a professora Benícia Couto de Oliveira, Walteir Luiz Bettoni e aos demais a quem tive como professores também no mestrado;

Aos professores da primeira fase da graduação em História (1982-1986), a quem dedico uma paixão estudantil há vinte anos: são eles Irene Nogueira Rasslan, Odirce Teixeira, Ariadne Fitipaldi Gonçalves, Antonio Luiz Lachi, Wilson Valentin Biasoto e Marina Evaristo Wenceslau. Ainda hoje acompanham meus passos. Em 2002, quando concluí a graduação em História, estavam lá, e isso deu um sabor especial à cerimônia de colação de grau;

Aos professores do programa do mestrado, os quais exauri com minha curiosidade, em especial ao professor Cláudio Vasconcelos, coordenador do Programa de Mestrado. Foram todos elegantemente pacienciosos, dispensando atenção às minhas interpelações, nem sempre pertinentes. São exemplos que espero seguir;

Tive o privilégio de ter duas turmas de mestrado; uma, quando fui aluna especial e a segunda, como aluna regular. Agradeço a amizade de todos, mas principalmente a Simone, Jocimar, Vera, Pedro, Adilson, Giovani, Eurides, Ciro e Rigotti;

À Tereza Bressan de Souza, pelas revisões competentes de meu texto e pela carinhosa acolhida em sua casa;

Aos funcionários da Universidade, em especial ao José Carlos que me auxiliou no Arquivo da UFMS, na busca de fontes; à Erondina, Cida e Marlene da biblioteca e à Taís, na secretaria do mestrado;

Maria Aparecida Ferreira Carli, responsável pelo Centro de Documentação da UFMS/Dourados, a quem agradeço pela presteza no atendimento, além da presença amiga que muito ajudou, tentando me tirar do *armário*, próprio da madurecência, para voltar à realidade da pesquisa;

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1	
Integração e segurança nacional: geopolítica e região de Dourados	17
Capítulo 2	
Um golpe anunciado: a criação do consenso	49
Capítulo 3	
Patrulhamento sobre os suspeitos e a resistência possível	73
Capítulo 4	
Imprensa e memorialistas	100
Consideração finais	132
Fontes	137
Bibliografia	139

INTRODUÇÃO

A renúncia do presidente Jânio Quadros, sete meses após assumir o mandato, inaugurou no Brasil uma crise sem precedentes. Com a rejeição do vice-presidente eleito João Goulart por setores militares, expedientes políticos foram feitos com intuito de impedir a sua posse. A manobra do parlamentarismo não surtiu efeito duradouro, tendo Goulart conseguido a volta do presidencialismo em janeiro de 1963, após realização de um plebiscito. Acirram-se as investidas contra o governo de João Goulart, orquestradas por setores da direita e da Igreja, minando as esperanças de Jango de implantar suas Reformas de Base, as quais foram transformadas no fantasma que acabou no golpe de 31 de março de 1964, alijando o presidente do poder e instaurando no Brasil, a ditadura militar.

Pesquisar o período relativo ao governo militar em Dourados, partiu da nossa vivência pessoal. Morando em Dourados desde o início da década de 60, ainda criança e depois como estudante nas escolas públicas da cidade, vivemos esse período, hoje conhecido como “anos de chumbo”, sem muita consciência do que se passava.

Já cursando graduação em História na década de 80, e com a abertura política em transição, algumas publicações a respeito começaram a circular. Livros sobre o regime militar denunciando fatos, a respeito dos quais costumamos a acreditar que estivessem ocorrendo naquele período, aparentemente tão calmo, tão ordeiro. Particularmente o livro *Dossiê Herzog* foi por nós lido, relido e recomendado a vários amigos. Nele, é relatada a prisão e a farsa da morte de Wladimir Herzog, diretor da TV Cultura, em outubro de 1975. A morte do jornalista provocou reação dos setores democráticos, que demonstraram coragem e promoveram um ato ecumênico na Catedral da Sé, em São Paulo. Após a morte de Herzog, novamente em 1976 morre, nas mesmas condições, o operário Manoel Fiel Filho. Com o afastamento do general Ednardo D’Avila Mello, do comando do II Exército, o presidente Ernesto Geisel deu início ao que chamou de “abertura lenta, gradual e segura”. Em 1979, era decretada a anistia aos presos políticos e exilados.

A partir de 1983, o movimento “Diretas-Já” tomava conta de todo país, levando milhares de pessoas às principais capitais do país. Após o último mandato militar, em 1985, foi eleito o presidente Tancredo Neves, pondo fim a um período truculento que a todo custo tentou se esconder. Perseguições políticas, censuras, mortes, exílios, prisões, torturas mentais e físicas das mais dantescas foram praticados contra pessoas que ousaram se rebelar contra a farsa do perigo comunista. Desde os anos 80, livros e mais livros contaram e, ainda contam, como se conseguiu ou se tentou manter em silêncio a voz oprimida de quem não concordou com a truculência do governo militar.

Ao apresentarmos nosso projeto, num primeiro momento pensávamos abordar a problemática da censura na imprensa local, o que se revelou inviável. Diante dessa constatação, de debates e diálogos durante as disciplinas cursadas no programa de Mestrado, direcionamos nossa atenção para as representações da imprensa, assim como para as experiências de alguns atores sociais, como os colonos da CAND e lideranças partidárias. Buscamos saber qual o papel de tais atores por ocasião do golpe de 64 na região de Dourados.

Com o tema definido e parte das fontes nas mãos, quando tudo parecia muito fácil alguns problemas se apresentaram. Uma breve regressão de nossa vida apresentou um quadro complicado à nossa pretensão histórica: éramos um produto perfeito do regime militar. Nascidos numa família de imigrantes japoneses que chegou ao Brasil imediatamente após a Segunda Guerra, procedente de um dos países do Eixo, era natural que fôssemos “vigiados”. Os imigrantes, contudo, ao se estabelecerem no Brasil, tinham como meta o trabalho, a ordem e a obediência plena às leis brasileiras.

Na idade escolar, durante o ensino fundamental e médio, recebemos uma educação bancária, na verdadeira concepção de meros receptáculos de informações, nos moldes propostos pelo regime. Na graduação, um curso de Direito sacramentou a formação positivista que recebemos. Como desconstruir tudo isso em tão curto espaço de tempo? Como falar de resistência, se aprendemos a nunca contestar leis? Que tratamento dar a conceitos como posse ou invasão de terras? Como diferenciar movimentos sociais, greves e desapropriações? Tais dificuldades, invariavelmente, ocorriam durante a escrita de nosso trabalho, o que nos valeram horas de debates e orientação. .

A partir de então, direcionamos nossa pesquisa para análise das representações disseminadas através dos jornais locais, sobre o governo do presidente João Goulart, o golpe militar de 64, bem como as ações decorrentes após sua deflagração.

Todavia, nem todos os jornais da época foram preservados em arquivos. A única empresa jornalística que mantém em seu acervo os exemplares desde a fundação, é a do jornal *O Progresso*, ao qual tivemos acesso. Exemplares desse jornal também foram localizados no Museu Histórico de Dourados, dos quais também nos valem.

Em todo país, a imprensa, de certa forma, colaborou para a queda de João Goulart, sendo *uma das responsáveis pelo seu surgimento e fim*. Na região de Dourados, não detectamos a existência de algum periódico que contestasse a nova ordem vigente. Buscamos identificar nos artigos do jornal *O Progresso*, em suas notas e editoriais as marcas das representações que se faziam do governo de João Goulart, até a sua queda.

Foram de vital importância para nossa pesquisa os depoimentos colhidos pelos projetos de História Oral: *Ressonâncias do Golpe de 64 na Região de Dourados* e *Memória de Pioneiros*, ambos organizados pelo Professor Doutor Wilson Valentin Biasotto, contando também com a colaboração dos acadêmicos do curso de graduação em História. Embora, aos projetos não tenham sido totalmente concluídos, as transcrições das entrevistas me foram cedidas. Ao todo foram feitas vinte entrevistas, gravadas e transcritas por diversos acadêmicos. Estas foram realizadas em várias cidades que no período faziam parte da área da CAND.

O projeto *Ressonâncias*, fundamentado na metodologia de história oral temática, teve como objetivo captar vivências de pessoas que, de alguma forma, presenciaram ou participaram dos acontecimentos relativos a 64 na região, principalmente de colonos da CAND e de partidários petebistas locais. Tais entrevistas fornecem pistas para a desconstrução do discurso consensual veiculado pela imprensa, caso em que, segundo Aspásia Camargo, “[...] o jornal se revelará uma fonte altamente incoerente, com inconsistências lógicas fantásticas nas informações veiculadas ao longo do tempo, e que a história oral se tornará o nosso instrumento combativo”.¹

Já, o projeto *Memória de Pioneiros*, tratando-se de história oral de vida, pretendeu captar experiências de vida dos primeiros moradores não índios da região. Mas, por perspicácia de Analina Ferreira, hoje professora, a questão do regime militar foi incluída no rol de questões sugeridas aos entrevistados. Não teve sucesso com todos, mas em pelo menos duas entrevistas com esses pioneiros, fatos importantes vieram à tona.

¹ CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral*. São Paulo: Diadorim Editora, 1994. p. 86.

Sem os depoimentos colhidos nos dois projetos, fatalmente o ano de 64, em Dourados e região, seria apenas mais uma página que a ideologia verde oliva tentou escrever na história brasileira. Quase quarenta anos depois, ainda, nos defrontamos com pessoas receosas de falar, de pensar e de ser livre. Durante uma entrevista realizada pela professora Analina, em cuja transcrição manteve-se fiel ao depoimento, foi possível captar a intervenção de um filho do entrevistado que adverte o pai de que não deve falar certas coisas, que pode ser perigoso. Corajosamente, o entrevistado contrariou o filho, falou sobre os acontecimentos locais sem medo, talvez respaldado pela consciência de que hoje os tempos são outros, que houve mudanças.

Além dos depoimentos que fazem parte do *corpus* dos projetos acima mencionados, outras entrevistas foram feitas por nós, na tentativa de buscar informações sobre outros atores sociais, e de suas experiências em resistência à perseguições sofridas no Centro Pedagógico de Dourados, hoje UFMS, *Campus* de Dourados.

Em relação às experiências a que nos referimos, diz respeito à atuação dos professores secundários após o golpe, os quais, pela leitura de fontes impressas, alinharam-se ao regime. Para obter tais informações, buscamos ouvir alguns professores da época, que foram afetados pelo regime militar. Dentre os quais evidenciamos o professor Biasotto, como um dos protagonistas do movimento de resistência ao regime em Dourados. O episódio que envolveu professores do Centro Pedagógico de Dourados – CPD, em 1978, é um caso singular do mandonismo que se estabeleceu nos órgãos públicos em várias partes do país. Havia casos em que, rivalidades pessoais e políticas eram motivos suficientes para perseguições e demissões.

No Arquivo da Câmara Municipal de Dourados pudemos fazer a leitura dos acontecimentos políticos envolvendo representantes do Partido Trabalhista Brasileiro, através de análise das atas das sessões da Câmara, no ano anterior e logo após o golpe de 64. Tais documentos encontram-se cuidadosamente preservados.

Buscamos no Arquivo Público de Mato Grosso, eventuais registros das prisões feitas logo após o regime. Mas, nada encontramos. Além disso, nos foi informado que as fichas do DEOPS mato-grossense desapareceram.

Outra surpresa tivemos no Arquivo Geral do Fórum de Dourados, onde não encontramos nenhum inquérito arquivado envolvendo as pessoas presas no período pesquisado. O Arquivo é totalmente computadorizado, com registros de processos desde 1930. Averiguamos cada nome citado pelas fontes, mas nada foi encontrado.

Além das entrevistas e pesquisas em arquivos, fizemos uso de material fotográfico, que serviu para respaldar nosso entendimento de que a região de Dourados surgiu, na década de 50, como um pólo de desenvolvimento adquirindo, a partir de então, destacada importância política.

Grande parte do material fotográfico utilizado nesta pesquisa fez parte de um livro, intitulado *Memória Fotográfica de Dourados*, organizado pela Professora Regina Heloiza Targa Moreira, da UFMS. Após a publicação do livro, todo acervo da pesquisa foi doado ao Centro de Documentação Regional da UFMS, de onde pinçamos as imagens que, ao nosso ver, formatam o quadro que idealizamos: uma região privilegiada pelo projeto colonizador de Getúlio Vargas, que passou a ter significado estratégico no contexto estadual. Na busca de imagens, valemo-nos, também, do acervo de fotografias do Museu Histórico de Dourados.

As principais fontes deste trabalho, a imprensa e as entrevistas de alguns atores sociais podem ser pensadas no campo da memória. Recorremos à concepção benjaminiana, por sua vez fundamentado em Proust, para diferenciá-las. O jornal pode ser definido como memória voluntária, disponível pela reprodutividade técnica, à qual se tem maior acesso, pela preservação dos registros. Os depoimentos, fundados na experiência, caracterizam a memória involuntária. Esta não é fixa e nem voltada apenas para o passado, possui também enraizamento no presente. Importante aspecto a ser considerado numa sociedade que ainda precisa ampliar sua democratização. O perigo a ronda, lembrando mais uma vez Walter Benjamin; nada mais estimulante do que dialogar com as reminiscências daqueles que enfrentaram tempos ameaçadores.²

Destacamos a importância dessas fontes no estudo da memória sobre o golpe em Dourados, sob outro aspecto, como importante apreensão das especificidades locais. Conforme Janaína Amado: “A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade”.³ Assim, procuramos explorar as possibilidades oferecidas pela história local.

Quanto à opção historiográfica, adotaremos como perspectiva de análise, a história política, todavia, a nova história política, que no Brasil, se dá a partir da década de setenta.

² BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993. Ver principalmente os textos: A imagem de Proust e A obra de arte na era da reprodutividade técnica.

³ AMADO, Janaina. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas: história regional e local*. p. 13

Segundo Vavy Pacheco Borges, a partir desse período, a política passa a ser entendida como o campo aonde as disputas sociais se decidem, tendo o Estado um outro peso:

Uma outra forma de história política nasce com a crítica da história feita “sob a ótica das classes dominantes”, repensa-se a construção de uma história oficial dentro da ótica da luta de classes. Nessa linha, por exemplo, procura-se fazer uma história dos movimentos sociais [...].⁴

Francisco Falcon ao falar sobre o poder e política, estabelece imediatamente uma ligação entre os dois conceitos que, para a história tradicional, segundo análise do autor, o poder é visto atrelado a uma visão dominante, sendo o:

[...] *poder* como algo inerente a certos indivíduos e instituições – a começar pelo Estado - ao conceito de *poder* como um tipo de *relação social* concebida como de natureza plural – os *poderes*. Tratar-se-á aí da historiografia tradicional e de sua tendência multissecular de abordar apenas a *política* como se fosse esta a única forma /lugar do poder.⁵

Falcon também estabelece a década de setenta como marco historiográfico: Até então, dominava na historiografia brasileira a história política tradicional: “Teoricamente porque, antes de 1970, predomina a historiografia política e esta é constituída em quase sua totalidade pelo modelo que denominamos de história política tradicional”. Falcon acrescenta que tal periodização atende a uma dupla expectativa de mudança, tanto em termos de história, quanto social.⁶

Os resultados das pesquisas, busca de fontes, diálogos com a bibliografia traduzem-se neste trabalho que se apresenta dividido em quatro capítulos. No primeiro, buscamos contextualizar geopoliticamente a região Centro-Oeste, dentro da conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial, quando se acirram o confronto entre sistemas capitalista e comunista, encetado pela política norte-americana. Dentro dessa visão de proteção de fronteiras, tanto geográfica quanto ideológica, procuramos situar a criação do Território Federal de Ponta Porã e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a CAND, modelo da política de colonização do governo de Getúlio Vargas.

⁴ BORGES, Vavy P. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. Vol. 12, n. 23/24. São Paulo, Anpuh/Marco Zero, set 91-ago 92, p. 7-18.

⁵ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion C. VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 62.

⁶ *Ibidem*. p, 81.

No segundo capítulo, tentamos apreender o panorama político na região, procurando visualizar as lideranças partidárias e a receptividade ao governo de João Goulart antes de sua queda. Destacamos a vinda do presidente a esta cidade e, após o golpe, as ações de apoio à “causa revolucionária”, tais como, a realização de comícios e marchas, além da campanha de arrecadação de ouro, idealizada em todo país, destinada a ajudar no pagamento da dívida brasileira. Em Dourados, verificamos a realização dessa campanha, sob coordenação do jornal O Progresso e do Lions Clube. As fontes utilizadas neste capítulo foram depoimentos, atas da Câmara Municipal e jornais da época.

No terceiro capítulo, captamos as ações de perseguições e prisões aos “contra-revolucionários” de 64. O objetivo central deste capítulo pauta-se no entendimento de que o golpe não foi aceito passivamente e que, na inexistência de ativistas comunistas ou assemelhados, tomou o viés da contenda política, ocasião em que partidários do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, tornaram-se alvo de perseguições políticas na região.

Para consecução de nosso trabalho fizemos uso de depoimentos colhidos por nós e também através dos projetos *Ressonâncias do golpe de 64 na região de Dourados* e *Memória de Pioneiros*. Analisamos também as atas da Câmara Municipal, onde captamos o papel do PTB no contexto político municipal e o papel exercido pelo prefeito petebista Napoleão Francisco de Souza por ocasião do golpe de 64.

O quarto capítulo, procuramos demonstrar o papel desempenhado pela imprensa local na construção de uma certa imagem desqualificadora do governo Goulart, comparando com a grande imprensa nacional. A criação dessa imagem exerceu forte influência na deflagração do golpe em 31 de março.

Ainda neste capítulo, analisamos algumas obras memorialísticas, buscando captar a construção do discurso mato-grossense sobre o período, que consolida a idéia de consenso em torno do discurso “revolucionário”. No enalço das produções sobre o objeto da pesquisa, detectamos serem poucas as obras referentes ao tema, e na grande maioria delas, a “revolução” é enaltecida e comemorada.

A bibliografia mato-grossense sobre o tema, produzida por memorialistas regionais, sendo em geral obras escritas por autores ligados à elite dominante, formalizam o consenso de que não tivemos um golpe, mas sim uma revolução necessária, que veio proteger o país contra a ameaça comunista. Tal visão, todavia, vem sofrendo revisões pela análise mais acurada, das pesquisas acadêmicas.

CAPÍTULO I

INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL: GEOPOLÍTICA E A REGIÃO DE DOURADOS

A intensificação da ocupação da região de Dourados por não índios, data do último quartel do século XIX, ao final da Guerra do Paraguai. Aos remanescentes, ex-combatentes da guerra que permaneceram na região, juntaram-se os primeiros migrantes gaúchos, provenientes da região sul que se deslocaram rumo ao norte, fugindo da revolução federalista. As terras ocupadas por esses novos atores, pertenciam ao município de Ponta Porã.

Do território originalmente indígena, foi o autóctone sistematicamente desalojado de suas terras. Foram presas fáceis dos bandeirantes, ávidos por ouro e mão-de-obra a ser usada nas plantações paulistas e, submetidos à catequese pelos religiosos. Transformado em parceiros, na defesa das fronteiras brasileiras, o indígena foi aliado do Brasil na Guerra contra o Paraguai. Ao final da guerra:

[...] os índios não conseguiram o essencial, que era a garantia de permanecerem livres e seguros em suas terras. Pelo contrário, com o fim do conflito intensificou-se a apropriação das áreas indígenas por fazendeiros da região e por antigos soldados envolvidos na guerra. Esta situação foi se agravando até o início do século XX, quando constatada e denunciada por Cândido Mariano Rondon.¹

¹ VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso*. Campo Grande : UFMS, 1999. p. 95.

Até então objeto de curiosidades nos relatos de viajantes europeus e nos estudos religiosos e científicos, o índio passou a ser um elemento indesejado para o novo contexto que se apresentava, qual seja, o projeto civilizador do início da República que desejava integrar o índio à nação. Integrar, naquele momento, representava tirar o índio do *estado de natureza e barbárie* em que vivia. É com este intuito que, a partir de 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio –SPI.

O papel do índio na historiografia mato-grossense figura entre secundário e obstáculo a ser superado. Segundo Zorzato:

No que diz respeito às narrativas das contendas com os indígenas relativas ao início da inserção de Mato Grosso “na história”, isto é, após a colonização, elas reforçam, sobretudo a imagem de “obstáculos” a superar. Mas não se detém em relacionar massacres, extermínios, escravizações e perseguições feitas pelos seus antepassados contra os índios. Os historiadores apenas resgatam a superioridade civilizatória dos sujeitos que adentram o sertão. Essa superioridade é, a princípio, militar, contra a qual os indígenas têm que ceder. Transforma-se, em seguida, em capacidade de civilizar.²

O homem branco atribuiu-se o papel civilizador e, segundo Zorzato, é a partir dessa concepção que se verifica um longo silêncio da presença indígena na historiografia local. Silêncio e ausência que serviram de cortina para as sucessivas expropriações de suas terras.³

Os primeiros migrantes chegaram à região de Dourados no final do século XIX. A nova aglomeração que se formava recebeu, inicialmente, o nome de São João Batista de Dourados, topônimo conseqüente de sua proximidade com o rio Dourados. Em 1900, foi denominada Paróquia de Dourados, através da Resolução Estadual n. 255. Com a construção das primeiras casas e a formação de um pequeno aglomerado urbano, passou a se chamar de Patrimônio de Dourados, para logo a seguir, em 13 de junho de 1914, ser transformado em Distrito de Paz. Permaneceu subordinada a Ponta Porã até a sua emancipação político-administrativa, em 20 de dezembro de 1935, pelo decreto estadual n. 30.⁴

² ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1998. p. 100.

³ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Ausência e produção do esquecimento: a história indígena em Mato Grosso do Sul. In: *Fronteiras*. Revista História UFMS. jul/dez. 1998. p. 105-122.

⁴ IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. XXXV vol. Rio de Janeiro, 1958. p. 184.

Nesse período, o município de Dourados contava com cerca de quinze mil habitantes e sua economia baseava-se no parco comércio. A região ainda vivia sob a sombra da Companhia Matte Larangeira, empresa que monopolizava a exploração da erva mate. Dourados era um “porto de coleta de erva-mate” que mais tarde transformou-se em município.⁵

Segundo o IBGE, “[...] o progresso foi lento. Seus primeiros passos lutavam com dificuldade de meios de transporte e deficiência de vias de comunicações, principalmente para Campo Grande, ponto natural do escoamento de sua produção agrícola [...]”. Situação que mudaria ao longo da década de 1940.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1937-1945), denominado Estado Novo, foi lançada a campanha *Marcha para o Oeste*, que consistia na política de incentivo ao povoamento da parte oeste brasileira. A campanha assentava-se nos fundamentos da geopolítica, concepção que remonta às vésperas da primeira Guerra mundial, quando os países envolvidos lutavam em busca de expansão territorial, denominada de “espaço vital”. A Marcha para o Oeste, diferentemente daquela concepção, buscava a expansão interna, isto é, dentro do território brasileiro.

Visando a integração das regiões, a Marcha, sobretudo, estava inserida no discurso varguista, de construção: “[...] de um Estado forte para impulsionar o desenvolvimento econômico à base da coesão nacional”.⁶

Após assumir o poder, Getúlio Vargas idealizou o fortalecimento do Estado como forma de combater as oligarquias regionais. Para tanto, nomeou interventores nos Estados vinculados diretamente ao aparelho burocrático, neutralizando o poder das elites estaduais:

Para Marisa Bittar, o Estado Novo, caracterizado pelo poder ilimitado do presidente Getúlio Vargas, serviu para implementar:

O mecanismo de integração e concentração de poder, por meio da cooptação política, bem como a ação do Estado como gestor do desenvolvimento capitalista enquadrava-se no conceito teórico definido como *via prussiana*, isto é, a modernização conservadora. [...] Aglutinando forças convergentes e controlando as antagônicas, o Estado Novo se consolidou cada vez mais no poder, sempre ajudado pelos

⁵ BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880 -1940)*. Campo Grande: UFMS, 2000. p. 94.

⁶ BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. São Paulo: USP, 1997. Tese (Doutorado em História), p. 186.

mecanismos centralizadores que esvaziavam o regionalismo e favoreciam a desarticulação do poder oligárquico.⁷

O intervencionismo estatal na economia tinha como objetivo o desenvolvimento industrial e consolidação do mercado interno, configurando as regiões Norte e Centro-Oeste como novas fronteiras agrícolas e a localização da produção industrial no eixo São Paulo-Belo Horizonte–Rios de Janeiro. É nesse contexto, de integração espacial e econômica que se insere a campanha Marcha para o Oeste:

Postulada pelo pensamento político e geopolítico do regime no decorrer dos anos 30 e 40. A retórica criada sobre o fato de o Brasil ter, à época, quase a metade de seus espaços territoriais desocupados, fortaleceu-se após 1930 e, particularmente, com o estabelecimento do Estado Novo, quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado à ideologia do regime. Esboçando a intenção de ocupar esses espaços vazios surge o *slogan* “*Brasil, país do futuro*”, sintetizando a retórica nacionalista sobre a interiorização do país.⁸

A ocupação, segundo Alcir Lenharo, simbolizava a união simbólica de todos os brasileiros “[...] articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada, superadora de conflitos sociais. A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros [...]”⁹ A Marcha, ainda segundo Lenharo, serviu para:

[...] orientar economicamente o país, neutralizar “os efeitos dissociadores”, “afastar os problemas secundários” limando o caminho principal da integração das ilhas econômicas, através do alargamento do mercado interno. O Estado novo viera para ampliar a diversificação da produção, agrupar núcleos econômicos através de um sistema de transportes, e, desta forma, assegurar um “poderoso vigaamento à unidade nacional”.¹⁰

Os projetos visando a integração regional decorreram de estratégias geopolíticas, estudos desenvolvidos a partir do conhecimento acurado do espaço geográfico para, efetivamente, implantar ações de Estado. A composição semântica vem de geo – terra, e política – arte de governar. Espaço de discussão para várias teorias e doutrinas, a

⁷ Ibidem, p. 185.

⁸ Ibidem, p. 186.

⁹ LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. São Paulo: Unicamp, 1985. p. 18.

¹⁰ Ibidem, p. 26.

geopolítica, no Brasil, encontrou nos meios militares sua seara.

Para Marisa Bittar, a campanha Marcha para Oeste foi idealizada a partir dos fundamentos teóricos da geopolítica que nortearam a Primeira Guerra Mundial. Todavia, no Brasil, ao contrário dos países envolvidos na primeira guerra que procuravam conquistar territórios, “o espaço vital”, o espaço a ser conquistado era o espaço interno. Os estudos de Bittar apontam as referências que alicerçaram o projeto de Getúlio Vargas: a ocupação das fronteiras vislumbradas na obra de Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste* e a interiorização do país, prevista por Mario Travassos. A tese defendida por Travassos consistia na ocupação do oeste brasileiro como fator determinante para a liderança brasileira no âmbito da América do Sul, emergindo como potência regional: e na determinação do próprio presidente Getúlio Vargas que, ao contrário dos pensamentos anteriores, pretendia apenas a expansão demográfica e econômica dentro do território nacional.¹¹

Bittar considera ainda que a expansão econômica está diretamente ligada a expansão do capitalismo no Brasil e que a mesma se deu pela via autoritária, visto que, aliado à expansão geográfica e econômica, estava dentro das pretensões de Vargas, o controle sobre o território nacional. Era preciso, no entanto, conhecer o território a ser ocupado, para melhor controlá-lo. Foi nesse contexto que se deu a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1938, cujos estudos visavam fortalecer o Estado Nacional.

Os territórios federais, parte do projeto Marcha para Oeste, durante o governo de Getúlio Vargas, segundo Foweraker, destinavam-se a desenvolver as regiões de fronteira mediante a colonização, além de resguardar fronteiras e, como os governos estaduais não tinham condições financeiras para realização do projeto, coube ao governo federal a tarefa¹².

Nos anos 30 e 40, os estudos geopolíticos sobre política de fronteiras protagonizados por Everardo Backheuser serviram, primeiramente, de inspiração para a criação dos territórios federais, inclusive o de Ponta Porã. Segundo, a fronteira é a epiderme do organismo estatal, captadora das influências e pressões forâneas e, como tal, deve estar subordinada ao poder central e não às autoridades regionais que manifestam

¹¹ BITTAR, Marisa. op. cit. p. 198.

¹² FOWERARKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 135

menor sensibilidade para esses problemas. Foram criados os territórios federais de Amapá, Roraima, Rondônia, Fernando de Noronha, Ponta Porã e Iguazu.

Afigura-se-nos que Backheuser, ao formular tais teorias, estivesse olhando diretamente o estado de Mato Grosso e seu estreito relacionamento com a Companhia Matte Larangeira, onde interesses público e privado se imiscuíam sem pudores, desde os tempos do império. O Território de Ponta Porã durou pouco tempo.

O Território federal de Ponta Porã, criado em 21 de setembro de 1943, congregou os municípios de Dourados, Rio Brillhante, Ponta Porã, Maracaju, Nioaque, Bela Vista e Porto Murtinho. Sua criação ensejou nos habitantes, particularmente para os da região de Dourados, perspectivas de desenvolvimento. Este município encontrava-se limitado economicamente sob o jugo da Companhia Matte Larangeira, uma vez que esta havia sido detentora de um contrato de arrendamento que abrangia extenso território de onde se extraía a erva mate, planta nativa da região:

Desde o início da sua criação, o Território espalhou por toda área um ambiente de esperança e de muito otimismo, tendo em vista que, naquela ocasião, as células que compuseram o seu arcabouço estavam vivendo momentos de angústia e de aflição, com a falta de recursos com que levar à frente os trabalhos de desbravamento da inóspita região. As extensas matas que cobriam o seu solo fertilíssimo, em sua quase totalidade achavam-se em poder da Cia. Mate Laranjeira, que as arrendava ao Estado de Mato Grosso para extração da erva-mate.¹³

Para maior compreensão deste processo, recuperaremos, ainda que de forma breve, algumas referências sobre a citada Companhia. A empresa que havia inicialmente obtido do governo Imperial em 1882, contrato de arrendamento de terras na então Província de Mato Grosso para extração da erva mate, teve os domínios ampliados no período Republicano, chegando a deter três milhões de hectares. Desde então a empresa inibia a ocupação das terras de que era concessionária.¹⁴

A habilidade de Thomaz Larangeira, um dos donos da empresa, foi tecida ainda nos tempos da Guerra do Paraguai, quando prestava serviços às tropas brasileiras. Terminada a

¹³ CAPILÉ JR, João Augusto; SOUZA, Júlio; CRUZ, Maria de Lourdes da. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: [s.n.], 1995. p. 33.

¹⁴ A área ocupada pela Matte Larangeira é controversa. Alguns autores como Gilberto Luiz Alves e Fernando Tadeu de Miranda Borges, falam em 3 milhões de hectares, reduzidos para 1,8 milhões de hectares em 1916; Alcir Lenharo, com base em Foweraker, estima em 1 milhão de hectares a área explorada pela empresa; Odaléa C. D. Bianchini refere-se a uma vasta extensão de terras concedidas em 1882, delimitada em 1916 em 1.440.000 hectares.

guerra, Larangeira continuou servindo, na condição de abastecedor de víveres, à Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai. Foi nessa condição que se aproximou do coronel de engenharia Rufino Enéas Galvão, que mais tarde veio a ser o Presidente da Província de Mato Grosso e acabou por obter a concessão do Império para explorar os ervais matogrossenses.

Ao final da Guerra do Paraguai, a Matte foi indiretamente beneficiada por uma questão geopolítica envolvendo o império brasileiro e Madame Lynch. A companheira de Solano Lopez reclamou, em nome de seu filho, com o ditador paraguaio, terras matogrossenses invadidas pelo paraguaio Martins Urbietta. O litígio findou em 1902, com a decisão desfavorável à Lynch.

A decisão jurídica obedeceu a lógica de proteção da fronteira oeste brasileira, e nesse sentido, a concessão de terras devolutas à Matte Larangeira, “[...] serviu como óbice às pretensões de elementos estrangeiros, no sentido de ocupar as terras ao sul de Mato Grosso.”¹⁵

Desde a primeira concessão, em 1882 até 1943, com a criação do Território Federal de Ponta Porã e o conseqüente cancelamento do contrato de arrendamento, a Companhia Matte Larangeira explorou quase que com exclusividade a extração de erva mate.¹⁶ Usando principalmente a mão-de-obra paraguaia, através desta cooptava a mão-de-obra indígena. O tratamento da Companhia para com os trabalhadores e a proibição de ervateiros independentes, gerou conflitos na região. As condições desumanas impostas aos trabalhadores os expunham a toda sorte de violências. Submetidos a um sistema de escravização branca, perpetuada pelo sistema de barracão, os trabalhadores ainda ficavam à mercê do capataz e da polícia existente na Companhia, que davam combate ao contrabando da erva. Segundo Alcir Lenharo:

O império econômico e policial da Matte Larangeira era permanentemente acossado por pequenos bandos de fronteiriços e paraguaios – os “bochinceros”- que faziam penetrar bebidas alcoólicas nos ranchos, trocadas por mate obtido clandestinamente[...]. A armadilha do endividamento, a produção exigida até a exaustão, a penúria material e a falta absoluta de recursos somavam-se à exploração moral [...] reduzidos a uma condição sub humana. [...] O capataz constituía autoridade incontestável; fazia uso indiscriminado da violência [...],

¹⁵ BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. op. cit., p. 87.

¹⁶ Embora fosse sistematicamente combatida pela Companhia Matte Larangeira, a presença de ervateiros independentes era constante em várias partes da área sob exploração da Matte.

brutalizava-os com castigos físicos, submetia-os a fusilamento (sic) e explorava a precoce prostituição de suas filhas.¹⁷

Lenharo observa ainda que esse quadro era de pleno conhecimento das autoridades estaduais, que optavam por ignorá-lo, preferindo enaltecer “o papel colonizador da Matte”.

Tendo visitado a Companhia Matte Larangeira na década de 40, Getúlio Vargas convenceu-se da necessidade da “[...] expansão colonizadora, e da a mobilidade das fronteiras, pois nem sempre as fronteiras políticas coincidiam com a fronteira econômica [...]”.¹⁸ No que tange a Mato Grosso, as intenções de Vargas esbarravam na Matte Larangeira. Segundo Bianchini:

[...] viu-se a preocupação de Vargas em integrar o Oeste ao resto do Brasil, política conhecida como Marcha para o Oeste, que acertaria em cheio a Matte Larangeira. De nada adiantou a visita de Vargas às suas instalações. A questão das concessões de terras devolutas de Mato Grosso estava na mira do Interventor, que dava conhecimento a Vargas das medidas tomadas.¹⁹

O cerco ao monopólio da Matte Larangeira se fechou com a criação do Território Federal de Ponta Porã, que se deu através do Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943.

A década de 40, portanto, abriu-se para Dourados com perspectivas promissoras. Dois acontecimentos demarcaram a trajetória da região de Dourados no ano de 1943: a criação do Território Federal de Ponta Porã, em setembro de 1943, e o da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, em outubro do mesmo ano. O decreto lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1963, que criou a CAND, estabeleceu a demarcação de 300 mil hectares no município de Dourados (vide mapa ao final deste capítulo) que, à época, pertenciam ao Território Federal de Ponta Porã.

A criação do Território tinha como escopo promover o desenvolvimento da região, até então considerada como potencialmente rica, todavia, inóspita e insegura, entregue aos bandos armados, vislumbrando um quadro de desordem e violência, denominado por Corrêa como um império de bandidos. O Mato Grosso segundo o autor ficou conhecido durante quase toda a primeira metade do século como terra de bandidos e, na realidade, o

¹⁷ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 62-63.

¹⁸ BIANCHINI, Odaléa da Conceição Denis. op. cit., p. 243.

¹⁹ Ibidem, p. 242-243.

banditismo floresceu na região com características endêmicas, a ponto de se comparar ao cangaço nordestino.²⁰

A violência existente no sul do estado foi atribuída aos bandos armados que espalhavam terror entre as fazendas. Precisamente nesta região fronteiriça, antigos moradores lembram que a criação do Território trouxe esperança de desenvolvimento, haja vista que a cidade sobrevivia com poucos recursos, além da segurança pública seriamente comprometida pela ação de:

[...] grupos de facínoras conhecidos como *quateros*, que rondavam as fazendas mais prósperas nelas promovendo terríveis chacinas, cujo reflexo transformava-se num pavor incontido em meio à população local. [...] não bastasse tanta agrura na vida dos mato-grossenses daquela região, o governo do Estado, pensando em dar cobro a tanto mal reunido, criou um grupo policial denominado Captura.²¹

Os *quateros* eram na maioria trabalhadores paraguaios que, inconformados com as condições desumanas de trabalho na Companhia Matte Larangeira, reuniam-se em bandos, passando à prática de roubo de gado nas fazendas da região.²²

A exploração dos ervais nativos, até então atividade exclusiva²³ da empresa concessionária, passou às mãos de particulares. Em 1944, logo após o vencimento do contrato de arrendamento com a Matte e a decisão do estado em não renová-lo, as terras em questão voltavam ao poder do estado, possibilitando a formação, na região, de uma associação de produtores autônomos, composta de 145 associados, entidade devidamente registrada sob o nome de Cooperativa de Produtores de Mate Dourados.

Logo após a criação do Território Federal de Ponta Porã, em setembro de 1943, o contrato de arrendamento de terras concedido à Matte Larangeira não foi renovado, eliminando, de certa forma, o controle da Companhia sobre as matas nativas ricas em erva mate. A partir de então, o vasto território dominado pela empresa ficou sob fiscalização federal.²⁴ No entanto, a companhia continuou operando a extração da erva em suas próprias terras.

²⁰ CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 1995. p. 149.

²¹ CAPILÉ JR, J.A.; SOUZA, J.; CRUZ, M. L. op. cit., p. 33.

²² Sobre as condições de exploração do trabalho na Companhia Matte Larangeira, ver *Selva Trágica*, de Hernani Donato. São Paulo, 1959.

²³ Embora a exploração da erva-mate fosse exclusividade da Companhia, existiam na região inúmeros exploradores independentes.

²⁴ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 66.

O Território foi extinto em 1946. O art. 8º das Disposições Transitórias extinguiu os territórios de Iguazu e Ponta Porã, decepcionando a população local. O povo interpretou o fato como um golpe contra o Território, praticado pelo deputado federal João Ponce de Arruda. Capilé retrata o entendimento do fato, por parte da população, como um:

golpe solerte que trouxe as piores conseqüências para os oito municípios que compunham o Território. As administrações e o povo receberam o fato com enorme sentimento de pesar e, Dourados, não fosse a Colônia Agrícola Nacional, que já começava a tornar-se auto-suficiente, perderia o grande entusiasmo na luta pelo seu desenvolvimento. Ainda assim, não foi fácil vencer o trauma causado por tão duro golpe. [...] a população douradense chegou quase a capitular. Entretanto, a iberdade do solo e a firme determinação do povo conseguiram, não sem dificuldades, superar tão terríveis males.²⁵

O futuro sombrio esperado com a dissolução do Território de Ponta Porã, todavia, não se concretizou, pelo menos para a região de Dourados, que, com a criação da Colônia Agrícola Nacional, tomou rumo próprio.

A colônia Agrícola Nacional de Dourados foi criada também por decreto presidencial, um mês após a criação do Território de Ponta Porã. Marisa Bittar observa que a colônia deveria ter sido criada no ano anterior, ou seja, em 1942, não fosse a recusa pelo interventor do estado, Julio Muller, em ceder terras necessárias para sua implantação. Analisando a questão sob o prisma divisionista, esta mesma autora observa que o interventor não teve interesse na criação de uma colônia no sul, todavia, criou a de Poxoréu, no norte do estado, que não deu certo. Bittar considera que, não obtendo colaboração do interventor:

[...] sob a lógica da interiorização nacional e, portanto, da consolidação do capitalismo pela *via prussiana*, que Vargas criou, em 1943, a **Colônia Federal de Dourados** e o **Território Federal de Ponta Porã**, ambos por decreto e ambos no sul do estado.²⁶

A partir de 1943, com a implantação da Colônia Agrícola Nacional – CAND - decorrência da política de ocupação territorial do governo de Getúlio Vargas, denominada

²⁵ CAPILÉ JR, J. A.; SOUZA, J.; CRUZ, M. L. op. cit., p. 35.

²⁶ BITTAR, Marisa. op. cit., p. 189.

Marcha para Oeste²⁷, intensificou-se o crescimento populacional na região de Dourados, principalmente na área rural. Segundo o IBGE:

Com a criação [...] da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, e a conseqüente melhoria dos meios de transporte com a construção – ainda que precária – de estradas de rodagem, deu-se a “corrida” de imigrantes, fenômeno que veio alterar profundamente a fisionomia daquele aglomerado humano [...].²⁸

De fato, a política de Vargas de ocupação de espaços vazios, entre esses foram identificadas as regiões Norte e Centro-Oeste, que fizeram parte do discurso colonizador varguista. Segundo Oliveira:

[...] a política de colonização de Vargas, durante o Estado Novo, teve como fio condutor o desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, os projetos desencadeados pelo governo federal foram direcionados visando a alcançar esse objetivo. O projeto colonizador estadonovista no Centro-Oeste, por exemplo, vinculava-se ao projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo, haja vista que os elementos básicos para tal empreendimento existiam, quais sejam, espaços geográficos despovoados ou semi-povoados com terra fértil em abundância; e trabalhadores sem terra que sonhavam em adquirir um pedaço de chão, contingentes de trabalhadores desempregados nas cidades, vítimas da seca do nordeste.²⁹

A partir da implantação do projeto colonizador de Vargas e da criação da Colônia Nacional, verifica-se uma corrida pela terra na região de Dourados. De 13.164 habitantes, a população rural passa para 68.487 em apenas duas décadas, resultado da implantação da CAND, que passou a receber migrantes e imigrantes interessados na exploração agrícola da região. Gaúchos, nordestinos, mineiros, paulistas, catarinenses e paranaenses, além de imigrantes japoneses somaram-se à população já existente na região. De acordo com GRESSLER:

O elemento nordestino, geralmente de família numerosa, radicou-se nos lotes da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, dedicando-se à agricultura de pequeno porte.

²⁷ Sobre o tema, ver LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1985 e FOWERARKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

²⁸ IBGE *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: 1958. p. 185.

²⁹ OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1956)*, 1999. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, p. 134.

Os paulistas, catarinenses e paranaenses vieram para a região, atraídos pelo incremento agrícola, dedicando-se às atividades comerciais vinculadas, de um modo geral, à agricultura.

O imigrante gaúcho, atraído pelos preços das terras, traz uma forte influência cultural, uma tradição agrícola de alto nível e técnicas esmeradas no tratamento do solo, dedicando-se ao cultivo da soja, do trigo e do arroz.³⁰

A presença paraguaia remonta ao período colonial que uniu guaranis e espanhóis. O relativo isolamento de Mato Grosso em relação aos centros brasileiros, fez com que o estado sempre estivesse ligado ao Paraguai, dele dependendo para abastecimento interno, além de usufruir dos serviços médicos e escolares do povo guarani. José Carlos de Souza, que pesquisou a presença paraguaia na região de Dourados, afirma que:

A aliança do povo guarani com os espanhóis fez nascer uma população que adquiriu o hábito europeu de descobrir terras e fundar povoações. No estado de Mato Grosso, o migrante paraguaio descobriu e explorou ervais, cortou madeira, criou gado e, povoando regiões lindeiras, contribuiu para o desenvolvimento dessas extensões de terra. A afluência de paraguaios para o Brasil aumentou a partir de 1914. Não houve períodos de declínio: os anos posteriores a 1936 trouxeram ainda mais paraguaios para as terras brasileiras.³¹

O nordestino veio, sobretudo atraído pela possibilidade de posse de um lote de terra da CAND. Além da Colônia Nacional, outras colônias foram fundadas, promovidas por particulares. Nesse caso, tratou-se da chamada “colonização dirigida”, assim era entendida a política de ocupação de terras devolutas, implementadas pelo governo do estado com intermediação de empresas colonizadoras.³²

Joana Prado Medeiros em estudo de caso sobre a formação da Colônia dos Baianos e da Colônia Café Porã, faz um criterioso levantamento sobre esse tipo de empreendimento. Nos dois casos, as terras foram compradas de empresas colonizadoras e divididas em lotes, onde foram assentadas as famílias. No primeiro caso, os nordestinos, no segundo, japoneses. Seguida à derrubada da espessa mataria, em ambas as colônias foi plantado café. Os japoneses, de situação financeira mais sólida, conseguiram acumular capital e manter-se na terra. Já o nordestino:

³⁰ GRESSLER, Lori Alice. SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados: 1998. p. 105.

³¹ SOUZA, José Carlos de. *A identidade do migrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989-1999)*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS, 2001. p.83.

[...] manteve sua vida de forma cíclica, isto é, trabalhando de forma independente, porém não conseguindo nunca acumular capital, por depender apenas das boas colheitas, até chegar o momento de vender sua pequena propriedade [...].³³

Os estudos realizados por Prado e Oliveira a respeito do destino dos nordestinos da Colônia dos Baianos são coincidentes. Por falta de estrutura e apoio dos órgãos do estado, estes colonos, aos poucos, foram vendendo suas pequenas propriedades, favorecendo a formação das grandes fazendas de gado ou lavouras mecanizadas.

Outro estudo sobre a colonização dirigida, especificamente referente à Colônia Japonesa em Dourados, foi feito por Edna Mitsue Inagaki. Os japoneses, radicados em Dourados a partir da década de 40, vieram atraídos, sobretudo pela possibilidade de adquirir terras e prosperar. Os estudos de Inagaki abrangeram as trajetórias dos japoneses da região de Dourados, tanto das Colônias Matsubara, Kiyoei e Curupaí, quanto a das famílias que se estabeleceram isoladas na região. O cotidiano, a adaptação à nova realidade e a tentativa de manter sua própria cultura permitem vislumbrar o quadro esperançoso que pairava na mente desses e de todos os outros imigrantes e migrantes no “começar de Dourados”.³⁴

Com a implantação da CAND, a Colônia atraiu, além de trabalhadores rurais, um contingente de novos serviços. A região passou a contar com serviços bancários e empresas, além da formação de cooperativas. Configurou-se o projeto integracionista do governo Vargas: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados tornou-se, de fato, a menina dos olhos do projeto colonizador do governo estado-novista, mas, conforme Lenharo:

Dourados, em Mato Grosso, funcionou apenas simbolicamente, e sobre ela a propaganda do Estado Novo operou sem cessar, apresentando-a como colônia-modelo. A implantação real da colônia atrasou-se consideravelmente. Somente em julho de 1948 é que o governo federal demarcou a área e os limites para sua futura instalação.³⁵

³² VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. Assis, 1986. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, p. 18.

³³ MEDEIROS, Joana Prado. *O Eldorado de Dourados: a colônia dos baianos e a colônia café porã – 1950-1960*. Dourados, 2001. Dissertação (Mestrado em História). UFMS, p. 125.

³⁴ INAGAKI, Edna Mitsue. *Dourádossu: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*. Dourados, 2002. Dissertação (Mestrado em História). UFMS.

³⁵ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 56.

Marisa Bittar analisa como positiva a implantação da CAND, muito embora não tenha se concretizado na forma concebida por Vargas. A maior parte dos lotes ocupados, por falta de apoio estrutural, foi agrupada, dando lugar à grandes fazendas. Em sua pesquisa, a autora acima citada dialoga com políticos regionais de diferentes visões a respeito do sucesso da Colônia.

Paulo Coelho Machado, advogado e escritor, assevera que a CAND foi um fracasso, atribuindo à migração gaúcha e à sua agricultura mecanizada, o desenvolvimento da região. Demosthenes Martins aponta para o desprezo das autoridades estaduais que procuraram retardar a implantação da CAND na região. Estando o estado sob intervenção federal, por que motivo o interventor se opôs a cessão de terras, necessárias para implantação do projeto formulado pelo próprio Vargas? Preferiu criar a colônia agrícola de Poxoréu, que não deu certo. Rivalidades entre sul e norte?

A partir da criação da CAND, outras companhias de colonização privadas se instalaram na região, inspiradas em modelos recentes de colonizações paulista e paranaense, que compravam extensas áreas de florestas do estado ou de particulares e as subdividiam em lotes.³⁶ Assim surgiram as colônias japonesas e dos baianos, acima aludidas.

O contingente populacional aglutinou-se principalmente na zona rural. Um crescimento considerável que fez do município de Dourados, à época, o município mais populoso da região sul do estado de Mato Grosso, conforme se pode verificar nas tabelas 1 e 2, configuradas ao final deste capítulo.

Esse crescimento “vertiginoso” pode ser atestado pelos empreendimentos verificados na região. O IBGE publicou, em abril de 1958, que:

[...] a partir da criação da CAND [...] e a conseqüente melhoria de transportes com a construção – ainda que precária – de estradas de rodagem, deu-se a “corrida” de imigrantes, fenômeno que veio alterar profundamente a fisionomia daquele aglomerado humano, transformando-o no que hoje constitui a cidade de Dourados: uma das que mais cresce, atualmente, em Mato Grosso.³⁷

Paulo Roberto Cimó Queiróz, ao discutir os efeitos econômicos produzidos a partir da construção da estrada de ferro Noroeste na região, também chama atenção para o

³⁶ GRESSLER, Lori Alice. SWENSSON, Lauro Joppert. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: destaque para o município de Dourados.

³⁷ IBGE. op. cit., 1958. p. 185.

crescimento populacional, bem como para o aumento da produção agrícola nas cidades servidas pela referida ferrovia. O autor analisa como positivos os resultados que:

[...] pelo menos a partir de 1950, devem ser creditados em parte à ferrovia. Entre tais resultados, inclui-se, certamente, o notável incremento populacional [...] particularmente da população rural – itens por sua vez relacionados com notáveis aumentos no número de pequenas propriedades e na produção de arroz, feijão, milho, algodão e mesmo café.³⁸

Ainda segundo o IBGE, na mesma publicação, além da estrada de ferro e das rodovias, Dourados era servida por duas empresas de aviação, a Consórcio Real-Aerovias e VASP; dez empresas de ônibus que faziam o transporte rodoviário; havia na cidade sete hotéis e dez pensões. Contava ainda com três bancos, sendo um, genuinamente douradense, o Banco Agrícola de Dourados³⁹. Esse banco era de propriedade do migrante mineiro Antonio Moraes dos Santos, radicado em Dourados.

O Banco Agrícola de Dourados, com a sede da matriz em Dourados, abriu alguns anos mais tarde, uma filial na cidade de Campo Grande. A revista *Brasil Oeste* publicou na edição de maio de 1961 a abertura da filial, prestigiada pelas mais altas autoridades do estado de Mato Grosso. Ao evento compareceram o governador do estado, diretores dos órgãos estaduais, prefeito da cidade. Nesse período, o banco mantinha agências na capital do estado, Cuiabá, além de Amambaí, Campo Grande, Itaporã, Rio Brilhante e na Vila Brasil, uma das pequenas aglomerações urbanas surgidas com a CAND. O banco, segundo a revista escolhera o sul do estado “[...] mercê de seu acentuado desenvolvimento nas lides da lavoura e da pecuária, e, também, por dispor de melhores meios de comunicações”.⁴⁰

Como ícone do sucesso da política de ocupação ordenada varguista, modelo do projeto de colonização Marcha para Oeste iniciada por Getúlio Vargas, Dourados passou a ter as atenções das autoridades em sintonia com o poder. Desde a implantação da CAND, a região de Dourados desponta para o roteiro político nacional. Não há dúvida quanto ao impulso dado à região, por Vargas, com a implantação da CAND. Encontramos registros de que ele esteve na região pelo menos duas vezes. A primeira, em 1941, quando visitou a

³⁸ QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a estrada de ferro Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP, p. 499.

³⁹ O Banco mais tarde foi incorporado pelo Banco Finacial, de propriedade da família Coelho, com quem Moraes dos Santos mantinha relações de parentesco. (Depoimento de Jose Roberto Techio, 2003).

⁴⁰ *Brasil Oeste*. Ano VI, n. 59, mai. 1961. p. 61-62.

Companhia Matte Larangeira e, a segunda, quando foi criada a Colônia Agrícola nacional de Dourados, em 1943. E, a partir desse período, Dourados foi visitada por vários presidentes, entre eles Juscelino Kubistchek (1957), Jânio Quadros (1960), João Goulart (1963), Ernesto Geisel (1976) e João Batista de Figueiredo (1982).

A memória da passagem desses presidentes está também registrada em várias fotografias, nas quais é possível identificar as autoridades políticas da época, parte da população e algumas paisagens da cidade. As fotografias estão dispostas ao final dos capítulos I e II.

Com a criação da CAND verifica-se a formação de novas lideranças, até então concentradas na área urbana. A elite local descobre na Colônia, o foco da atenção do governo federal e, por conseqüência, um canal potencial de poder. Com a ocupação territorial pela leva de colonos, atraídos pelo projeto de colonização, principalmente nordestinos, e a morosidade do governo em regularizar a posse da terra, iniciam-se as ocupações clandestinas e, conseqüentemente, os conflitos pela terra, os quais, aliados à ideologia anticomunicante, presente na mentalidade dos moradores do município, irão ecoar na década seguinte, a de 60, quando se inicia o regime militar após o golpe de 64. A Colônia, antes ícone do projeto colonizador varguista, por ocasião de 64, transforma-se em alvo, tornando-se foco das sanções políticas militares. Para Marisa Bittar, a CAND estava diretamente associada a Vargas e a seus herdeiros políticos:

Por muito tempo, a região foi uma espécie de reduto do “trabalhismo” e os seus moradores chamados de “peteba”, ou seja, correligionários do PTB. A Colônia é um dos fatores que explicam as raízes desse partido no sul, ao contrário do norte do estado, onde o PTB era inexpressivo.⁴¹

Na implantação da CAND pode-se perceber momentos distintos. A área inicialmente prevista, para implantação da colônia, de 300.000 (trezentos mil) hectares, e a intensa propaganda do governo federal atraíram muita gente, principalmente nordestinos. Assim, os primeiros colonos assentados foram melhor aquinhoados, recebendo além da terra, ferramentas de trabalho. A segunda fase, devido às intensas propagandas veiculadas por órgãos do governo, atraiu mais gente que ia chegando e ocupando áreas não demarcadas pelo órgão colonizador. Nem sempre os trâmites legais eram seguidos, em

⁴¹ BITTAR, Marisa. op. cit., p. 192, nota 64.

muitos casos ocorrendo a posse forçada. Na década de 50, considerada por Oliveira como período de migração mais intensa, a vinda desses migrantes e a demora na demarcação de novas áreas

[...] de certa forma, viabilizou à força a entrada dos colonos, pois, uma vez estando no local, as pessoas teriam de tomar certas iniciativas para adquirirem a terra para trabalharem e tirarem seu sustento. Todavia, a iniciativa dos colonos, em entrar na área e iniciar suas roças, colaborou com a administração, na medida que facilitou o assentamento sem muitos gastos, pois, ao desbravarem a área através da abertura de picadas, estradas e demarcação dos lotes, independentes das ordens da administração, isentaram o governo dos gastos para tal tarefa.⁴²

Verifica-se, com a implantação da CAND, uma série de ocupações nas áreas não demarcadas, feitas por colonos ou por posseiros, atividade que começa a preocupar os administradores da CAND. Nem todos os posseiros são pretendentes a um lote de terra. Em áreas em processo de ocupação, como foi a da CAND, era comum a presença de certos indivíduos “especializados em promover badernas”, os chamados “grileiros”. Essas pessoas tumultuavam a vida dos verdadeiros colonos.⁴³ Em alguns casos usavam de violência contra os colonos, visando sua expulsão dos lotes.

Num documento da CAND, datado de 09 de novembro de 1951, o administrador revela preocupações com as ocupações clandestinas e a necessidade de demarcar as terras com urgência, medida “[...] imprescindível como barreira àqueles que se mancomunaram para o assalto às terras que constituem este patrimônio da União”.⁴⁴

Prossegue o diretor no citado documento: “Devem existir muitos intrusos na área da Colônia e esta Administração precisa expurgar estes elementos que constituem uma ameaça aos legítimos agricultores, que desejam terras para cultura e não para negócios”.

Vários são os pedidos para verificação da situação das concessões de posse e possíveis invasões. Em geral o pedido de verificação era feito oficialmente, através de memorandos internos, do administrador da colônia, para um fiscal designado, indicativo de uma certa frequência nas irregularidades de posse. Diz uma dessas correspondências:

⁴² OLIVEIRA, Benícia Couto de. op. cit., p. 124.

⁴³ Depoimento do advogado Ayrton Barbosa Ferreira, em julho de 2003. O advogado trabalhou como advogado dativo em inúmeros casos envolvendo esses “posseiros”, os quais foram presos e processados.

⁴⁴ Ofício do administrador da Colônia ao diretor do Departamento de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, mais tarde transformado no Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC.

De ordem do chefe de Colonização percorri a zona de Lagoa Bonita, Capão Ralo e Porto Vilma, situados na Segunda zona deste núcleo, verifiquei que na zona Lagoa Bonita , há muita irregularidade que se diz venda de marcações, invasões e exploração nos herveas. Informou-me o sr. Mucio, dono da fazenda que estão invadindo a mesma. Ouviu alguns desses invasores que disseram ser de ordem de Adelino [...].Em Porto, Vilma não há nada de anormal.⁴⁵

As tensões ao serem divulgadas pela imprensa, começam a movimentar os proprietários rurais e a preocupar as autoridades locais. Os problemas fundiários motivam também as discussões políticas, conforme pode constatar-se nos discursos proferidos pelos vereadores, nas sessões ordinárias da Câmara de Vereadores, trazendo o tema das ocupações de terras para âmbito urbano, e transformando-o em questão a ser discutida e resolvida pela edilidade. Também pelos jornais puderam verificar as preocupações em torno do problema. Artigos, notas policiais, convocações oficiais envolvendo colonos passam a ganhar espaço nos jornais da cidade. Data do ano de 1953 a união de proprietários rurais contra ocupantes de terras na região de Dourados. Notícia de *O Progresso*, ao mesmo tempo em que denuncia as invasões de terra, concita os proprietários à união, para lutarem contra

O criminoso desrespeito ao direito de propriedade, sem que tal fato tenha merecido dos poderes constituídos a atenção e as providências enérgicas e inadiáveis que merece [...] os proprietários rurais do município em defeza (sic) de seus interesses e seus direitos, estão agora programando [...] uma reunião, visando a união da classe, e ao mesmo tempo para fazer sentir ao Governo do Estado a premente necessidade de pôr um paradeiro a essa situação calamitosa que ameaça não só a desmoralização das terras de Dourados, como também o próprio prestígio do Governo. Os organizadores dessa reunião fazem um apelo caloroso, a todos os proprietários rurais, para que compareçam a ela, tornando possível a vitória da classe, na defeza (sic) de seus interesses.⁴⁶

As questões fundiárias chegam à cidade. Uma comunidade de proprietários que se formou sob os auspícios do progresso e do desenvolvimento não aceitaria pacificamente a situação. Os conflitos pela posse da terra eram vistos como invasão, atividades subversivas, coisa de comunista. Um passado recente reavivou lembranças sobre o perigo comunizante que significava, sobretudo após a revolução russa de 1917, a perda da

⁴⁵ Resposta de Cyro Azambuja, fiscal da Colônia. Cyro Azambuja foi um dos entrevistados no projeto Ressonâncias do golpe de 64 na região de Dourados, coordenado pelo prof^o Dr. Wilson Valentin Biasotto, UFMS, 1996- 1997.

⁴⁶ *O Progresso*, Dourados, 18 jan. 53, p. 6.

liberdade individual e da propriedade privada, principalmente da terra. Tais lembranças passam pelo uso cotidiano da palavra revolução, banalizada pelos grupos rivais mato-grossenses que se revezavam no poder, mas também pela passagem da Coluna Prestes na região, em 1924. Outra lembrança mais próxima era a notícia de uma *revolução comunista* envolvendo a Cia Matte Larangeira, arrendatária de grande parte do território sul-mato-grossense e o estrangeiro João Ortt. Uma pendenga fundiária que durou de 1904 a 1931 envolvendo a Matte e duas gerações dos Ortt. Na verdade, na impossibilidade de tomar as terras para si, de posse de Ortt, administradores da Matte:

[...] de parceria com as autoridades policiais e com o objetivo de não deixar aparecer o real motivo do levante, passou a telegrafar aos quatro ventos que nos ervaes havia surgido uma revolução [...] COMUNISTA! Pobre João Ortt [...] elevado à dignidade de chefe comunista, sem saber mesmo até hoje o que venha a ser comunismo.⁴⁷

Tratava-se de uma simples questão fundiária em que as partes discordavam. João Ortt, na verdade, herdara o problema de seu pai, João Christiansen, que, em 1904, ocupara uma área de terras devolutas em Taquapiry, a dezoito léguas de Ponta Porã. A Matte Larangeira negociou sua saída, trocando a área por outra, denominada invernada Maracahy, localizada às margens do rio Paraná. Com a morte de João Christiansen, a propriedade passou às mãos do filho João Ortt, de quem a Matte, quase trinta anos depois, em 1931, procurou retomá-la. Desesperado pela pendenga que não se resolvia e descrente na justiça, João Ortt:

[...] entendeu-se com amigos de confiança, alistou gente, conseguiu armas, conspirou, mediu conseqüências, e julgando-se forte pelas muitas adesões que recebia diariamente, partiu de Maracahy, em 05 de março de 1932, com um grupo de homens, disposto a enfrentar a tradicional inimiga. De vários pontos deveriam estar a postos outros grupos armados que iriam se incorporando ao que comandava pessoalmente. Caso fosse bem sucedido no arriscado empreendimento, tomaria Campanário, sede da empresa e imporia condições de modo a deixá-lo tranqüilo na “posse” em Marcahy.⁴⁸

Ortt não teve a ajuda prometida. Muitos dos arregimentados não aderiram realmente e sabedor da milícia que o aguardava, desolado exilou-se no Paraguai onde

⁴⁷ PUIGARI, Umberto. *Nas fronteiras de Matto Grosso*. São Paulo: Casa Mayença, 1933. p. 114.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 114.

recebia notícias sobre as mortes trágicas de seus antigos colaboradores, torturados para confessarem onde se achavam os outros comunistas.

Para combater Ortt, a Companhia Matte Larangeira requisitou e obteve ajuda do exército brasileiro. Coube ao major Bertoldo Klinger, sediado em Campo Grande, a tarefa de combater os comunistas da fronteira.

Marisa Bittar, em seus estudos sobre a divisão do estado de Mato Grosso, aponta para a formação de uma elite militar no sul do estado, a partir de 1921, quando o Comando Militar foi transferido de Corumbá para Campo Grande, fazendo desta cidade, a capital militar do estado.⁴⁹

Na verdade, a presença militar na fronteira oeste do Brasil, remonta ao período colonial e aos diversos tratados de divisão, firmados entre os impérios de Portugal e Espanha, que tinham como escopo estabelecer os limites fronteiriços entre as duas colônias. O governo português, com esta finalidade, procurou instalar bases militares em pontos estratégicos na região oeste do território, então sob sua ocupação, cuja posse buscava legitimar.

Todavia, foi ao final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) que a presença militar ostensiva passou a se fazer mais presente na fronteira, decorrência natural do episódio bélico. Valmir Batista Corrêa⁵⁰, ao discutir o papel da violência no processo de ocupação regional, afirma que [...] *a invasão paraguaia em território mato-grossense foi um divisor de águas no processo de ocupação de toda fronteira oeste.*⁵¹ De fato, foi a partir da guerra que a atenção do poder central voltou-se para a efetiva ocupação das fronteiras, notadamente a oeste, tendo com isso o estado de Mato Grosso passado a merecer atenção especial, face à sua localização privilegiada na Bacia do Prata. O transporte fluvial, via Rio Paraguai, constituía-se no meio mais eficiente de acesso ao estado e, quando por ocasião da guerra esse acesso foi barrado pelas tropas paraguaias, o exército brasileiro viu-se em dificuldades para socorrer a fronteira invadida. Sem outro meio de movimentar-se, o exército brasileiro demorou um ano para alcançar o estado de Mato Grosso após a notícia da invasão paraguaia ao território brasileiro, por via terrestre.

A Guerra do Paraguai, por sua vez, foi também responsável pela emergência do Exército Brasileiro como força organizada, capaz de ações de contenção aos movimentos

⁴⁹ BITTAR, Marisa. op. cit., p. 144.

⁵⁰ CORREA, Valmir Batista. op. cit., p. 43

⁵¹ Ibidem, p. 43.

internos, promovidos pelas oligarquias nos estados da federação e cuja repressão, outrora fora papel principal da Guarda Nacional.⁵² As condições de precariedade que marcaram a presença do Exército Brasileiro durante a guerra na bacia platina desapareceram durante o curso desta. Boris Fausto considera que:

O Exército brasileiro foi se consolidando no correr da Guerra do Paraguai. Até então, o Império contara com um reduzido corpo profissional de oficiais e encontrara muitas dificuldades para ampliar efetivos. Não havia serviço militar obrigatório, e sim um sorteio muito restrito, para servir no Exército. Os componentes da Guarda Nacional, que eram a grande maioria da população branca, estavam isentos desse serviço. Até a Guerra do Paraguai, a milícia gaúcha dera conta das campanhas militares do Brasil no Prata, mas ela se revelou incapaz de enfrentar um exército moderno como o paraguaio⁵³.

Após a Guerra do Paraguai, o exército surge como uma instituição organizada, guindada ao papel de guardião da nação brasileira. E, nessa condição, passa a ocupar espaços também na esfera política, sendo a Proclamação da República consequência da hegemonia militar no cenário político. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, militares ex-combatentes, se tornariam figuras centrais na queda do Império.

Organizado, o Exército passou também a protagonizar os movimentos sociais representativos na história política brasileira, eivados de influências externas, como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. É inegável que tais acontecimentos externos influenciaram o movimento tenentista e outros mais, e também fizeram renascer um forte sentimento de nacionalismo e soberania nacional, o que determinará futuras ações armadas.

O Tenentismo, rebelião de um grupo de oficiais intermediários do Exército, que se iniciou com a revolta do Forte de Copacabana em 1922, deu início a uma série de manifestações dentro da instituição, contra as oligarquias regionais, mas também contra as estruturas internas do Exército e que marcaram o posicionamento político desse grupo, na década de 20, evidenciando as diferenças internas do próprio Exército.

Além do Tenentismo, outros movimentos militares marcaram a participação das forças armadas no cenário político nacional, os quais, analisados em conjunto, estão diretamente ligados ao golpe de 64. Os movimentos militares que sucederam o de 1922,

⁵² SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 230.

⁵³ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 214.

também tiveram origem nas camadas mais baixas da hierarquia militar, fato que alertou os militares de alta patente, pois até então, os movimentos militares restringiam-se nessa esfera. Por ocasião de 64, as divisões dentro das forças armadas e a propensão de João Goulart em não respaldar a estratégia dos altos dirigentes militares, contribuíram para o desencadeamento do golpe. Respaldados pela sociedade civil, os militares, em alerta desde 1922, finalmente tomaram o poder.⁵⁴

Sobre tal pensamento, escreveria o governador de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, ao prestar contas de seu governo:

Estamos firmemente convencidos de que o movimento de 31 de março encerrou, na nossa Pátria, um ciclo histórico que se iniciou em 1922 e prosseguiu em 1924, 1936, 1932, 1937 e 1945. Até então não se seguiam às soluções militares as providências que lhes completariam o significado, através da transformação da ordem econômica e legal, consolidando as conquistas das nossas gloriosas armas.⁵⁵

A fronteira oeste que sempre mereceu atenção do Exército, a partir da Segunda Guerra Mundial, passou a ser “olhada” de outra forma. Nesse período, deu-se a implantação da Escola Superior de Guerra – ESG, instituto no qual setores militares dedicaram-se aos estudos de integração nacional e ocupação efetiva das fronteiras Oeste e Norte. Até então, os problemas fronteiriços eram resolvidos através da diplomacia, tendo sido seu maior expoente José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, que, nessa condição, enfrentou o caso das Missões, contra a Argentina; o caso das Guianas, contra a França.

Datam também do final da guerra da Tríplice Aliança os primeiros estudos visando a interiorização do território brasileiro e o estabelecimento de ligações do estado de Mato Grosso com outros centros brasileiros, conexões que o livrassem da dependência da navegação fluvial na bacia platina. A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, que atingiria Cuiabá⁵⁶ foi a solução encontrada para estabelecer vias de comunicação entre a fronteira oeste ao restante do país.

⁵⁴ STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Trad. Italo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1971. p. 74.

⁵⁵ GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Relatório de atividades do ano de 1964*. Cuiabá, 1964.

⁵⁶ Sobre a construção da ferrovia, consultar QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro noroeste do Brasil*. Campo Grande: UFMS, 1997. Bem como a publicação de BRITO, Cláudia. *Escola de Japoneses: a construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Ed. Uniderp, 2000.

Desde os tempos coloniais, o Estado prescindiu de conhecimentos geopolíticos. Assim foi que, após a Guerra do Paraguai, segundo Meira Mattos, verificou-se:

[...] absoluta carência de comunicação para o interior da massa continental. A expedição que saiu de São Paulo para socorrer o território de Mato Grosso invadido pelas tropas de Solano Lopes levou mais de um ano para atingir Nioaque; metade de seu efetivo pereceu nas marchas pelo sertão ínvio e inóspito. A gloriosa Retirada da Laguna [...] ficou como o estigma de uma imprevidência que não poderia perdurar se quiséssemos, no futuro, preservar a integridade de nosso território. O insucesso dessa expedição militar, veio provar aos dirigentes da política brasileira a nossa incapacidade de defender nossa imensa extensão do território banhado pelos formadores do Prata e cuja única via de acesso estava na passagem por Buenos Aires e Assunção.⁵⁷

Mesmo com a neutralização do Paraguai, Mato Grosso continuou refém da navegação, dado que, após a guerra, “[...] quase nada se fez de efetivo no sentido de neutralizar a condicionante geopolítica que colocava essas vastas áreas do sertão de Mato Grosso e Goiás sobre a influência vial de Buenos Aires”. Ainda segundo Mattos, de 1869 a 1903, vários foram os planos de integração formulados para estabelecer comunicação com a região oeste. Venceu o plano do engenheiro Emílio Schnoor, que após a constituição da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1904, lançou 1269 km de trilhos sobre campinas, serras e pântanos em região desconhecida e inóspita, ligando Bauru a Porto Esperança:

Com a chegada dos trilhos em Porto Esperança, na barranca do Rio Paraguai, estava criado novo pólo de atração geopolítica para as regiões brasileiras das bacias do Paraná e Paraguai; passaria o binômio Santos-São Paulo a projetar a sua influência neutralizadora sobre o centripetismo do Prata; abria-se uma opção vial para o leste matogrossense, opção esta que mais tarde se estenderia ao Paraguai e à Bolívia.⁵⁸

Nos anos 20 do século XX, as propostas geopolíticas partiram de Mario Travassos, capitão do exército, que propunha vertebrar o território brasileiro, ainda invertebrado. São de sua lavra a política de transportes que ligasse praticamente todo continente sul-americano. Segundo Meira Mattos, as soluções propostas por Travassos:

Situam-se numa política de transportes que neutralize a nosso favor os desequilíbrios potenciais oferecidos por essas forças geográficas

⁵⁷ MEIRA MATTOS, Carlos de. *Brasil: geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975. p. 47.

⁵⁸ *Ibidem* p. 49.

antagônicas. Propõe, em essência, que se complete a rede ferroviária carreadora para os portos do Atlântico – Santos, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre e Rio Grande – das influências platinas sobre as bacias do Uruguai, Paraná e Paraguai. Propõe a chegada de nossos trilhos a Santa Cruz de La Sierra e daí a Arica, no Pacífico. Sugere ramais da Estrada de Ferro Noroeste para a República do Paraguai. Em termos de vertebração de nossa massa continental sugere ampla conjugação dos sistemas ferroviário, fluvial e aéreo, além de propor um sistema aéreo interamericano, capaz de superar, temporariamente, as dificuldades de trânsito oferecidas pelos obstáculos geográficos.⁵⁹

Na década de 50 sobressai-se o pensamento geopolítico da Escola Superior de Guerra – ESG, tendo como um de seus principais ideólogos, Golbery do Couto e Silva, cuja vertente então, norteava-se pelo contexto da Guerra Fria, baseado no binômio segurança e desenvolvimento. A polarização do mundo pós-Segunda Guerra em dois blocos, capitalista e socialista, segundo Golbery, ameaçava o mundo ocidental. Nessa perspectiva, entendia que no Brasil, estavam em perigo valores arraigados na nossa cultura, tais como o cristianismo e a democracia.⁶⁰

A ocupação do território brasileiro, principalmente da região Centro-Oeste, significava, naquele momento, segundo as concepções dos teóricos da ESG, barrar as pretensões comunistas sobre o mundo capitalista. Para o estrategista, a ocupação dos “espaços vazios e despovoados” era necessária, para consolidação do capitalismo. Integrar economicamente a região oeste a outros centros de produção, e povoar a grande extensão de terras a oeste do país, consistiam as metas para barrar possíveis investidas comunistas. O controle sobre o território era de fundamental importância “[...] tanto para atender objetivos de ordem interna quanto externa, uma vez que ambos se conjugavam em prol da “vitória capitalista” sobre o “mundo comunista”.⁶¹ A interiorização do capitalismo em todos os rincões brasileiros, serviria a dois propósitos: a ocupação dos “espaços vazios” e a proteção do capitalismo no Brasil.

O Centro-Oeste, ainda segundo Golbery, era de vital importância, considerando a vulnerabilidade frente aos países limítrofes. A estratégia consistia em barrar possíveis pretensões, integrando a região Centro-Oeste aos centros por ele considerados como “núcleo central ecumênico”, representado pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. De acordo com Marisa Bittar:

⁵⁹ Ibidem, p. 52.

⁶⁰ COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio De Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1967. p, 226

⁶¹ BITTAR, Marisa. op. cit., p. 205.

A ocupação do Centro-Oeste, pois enquadrava-se na estratégia da geopolítica que visava, de um lado, a *segurança*, e, de outro, a *integração do território*. Das fases previstas para a consecução desses dois objetivos incluía-se a constituição de potenciais regionais tanto maiores fossem as *ameaças que se prevêem*. O grau de importância dessas *ameaças* era classificado como de máximo face ao Prata, médio no Nordeste e mínimo na periferia amazônica.⁶²

Sobre o pensamento geopolítico de Golbery, escreveria mais tarde Meira Mattos: “ [...] Golbery pensa na vertebração do território e integração dos espaços vazios, partindo de um núcleo progressista agrandado pela integração do Planalto Central; daí para adiante, a dinamização do processo integrada se auto-alimentará.”⁶³

Nesse contexto, o sul de Mato Grosso ganhou a atenção do Governo Federal como área a ser integrada ao sistema capitalista, enquanto fonte de expansão agrícola nos anos 40, e posteriormente também como área de segurança nacional, ambas devedoras da concepção de geopolítica.

O sucesso da CAND fez despontar a cidade, tanto econômica quanto politicamente. Da densa e heterogênea população surgiram forças representativas, agregadas em partidos políticos os quais, durante a década de 60, terão papéis decisivos na história local. Entre eles, o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, que por ocasião do golpe de 64 foi duramente combatido pela União Democrática Nacional, a UDN.

A intensificação de conflitos fundiários e de projetos políticos em disputa durante o governo João Goulart, vão adquirir, em Dourados, formas próprias no período pré-golpe 64, as quais serão discutidas no próximo capítulo.

⁶² Ibidem, p. 207.

⁶³ MATTOS, M.C. op. cit., p. 58.



Juscelino Kubitschek Dourados em 1957. Foi recepcionado no Clube Social de Dourados. Na foto aparecem ainda Poncio de Arruda e Filinto Muller, além do fotógrafo Maurício de Oliveira.
Fonte: MOREIRA, Regina H.T. *Memórias Fotográficas de Dourados* . Campo Grande: UFMS, 1990.



Getúlio Vargas e Weimar Gonçalves Torres, 1943.
Fonte Acervo Museu Histórico de Dourados.



Getúlio Vargas e Armando Campos
Belo, PTB. 1951
Fonte: MOREIRA, Regina H.T. *Memórias Fotográficas de Dourados* . Campo Grande: UFMS, 1990.



Jânio Quadros, João Ponce Arruda e Juarez Távora, durante a campanha presidencial de 1960. No comício realizado no aeroporto de Dourados.

Fonte: Centro de Documentação Regional - UFMS





“Vossa Excelência, Senhor Presidente Ernesto Geisel, repete hoje a epopéia da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados”

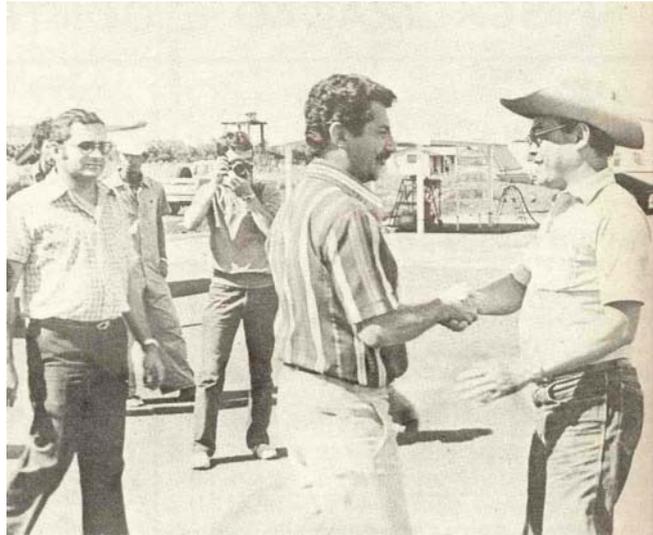
João Cândido Da Câmara – 1976



"Dizem que o povo vive na miséria, triste, privado de liberdade, oprimido e sob arbítrio da violência. Não creio. A acolhida que me fazem, as fisionomias que vejo aqui, como em outras regiões brasileiras, não concordam. Creio que o povo está mais do meu lado, do lado do Governo e do lado da Revolução."

Ernesto Geisel - 1976

Fonte: Revista Atualidades Forenses e Interioranas. Três Lagoas MT. Ano VI, N. XXVIII, 1976.



O Presidente do INCRA, Paulo Yokota: títulos definitivos de terra aos colonos.



Presidente Figueiredo: Dourados ganhou casas econômicas.



O Presidente Figueiredo veio conhecer de perto o potencial agrícola de Dourados.

Fonte: Folheto Dourados Hoje. Prefeitura Municipal de Dourados. Abril 1982

CAPÍTULO II

UM GOLPE ANUNCIADO A CRIAÇÃO DO CONSENSO

[...] embora tenha desaparecido gradualmente, em ordem e paz, a ditadura militar foi e tem sido objeto de escárnio, desprezo ou indiferença, atitudes que tendem a estabelecer uma ruptura drástica entre o passado e o presente, quando não induzem ao silêncio e ao esquecimento de um processo, contudo, tão recente e tão importante de nossa história.

Daniel Aarão
Reis

Com a implantação da Colônia Agrícola de Dourados - CAND – representou impulso econômico e crescimento populacional notável para o município. Em apenas uma década, Dourados tornou-se a cidade mais populosa da região sul do estado de Mato Grosso. Os dados censitários apontam para um crescimento acentuado, localizado principalmente na zona rural, motivado pela doação de lotes de terras, como parte da política do governo varguista e de seu projeto Marcha para Oeste.¹

No entanto, esses não foram os únicos dividendos colhidos, houve os de natureza estritamente políticos. O projeto colonizador implementado com relativo sucesso por Getúlio Vargas, criador do Partido Trabalhista Brasileiro, fez crescer politicamente o PTB em Dourados. Na década de 60, o partido viveu seu apogeu político com a eleição de Vivaldi de Oliveira para a prefeitura local em 1959. Nas eleições seguintes, em 1963,

¹ Sobre o desenvolvimento da região de Dourados a partir da implantação da CAND, ver capítulo I.

Oliveira fez seu sucessor, outro petebista, Napoleão Francisco de Souza, um ex-pracinha mineiro radicado em Dourados. Vivaldi de Oliveira, no mesmo período elegeu-se deputado estadual.

O PTB se fortalecia na região, ainda que por um breve período, o partido tinha um presidente da república e um prefeito, ambos do mesmo partido, anelados por uma aliança com outro partido de igual importância, o PSD. Por ocasião das eleições presidenciais de 1960, PSD e PTB coligaram-se, apoiando Henrique Teixeira Lott para a presidência e João Goulart para vice. Vale lembrar que, naquele período, a votação para ambos os cargos era independente, não sendo, como nos dias atuais, uma candidatura vinculada à outra.

Seguindo o mesmo ritual de Vargas, Jango esteve em Dourados para entregar títulos de propriedade de lotes aos colonos da CAND e recebeu deferências mais explícitas. Nessa ocasião, foi agraciado com o título de “Cidadão Douradense”, concedido pela Câmara de Vereadores. A proposição de concessão do título foi feita pelo vereador Janary Carneiro Santiago, do PTB. A solenidade de entrega do título deu-se numa reunião extraordinária da Câmara de vereadores, no dia 16 de setembro de 1963. Na ocasião, o presidente da Câmara, vereador Jofre Damasceno, após as formalidades de praxe, saudou o presidente da República e reiterou votos de confiança no presidente “afirmando que confiava em seu governo e em especial as (sic) atenções que seriam dispensadas às nossas reivindicações”.²

O presidente, ao agradecer o título recebido, declarou-se compromissado com os douradenses a quem “de ora em diante, como filho de Dourados, atenderia às justas e precisas reivindicações desta terra que é minha”.³

A visita foi cuidadosamente programada, tanto por vereadores quanto pelo prefeito, em cuja casa, Jango foi recepcionado. Foi recebido por políticos de todos os matizes com grande festa e participou de desfile pelas ruas da cidade e comício em praça pública. A passagem de Goulart foi registrada em várias imagens, conforme disposto ao final deste capítulo.

Simbolismo ou não, a presença de Jango se fazia representativa aos munícipes, tanto que, no dia seguinte à sua visita, um grupo de estudantes do Curso Científico se fez presente na sessão da Câmara de Vereadores, para protestar contra o tratamento a eles dispensado pelo Inspetor Federal de Ensino, quando de sua estada em Campo Grande. O

² Ata da 6ª sessão extraordinária da Câmara de Vereadores, livro VII, p. 100-101.

³ Ibidem.

desejo de regularizar o ensino em Dourados levou os alunos, àquela cidade, para reivindicar ao inspetor a regularização do Curso Científico em Dourados, ocasião em que foram, segundos os alunos, por ele destratados. O vereador Ivo Cerzósimo, acolhendo o pleito dos estudantes, demonstrou-lhes total apoio, todavia, deixava de “repudiar o referido inspetor, uma vêz (sic) que o problema já estava solucionado, pois com a visita do Senhor Presidente da República nesta cidade, o mesmo determinou a oficialização do mesmo (sic) curso”.⁴

Embora pareça um caso de simples reivindicação estudantil, o pedido dos estudantes tomou rumo inusitado. Na luta para regularização do curso científico na cidade, um grupo de estudantes foi até à cidade de Campo Grande, para falar com o Inspetor Seccional do ensino Secundário do Sul do Estado de Mato Grosso, visando apressar a implantação do curso, que demorava a acontecer. Na oportunidade, o inspetor teria destrutado os alunos, dizendo que a cidade “[...] não está apta para ter em funcionamento um Curso Científico, porque disse que não há professores, não há sala [...]” chegando ao cúmulo de dizer: O CURSO NÃO FUNCIONA PORQUE EU NÃO QUERO. ESTOU TOTALMENTE CONTRA.⁵

Ainda, segundo o jornal, o inspetor teria se referido à cidade de Dourados como uma “bandalheira”, mesmo sem sequer conhecer a cidade e as pessoas que aqui residem.

No dia seguinte, durante a visita de João Goulart, um grupo de mães de alunos entregou, ao presidente, o pedido de regularização do curso científico e junto, um exemplar de *O Progresso* onde foram publicadas as opiniões do inspetor sobre a cidade e sua determinação de não dar seguimento à regularização do curso. O presidente, após ler o jornal, determinou a implantação do curso, e ainda acrescentou: “Este homem merece ser demitido”.⁶

A visita do presidente foi anunciada pelo jornal no dia anterior à sua realização, colocando, em primeira página, duas manchetes: “Presidente da República chegará amanhã pela manhã no Aeroporto de Dourados” e, “O JORNAL O PROGRESSO: “Pensamento e Ação por uma vida melhor”, saúda o Exmo Sr. Dr. João Belchior Goulart, mui digno Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil”.⁷ Na edição seguinte, foram

⁴ Ata da 28ª assembléia da Câmara de Vereadores, livro VII, p. 101-104.

⁵ *O Progresso*, Dourados, 15 de set. 1963.

⁶ *Ibidem*, 22 set. 1963.

⁷ *Ibidem*, 15 set. 1963.

comentados os discursos proferidos pelo presidente e pelo governador, em notícia de primeira página, com fotos do presidente, do governador do estado e do prefeito local.

O presidente foi recepcionado por uma pequena multidão no aeroporto municipal e seguiu em passeata pela cidade, num cortejo de mais de mil carros. Foi à Prefeitura, onde recebeu o título de Cidadão Douradense. Logo a seguir, foi à Vila Brasil para a entrega de dois mil títulos da CAND. Durante o discurso, pediu aos colonos que quando se criasse o município naquele distrito, ele fosse chamado de Getúlio Vargas “[...] em memória de quem soube morrer pela felicidade do trabalhador brasileiro”. Discursaram, além do presidente, o governador, o prefeito e o líder do PTB local, Harrison de Figueiredo.⁸

Embora, o jornal tenha dado destaque à visita presidencial, chama atenção o diálogo entre um Colono e Zé Pinga, um pequeno quadro de humor representado por personagem caipira e um bêbado se equilibrando no poste, sem largar a garrafa de bebida. O diálogo, que ambos travaram sobre a visita presidencial, foi lacônico:

Colono - O Jango vai dar as terras dos latifundiários pro povo.
ZÉ PINGA: - E ... será que êle vai começar com as dêle?⁹

O diálogo entre os personagens reflete o real posicionamento político do jornal em relação à reforma agrária, objeto de críticas vorazes quando foram propostas as Reformas de Base.

Na cidade de Dourados, embora considerada um reduto petebista, não havia sentimentos coesos em relação aos projetos defendidos pelo presidente, uma vez que outras forças políticas também nela atuavam. Um deles, as Reformas de Base, colocava em agitação os meios rurais e urbanos. Destacava-se, na oposição, a União Democrática Nacional - UDN, cujos partidários representavam, em sua maioria, a classe produtora rural. Convém ressaltar que em Dourados, dentre as entidades civis patronais organizadas, a dos produtores rurais destacava como uma das mais atuantes.

Os produtores rurais uniram-se numa Associação em 1953, exatamente para lutar contra “[...] sucessivas invasões de terras particulares [...] com criminoso desrespeito ao direito de propriedade [...]”.¹⁰ Tais fatos estavam relacionados com o grande contingente de migrantes que acorreram para a região de Dourados, e nem sempre conseguiam obter a

⁸ *Ibidem*, 22 set. 1963. Vila Brasil foi transformada em município, contudo passou a chamar-se Fátima do Sul.

⁹ *O Progresso*, 22 set. 1963. O quadro de humor continua sendo publicado pelo jornal.

¹⁰ *Ibidem*, 18 jan 1953.

terra pretendida. Assim, estabeleciam-se pela CAND, causando apreensão aos proprietários.

É relevante lembrar das restrições sofridas por Jango logo após a renúncia de Jânio Quadros. Iniciou seu governo em 1961, com poderes restringidos por um sistema parlamentarista, votado às pressas no Congresso Nacional. Contudo, em 1963, Jango foi bem sucedido na sua campanha pela volta ao presidencialismo. Após a realização do plebiscito que acabou com o sistema parlamentarista, o presidente saiu fortalecido pela votação expressiva que obtivera no seu pleito. Em janeiro de 1963, cerca de 9,5 milhões de um total de 12,3 milhões de votantes responderam “não” ao parlamentarismo. Retornava assim o sistema presidencialista, com João Goulart na chefia do governo.¹¹

De posse de plenos poderes para governar, Jango, que encontrara o país em difícil situação política, social e financeira, retoma seu projeto Reformas de Base, lançado no ano de 1962 e cujas propostas:

[...] abrangiam um amplo leque de medidas, entre as quais a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo. Para isso propunha-se a mudança de um dispositivo da Constituição, prevendo a desapropriação da propriedade por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mas somente mediante indenização em dinheiro. Como o Estado não tinha recursos para indenizar proprietários a serem desapropriados, o que inviabilizava a reforma agrária, defendia-se a mudança da Constituição. Isso permitiria que os proprietários fossem pagos ao longo dos anos, após a desapropriação, com títulos da dívida pública.¹²

Sendo Dourados uma região nascida sob a “signo da terra”, baseada na premissa da propriedade, é natural que a possibilidade de perder a posse da terra atemorizasse parte da população. Em Dourados, como de resto em todo país, uma longa campanha contra as Reformas de Base de Jango foi deflagrada. O passado populista de Vargas tornou-se o fantasma que circundou a figura de Jango desde sua posse. Além da reforma agrária, outro assunto assustava a elite brasileira: a reforma urbana. O projeto Reformas de Base também defendia a reforma urbana, pelo qual os inquilinos poderiam se tornar donos das casas que alugavam. A população douradense, que no início do povoamento, havia recebido gratuitamente lotes rurais e urbanos, pois durante o período de formação da cidade, áreas

¹¹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1999. p. 455.

¹² *Ibidem*, p. 447.

rurais e urbanas eram cedidas por aforamento, puseram-se em alerta contra as medidas pretendidas pelo governo.

Tomar propriedade era coisa de governo comunista, como já se difundira ideologicamente entre os habitantes locais. No imaginário destes, o comunismo era o mais nefasto dos sistemas de governo, visto que, além da expropriação da propriedade privada, também proibia o culto religioso católico. Tais realidades tinham acontecido à Rússia e à Cuba.

O ano de 64 inicia-se com expectativas negativas na região de Dourados. A imprensa escrita, que há muito vinha combatendo as Reformas de Base de Jango, desta vez tinha motivos para protestar mais veementemente.

Em setembro de 1962, Jango criara o Conselho Nacional de Reforma Agrária e logo em seguida, em outubro do mesmo ano, criou o SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária, um órgão sem poderes executivos, mas que causou impacto:

A criação do Supra, embora fosse uma medida de cunho parcial e administrativo, pois o organismo não tinha poderes para decretar ou mesmo executar a reforma agrária, era uma medida que tinha certo impacto político. A oposição à Supra foi grande, na medida em que muitos setores viam nela uma ameaça no sentido da execução da reforma agrária. Na verdade, a Supra, sem uma Lei de Reforma Agrária efetiva, pouco poderia fazer – e esta lei dependia de ação do Legislativo.¹³

O projeto de reforma agrária pretendido por Jango foi combatido no Congresso, tendo sido obstruído, inclusive, pelo próprio partido do presidente, o PTB, então aliado ao PSD. Divergindo na maneira como proceder à reforma, criou-se uma crise entre o Legislativo e o Executivo, este último pretendia que a reforma agrária fosse aprovada através de uma Emenda Constitucional, que até o final de 1963, não fora apreciada. A aliança PTB/PSD foi desfeita, ficando o PSD com a maioria no Congresso, o que acabava com as esperanças do presidente em ver aprovado seu projeto. A união dos dois partidos desde 1955, foi abalada pela administração de João Goulart, que:

[...] não conseguindo firmar sua própria liderança no PTB desorganizado, permitiu que Brizola e a extrema esquerda ganhassem terreno em seu próprio partido. Isto, por sua vez, levou o PSD se voltar para a UDN militantemente antijanguista, solapando assim a aliança PSD-PTB, que

¹³ SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975. p. 178.

era a única esperança de Jango de um apoio legislativo para as reformas.¹⁴

Sem apoio legislativo para implementar seus projetos, a solução encontrada por Jango para realização da reforma agrária veio através do decreto n. 53.700 de 13 de março de 1964:

Buscando uma medida que pudesse, por seu impacto, conjugar os esforços em favor de uma reforma agrária, mobilizando a opinião pública e parlamentar, Jango pede a João Pinheiro que realize um estudo, juntamente com os órgãos técnicos do SUPRA, no sentido de elaborar um decreto que propiciasse a desapropriação de terras nas margens das rodovias, estradas de ferro, ou beneficiadas por obras da União.¹⁵

O decreto, composto de dezessete artigos, previa a desapropriação de áreas rurais que não atendessem à função social da propriedade, ou seja, terras improdutivas que não estivessem sendo devidamente exploradas por seus donos. Tais terras, que preferencialmente deveriam estar localizadas próximas às rodovias e ferrovias federais, e após a desapropriação seriam divididas em lotes de até cem hectares e vendidas ou locadas. As famílias mais numerosas de camponeses que já estivessem de alguma forma estabelecidos na região, teriam a preferência na concessão dos lotes.

A repercussão desse decreto em Dourados foi imediata. O deputado federal pelo PSD, Weimar Torres, já na oposição após a aliança desfeita com o PTB, acusou Jango de espalhar pânico no meio rural e incentivar o comunismo. Proprietário do jornal *O Progresso*, em artigo apocalíptico, o deputado desabafou. Dentre várias pregações contrárias aos projetos de João Goulart, a revolta maior pairou sobre a reforma agrária pretendida pelo presidente e duramente combatida pela nova frente de oposição PSD/UDN. Sobre o decreto presidencial, escreveria o deputado Weimar Torres e proprietário do jornal:

De todas as janguices do Senhor Presidente da República, essa última de desapropriar as terras situadas ao longo de dez quilômetros das rodovias federais nos parece mais grave.

Sim, porque quando o Genio do Planalto afiançou que todos os males da República decorriam do regime parlamentarista, todos concordamos. [...]. Reintegrado o presidencialismo a coisa piorou. O custo de vida disparou. A inflação atingiu as raias do incrível. As greves se sucederam. As crises políticas, idem.

¹⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 317.

¹⁵ *Ibidem*, p. 179.

Uma nova desculpa era necessária. A Reforma Agrária surgiu. Reforma Agrária num país onde a maior parte das terras ainda pertence ao Governo. [...] O governo tem elementos de sobra para distribuir terras sem reforma constitucional. Não faz porque não quer. O INIC dispõe de milhões de terras para colonizar. Não coloniza porque o dinheiro é gasto com o pagamento de malandros do asfalto que nada entendem de colonização.

[...] O Congresso resistiu. O PSD, depois de muita conivência tomou atitude. Tomou brio. Reforma Constitucional para assaltar as propriedades – não!

Agora, por vingança, por capricho, surge a última janguice. Decreto desapropriando todas as terras marginais das rodovias. Sejam quais forem. Seja de quem for. Estupidez elevada à última potência. O Governo não pode pagá-las. Mas, a desapropriação levará pânico aos proprietários. A desvalorização das terras atingirá a economia rural. A produção cairá. A fome aumentará. A miséria se multiplicará. Então o comunismo terá mais força para sublevar as populações famintas e lançar o país na ditadura vermelha...

É isso que Jango quer?

Ou o seu famoso decreto de desapropriação é apenas uma cortina de fumaça para encobrir seu próprio fracasso administrativo?

Deus tenha pena do Brasil!¹⁶.

As palavras do deputado não foram apregoadas inocentemente. Não resta dúvida que se trata de um discurso político de oposição ao governo de João Goulart. Trata-se, num primeiro momento, de dissimular a participação conivente de seu partido político, o PSD, nas ações do presidente, para, após o rompimento da aliança política, legitimá-lo como precursor das condições de governabilidade de que o país reclamava, ao não concordar com as reformas pretendidas por Jango.

No discurso do deputado, as marcas da desqualificação começam pela utilização de um novo elemento lingüístico, derivado do próprio nome do presidente: janguice. Segue-se com uma ironia ao chamar o presidente de gênio, conceito contrário ao pensamento do autor. A figura do mandatário é atacada, pois não importa o regime, se é parlamentarista ou presidencialista, vez que a situação só piora, com o clima de instabilidade econômica e política, ao que se somavam as greves. Para o deputado, contudo, o elemento desagregador principal consistia na possibilidade de desapropriação de propriedades, o que significava a ditadura vermelha.

Suas palavras estão carregadas da ideologia do setor político dominante ao qual pertencia e o seu grupo social, a elite burguesa. Dois segmentos fundamentais na construção do golpe de 64, afinados no discurso desqualificador de Jango. Segundo Fiorin:

¹⁶ *O Progresso*, 05 jan. 64.

O discurso não é, portanto, o lugar da liberdade e da criação, mas é o lugar de reprodução dos discursos das classes e das frações de classe. O indivíduo não fala o que quer, mas o que as formações discursivas querem que ele fale. Ele não fala, mas é falado por um discurso. Quando se diz, porém, que cada classe tem seu discurso, não se pode esquecer que, assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante. Não se exclui, evidentemente, a possibilidade de o homem forjar discursos críticos, diferentes, portanto dos discursos dominantes. Só que o discurso crítico não surge do nada, mas está previsto numa formação social.¹⁷

É importante ressaltar que os discursos são acompanhados por atividades estratégicas, criação de instituições, para fazer prevalecer um determinado projeto. É nessa perspectiva que se pode entender a criação, por exemplo, do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, que surgiu com o propósito de “defender a democracia”, supostamente em perigo, assim considerado pelas elites dominantes. O órgão, segundo instruções contidas em *Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra*, pode ser classificado como Grupos de Pressão, ou seja aqueles que agem, juntamente com os poderes constituídos do estado, no sentido de:

[...] influenciá-lo e sempre num sentido fragmentário de atendimento a um interesse ou reivindicação setorial ou específica.[...] correspondem a organizações que, tendo papel preponderante em outras Expressões do Poder Nacional, atuam junto aos órgãos da Expressão Política, buscando influenciá-los.

Podem-se citar, a título de exemplificação, alguns desses grupos, que, não raro, apresentam-se subdivididos em subgrupos em intensa competição. Assim, abstraindo a questão da desejabilidade de suas atuações políticas, podem-se exemplificar, as atuações, à maneira de grupos políticos, de atores coletivos como Empresariado, o Sindicalismo, a Mídia, a Igreja, a Universidade, e, mesmo as Forças Armadas. Essas atuações, cuja relevância varia de conjuntura para conjuntura, podem chegar à caracterização de verdadeiros centros de poder político interno, atuando em interação com órgãos tipicamente políticos, mas com vontade e meios próprios.¹⁸

A ligação do IBAD com o Congresso nacional deu-se através da criação da Ação Democrática Parlamentar – ADP e partir daí organizou-se por todo país, arregimentando políticos ou a sociedade civil. Em Mato Grosso, o movimento Ação Democrática Matogrossense – ADEMAT, sediado em Campo Grande, teve como precursores a família Coelho, latifundiários udenistas, uma das famílias detentora de grandes extensões de terra

¹⁷ FIORIN, Jose Luiz. *O Regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988. p.16.

¹⁸ BRASIL *Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1998. p. 79.

no estado. Essa associação surgiu no estado, segundo Demosthenes Martins:

À proporção que a ação solerte dos comunistas avançava no trabalho de desintegração da democracia, as forças civis e militares se apresentavam também, para defendê-la. Em Campo Grande a ADEMAT – Ação Democrática Mato-Grossense – ganhava prosélitos em todos os escalões de sua população, preparando-se para a luta, sem distinção de classe e legendas partidárias.¹⁹

E logo após o golpe, a ADEMAT tornou-se o algoz dos adversários políticos de udenistas em Campo Grande. Uma de suas vítimas, o ex-deputado Pedro Paulo de Souza denunciou as ações do grupo em Campo Grande, em versos:

A ADEMAT tornou-se
Um órgão coordenador
Agarrava os comunistas
com muito ódio e rancor
tudo era esmagado
pelo rôlo compressor.

Comandou a ADEMAT
A grande devastação
Agarrando os comunistas
E levou-os prá prisão,
Fazendo muitas proesas
Parecia um furacão.²⁰

Ainda sobre a ADEMAT, escreveria Demósthenees Martins, anos mais tarde, quando se referiu às eleições de 1965, em Campo Grande:

[...] na região sul, surgia a candidatura do empresário e destacado pecuarista Lúdio Martins Coelho, focalizada, especialmente pela ADEMAT (Ação Democrática Mato-Grossense), organização surgida para combater a ação comunizante do Presidente João Goulart, inclusive no campo da luta armada.²¹

Em Dourados, o braço da ADEMAT foi constituído em maio de 1963. Embora não tenhamos encontrado nenhum documento formativo da própria associação, o jornal anunciou a criação da referida agremiação com a seguinte chamada: “Aclamada Diretoria Provisória tendo na presidência o Prof. Celso Amaral – Vivem os brasileiros um momento de irrecusável definição: ou defendem suas liberdades e seus direitos ou se agregam à Legião dos escravos de Moscou”. Segundo a reportagem, a formação da Ademat

¹⁹ MARTINS, Demosthenes. *A Poeira da Jornada*. Rio de Janeiro: Ed. Resenha Tributária, 1980. p. 239.

²⁰ SOUZA, Pedro Luiz de. *Verde a Liberdade*. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1965. p. 37.

²¹ MARTINS, Demosthenes. op. cit., p. 250.

douradense se deu a partir da entidade campo-grandense, cujos representantes estiveram em Dourados, convidando “[...] as figuras mais destacadas da sociedade douradense, elementos de todos os partidos dispostos a enfrentar a luta contra os maus brasileiros que não trepidam em ver instalado aqui o mesmo regime sanguinário de Cuba e de Fidel Castro”.²²

A Ademat douradense foi constituída por Celso Amaral, presidente; Jorge Antonio Siufi, vice-presidente; Paulo Bucker, 2º vice-presidente; Milton Milan, 1º secretário; João da Câmara, 2º secretário; José Cerveira, 1º tesoureiro; Regina Milan, 2ª tesoureira. De fato, membros de vários partidos políticos compuseram a diretoria da entidade, entre eles João da Câmara, do PTB.

A esta entidade foi criada para combater a infiltração comunista na região. E, de fato, foi atuante. Segundo as palavras de seu presidente: “[...] a Secção de Dourados da Ação Democrática Matogrossense está em vigorosa atividade, tendo realizado na Quinta feira uma concentração em Itaporã e sucessivamente fará outra em Vila Brasil”.²³

A entidade foi prontamente aceita nos seguimentos políticos, tanto que consta no livro de ata VII do legislativo douradense, pedido de votos de congratulações ao senhor Celso Muller do Amaral, pela fundação da secção de Dourados da Ação Democrática Douradense.²⁴ A proposição foi sugerida pelo vereador Ivo Anunciato Cerzósimo e foi acatada pelos demais.

A comprovação da atuação da organização viria logo a seguir ao golpe, com a realização de um grande comício em apoio ao golpe e depois, um ano mais tarde, por ocasião da comemoração do primeiro “aniversário da Revolução”. Em artigo de página inteira, Celso Muller do Amaral escreveu o “Manifesto da Ação Democrática de Dourados”, exaltando os feitos do novo governante e dos perigos por que o país passara.²⁵

Como em Campo Grande, coube à ADEMAT douradense perseguir “comunistas” locais. Depoimentos colhidos pelo projeto *Ressonâncias do Golpe de 64 na Região de Dourados*, apontam o professor Celso Muller do Amaral como um dos participantes mais ativos do Comando de Caça aos Comunistas – CCC, em Dourados. O professor era uma pessoa muito bem conceituada na cidade. Como diretor do Colégio Estadual Presidente Vargas, era conhecido pela sua atuação no campo da educação.

²² *O Progresso*, 05 mai. 1963.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Ata da 13ª sessão da ordinária do ano de 1963, da Câmara Municipal de Dourados, livro VII, p. 60.

²⁵ *O Progresso*, 31 mar. 1965. p. 239.

Já o ex-deputado Pedro Luiz de Souza aponta outro responsável pelas perseguições na cidade de Dourados. Para o ex- deputado poeta:

A perseguição aos trabalhadores
Num movimento voraz
As notícias que chegavam
Trazidas pelos jornais,
Tudo era comandado
Pelo ex-prefeito Moraes.²⁶

O poeta refere-se ao ex-prefeito udenista Antonio Moraes dos Santos, que governou o município no período 1955-1959. Desde esse ano, a UDN vinha perdendo as eleições para o PTB. Em 1959 Vivaldi de Oliveira, do PTB, disputou as eleições com o udenista João Augusto Capilé Jr. Na eleição seguinte, em 1963, venceu outro petebista, Napoleão Francisco de Souza, que derrotou o próprio Antonio Moraes dos Santos. Nesse pleito eleitoral, Napoleão buscou ajuda do Exército para garantir as eleições em Dourados, ocasião em que blindados cercaram o Clube Social de Dourados, garantindo a apuração dos votos.²⁷ Por ocasião do golpe de 64, os dois partidos se confrontaram novamente, agora em condições totalmente desiguais.

Como nas demais cidades do Estado, logo após o golpe, os udenistas passaram a agir, prendendo e delatando pessoas, principalmente adversários políticos. A repressão consistia na busca e prisão dos suspeitos de atividades subversivas e, principalmente, de ativistas comunistas, assim entendidos os partidários do PTB e por consequência, dos *Grupos de Onze*. Mas segundo os entrevistados do projeto *Ressonâncias do Golpe de 64 na Região de Dourados*, não havia comunistas na região. Algumas pessoas eram identificadas como tal, mas na verdade, tratavam-se apenas de simpatizantes.

Os comunistas, segundo depoimentos de moradores antigos da cidade, existiam apenas na imaginação das pessoas. Personagens folclóricos, como por exemplo, o negro Benedetti, um homem altivo que conquistara respeito da comunidade local, não sem antes sofrer preconceitos pela cor de sua pele negra e também por ter se casado com uma mulher branca, filha de uma das antigas famílias residentes na cidade²⁸.

As desconfianças sobre Benedetti fundamentavam-se no fato de o mesmo ter sido ex-combatente na Coluna Prestes. Chegara a Dourados com a Coluna, quando da passagem

²⁶ SOUZA. Pedro Luiz. op. cit. , p. 19.

²⁷ Depoimento de Jamil de Campos Aum , jul. 2003.

²⁸ CAPILÉ JR. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: [s/d.], 1995. p. 336.

pela região. Homem destemido, era conhecido por Tenente Benedetti, encantara-se por Olívia Brum, moça alva, branca. Vencendo a contrariedade da família, os dois se casaram e foram embora. Anos mais tarde, Benedetti voltou à cidade de Dourados, agora na condição de Delegado especial:

Benedetti (Feliciano Vieira Benedetti), [...] chegou a Dourados como Delegado especial, com a fama de durão. Todos o respeitavam pela inteligência e, principalmente, pelo porte atlético, com elevada estatura. Não se pode negar que quase todos tinham uma certa dose de preconceito, pois Benedetti era negro, um baita de um negrão, de cerca de dois metros de altura. Usava uma espécie de uniforme, um jaleco de tecido grosso, idêntico aos safáris do Jânio e os dolmãs do Stalin, com grandes bolsos laterais.²⁹

Por ocasião do golpe, Benedetti já não era mais delegado. Mas em razão de seu passado na Coluna Prestes, todos o tinham como comunista. Os depoimentos colhidos pelo projeto *Memórias de Pioneiros e Ressonâncias do Golpe de 64 na Região de Dourados*, apontam para a existência de pessoas simpáticas ao sistema comunista de governo. Todavia, uma certa confusão entre os sistemas político e econômico permeiam o imaginário dessas pessoas.

Da análise da maioria das entrevistas feitas, seja no projeto *Ressonâncias... ou Memória de Pioneiros*, quando os entrevistados confirmam a existência de comunistas na região, complementam seus depoimentos dizendo que tais comunistas reuniam-se secretamente no *grupos de onze*. É provável que já tivessem absorvido o discurso de oposição ao PTB. Dona Matilda da Conceição, ex-funcionária da CAND, refere-se a existência dessas pessoas, como por exemplo de Benedetti, em cuja casa aconteciam reuniões secretas. Conhecida da família Benedetti, dona Matilda conta que nem mesmo a mulher de Benedetti sabia do que tratavam nessas reuniões. Segundo ela, muitas pessoas participavam das reuniões secretas: “[...] Olha, é muita gente que naquela época fazia reunião na casa do Benedetti, eu falei com a dona Oliva, ela falou: não vai até lá na sala que tem gente naquela reunião [...]”.³⁰

Parentes afirmam que realmente Benedetti era conhecido como simpatizante do comunismo. Todavia, na década de 50, quando Benedetti retornou a Dourados na condição

²⁹ Ibidem, p. 335/336.

³⁰ Depoimento concedido a Analina Ferreira, projeto *Ressonâncias*, 1998.

de Delegado especial, não seria coerente de sua parte demonstrar essa simpatia.³¹ Ademais, após deixar o cargo, Benedetti requereu terras na região e era então um próspero fazendeiro. Seu compadre, João Augusto Capilé Jr conta que Benedetti somente deixou de simpatizar com o comunismo quando ganhou as terras requeridas do governo, o que não lhe foi difícil dado o cargo que ocupava e as relações de amizade que mantinha na capital do estado, Cuiabá.³²

Depoimentos de parente e amigo coincidem: Benedetti não era comunista. Podia ser um simpatizante, mas nunca um ativista, caso contrário não sobreviveria. O controle ideológico era coisa levada muito a sério na região, desde a Segunda Guerra Mundial. Era rotina o preenchimento de questionários por parte do Delegado da cidade, para que os analisasse e respondesse, dando conta das atividades de estrangeiros existentes e de suas atividades laborais e ideológicas.

Embora não tenhamos localizado nenhum desses questionários relativos à cidade de Dourados, vários deles encontram-se resguardados no Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá. Tais questionários, compostos de setenta e nove perguntas, eram remetidos pelo Ministério da Justiça e endereçados aos delegados de polícia das cidades, para resposta.

Conquanto o controle maior pairasse sobre estrangeiros, disseminava-se entre a população o temor por certas causas consideradas subversivas. Data de 1943 o questionário no qual nos baseamos, procedente da Delegacia de Polícia de Maracajú, neste estado. As perguntas, em geral, versavam sobre possíveis atividades subversivas de estrangeiros simpáticos aos países do Eixo durante a guerra e, cujas atividades suspeitas pudessem colocar em risco a segurança nacional. Todavia, algumas perguntas indicam a preocupação com o controle ideológico interno. Por exemplo, as perguntas de números 42 e 51: “Há, no município, brasileiros manifestantes contrários ao atual regime político nacional?”; e 51: “Há, no município, elementos suspeitos de professarem idéias comunistas?”

Sabendo do patrulhamento ideológico existente e tendo sido um delegado de polícia, não era provável que Benedetti exercesse qualquer atividade considerada subversiva. Contudo, isso não elimina a possibilidade de que fosse simpatizante de causas sociais.

³¹ Depoimento de Zazi Brum, jun. de 2003.

³² Depoimento de João Augusto Capilé Jr, jun. 2003.

Outro comunista assumido foi indicado por dona Ercília Pompeu. Segundo ela, Áureo Garcia Ribeiro, um médico já falecido, sempre se declarou comunista. Sem receio algum declarava: “[...] eu fui comunista, eu sou comunista”. Dona Ercília, uma mulher de memória prestimosa, não condena o golpe de 64. Comerciante desde os anos trinta, para ela o regime militar foi bom. Comparando os tempos atuais com os tempos da ditadura, conclui:

[...] daí veio com o governo militar, reclamava e achava ruim, mas eu não posso falar, porque eu fazia um pedido para a Pinguim, eu precisava de tantos quilos de lã, 5 dias depois o caminhão estava descarregando na minha porta, chegava a mercadoria, a fatura, a duplicata chegava junto e eu tinha um prazo para pagar e aquilo foi. Terminou o regime militar, veio o Presidente Collor foi tanta mudança com tanta coisa, mas a gente, foi a inflação engolindo...

[...] no governo militar a gente vivia sob essa coisa de falta de liberdade, mas a inflação engolia o que você fazia mas a gente trabalhava, comprava, vendia e pagava, hoje se você compra não paga porque não tem como porque o dinheiro vai e não volta e não tem inflação, será que não?³³

Outros depoimentos afirmam a existência de comunistas na região, todavia não sabem precisar seus nomes, a não ser aqueles mais folclóricos que assim se denominavam. Como por exemplo, o Assis Perna de Pau, citado por Sultan Rasslan em sua entrevista. Antonio Stockler de Assis era baiano e, na descida rumo ao “sul maravilha”, radicou-se inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, em 1918, onde foi ferroviário. Um acidente nos trilhos tirou-lhe a perna. Sem amparo de leis trabalhistas, perdeu o emprego e veio para Rio Brillante, depois para Ponta Porã e finalmente chegou a Dourados. Capilé assim o descreve:

Seu nome cheirava a europeu, mas ele era baiano, com a cor da pele puxando aos descendentes da África. Sua voz grave, semelhante à de Mario Covas, tinha um timbre bastante agradável, que lhe permitia usá-la nas serenatas, tão comuns na Dourados daquela época.³⁴

É provável que devido ao fato de Assis ter sido ferroviário e mantido contato com os trabalhadores das cidades cosmopolistas da época, realmente compartilhasse das reivindicações dos sindicatos em favor dos operários, então identificados com a ideologia comunista, especialmente pelas elites. Assis morreu em janeiro de 1964.

³³ Entrevista de Ercília Pompeu de Oliveira, concedida a Sirlei Regina Beloto, Projeto *Ressonâncias*, 1996.

³⁴ CAPILÉ Jr. op. cit., p. 269.

Todos se referem à reuniões secretas, realizadas na calada da noite. Afirmam também a existência dos Grupos de Onze, células de resistência ao regime, organizadas pelo petebista Leonel Brizola. Tanto na zona urbana, quanto na rural, buscavam-se tais grupos. E como esses grupos foram formados no seio do PTB, acreditava-se que todo petebista era comunista. E sobre eles se lançaram o Comando de Caça aos Comunistas – o CCC douradense. Na cidade, buscaram-se os dirigentes do PTB e, no campo, colonos que haviam recebido lotes na CAND.

Na verdade, naquele momento, qualquer motivo serviria ao propósito dos inimigos políticos dos petebistas. A UDN encampou o discurso de defesa da democracia, proposto pelos “revolucionários” e saiu à cata de subversivos.

Para essa busca, aglutinaram-se outras forças políticas contrárias ao PTB, partido de Jango e Vargas. O PSD, aliado de outrora, agora inimigo na luta contra a subversão, contra o “comunismo”; a UDN por sua vez, lutou ferozmente contra os petebistas.

Foi para o dia 21 de abril que tais forças conclamaram o povo douradense a demonstrar seus sentimentos em relação à “revolução”. Uma data significativamente simbólica, quando também se comemorava a morte de Tiradentes, herói nacional que lutou para libertar o país do jugo colonialista. Comemorava-se agora a libertação contra o jugo comunista, personificado pelo governo de Jango.

Ao tratar do evento, o jornal *O Progresso* estampou na primeira página, em letras garrafais, a manchete: *Comício pela liberdade*³⁵. Organizada pela entidade civil a Ação Democrática Douradense, movimento de apoio ao golpe, congregou políticos de todos os partidos, inclusive do PTB. Autoridades militares locais e regionais, representantes das igrejas católicas e evangélicas, além da presença maciça, segundo o jornal, da população douradense.

Ocupando o coreto da Praça Antonio João, as autoridades locais transformaram o ato num grande comício comemorativo, todavia, advertiu Ruy Gomes, representante do Lions Club:

Que não devemos nós políticos nos valer-se (sic) da vitoriosa revolução, para tirar proveito em benefício de facções políticas, pois pode isto desvirtuar o verdadeiro sentido da revolução [...]. Cabe aos políticos se unirem e conjugarem esforços em torno do atual governo, para restabelecer o clima de ordem, paz e trabalho da Pátria Brasileira³⁶.

³⁵ *O Progresso*, 26 abr. 64.

³⁶ *Ibidem*.

Outros políticos fizeram uso da palavra, homenageando as forças armadas concitando os douradenses a ficarem vigilantes para a preservação do novo regime. Todavia, significativo foi o discurso proferido por Napoleão Francisco de Souza, prefeito da cidade e do partidário do PTB. Ao discursar, elogiou a iniciativa da entidade promotora do evento e, segundo *O Progresso*:

[...] o prefeito de Dourados enalteceu, em palavras enérgicas e entusiastas a Ação democrática douradense, representada pela pessoa do prof. Celso Amaral, e principalmente a ação Democrática de Campo Grande. Enalteceu também os relevantes serviços prestados a Dourados pelo sr. Delegado de Polícia, Capitão Estácio de Azambuja e enalteceu também todas as autoridades militares e civis que têm demonstrado a sua mais ampla cobertura democrática.³⁷

Coube a uma mulher finalizar o comício. A Sra. Maria José, uma senhora humilde, nervosamente conclamou a “família brasileira a meditar na magnitude dos princípios democráticos e cristãos.”

A figura da mulher representando a família, e nesse ato, a família douradense, não foi uma escolha isolada e ao acaso. A figura da dona-de-casa no combate ao perigo comunista foi uma criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD. Segundo Dreifuss:

A escolha da dona-de-casa da classe média como potencial ponta de lança para o ataque a João Goulart foi de especial importância. Ao fazer tal escolha o IPES visava diretamente às esposas, irmãs e mães dos militares, profissionais, comerciários e tecnoburocratas. Era voz corrente que o IPES teria importado antropólogos e sociólogos, que o orientavam sobre a grande influência exercida pelas mães e avós na sociedade brasileira. Parece que os empresários levaram um ano para aprender como usar técnicas de mobilização das classes médias, mas uma vez aprendidas, elas se tornaram “um rolo compressor que não parava”.³⁸

Esse discurso foi facilmente assimilado no estado e na cidade, seguindo o caminho traçado pelo IPES/IBAD. Demóstenes Martins, ao se referir ao golpe de 64, associa a vitória da democracia brasileira, cuja origem deve ser creditada às “[...] preces cristãs da mulher brasileira, nas ruas e praças públicas [...]”.³⁹ Em Dourados, a presença da mulher teve o mesmo significado.

³⁷ Ibidem.

³⁸ DREIFUSS, Armand René. op. cit.

³⁹ MARTINS, Demosthenes, op. cit., p. 15.

Ao comício seguiu-se uma passeata pelas ruas da cidade. Um movimento magnífico, marcado pela presença maciça do povo de Dourados, como também pelas autoridades militares de outras cidades, como o Coronel Câmara Sena, procedente de Campo Grande, que representou as forças militares, “vindo especialmente para o magno comício”.

Uma pequena nota associava o comício de Dourados ao grande comício realizado na cidade do Rio de Janeiro logo após o golpe, em apoio à *revolução* e em resposta àquele realizado por Jango, no mês anterior. Noticiou o jornal sob título *A MARCHA DA VITÓRIA*:

Com o Marechal Gaspar Dutra a frente de um milhão de pessoas, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade partiu da concentração, em frente à Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, às 16 horas do dia 2 seguindo pelas avenidas [...]. Era a resposta do povo carioca, décuplo, ao comício das reformas, realizado, vinte dias antes, na Central do Brasil. Hinos nacionais eram cantados pela compacta população ao mesmo tempo que bandeiras brasileira e faixas alusivas a vitória democrática tremulavam acima das massas. 19 dias depois Dourados também dava a sua demonstração de fé democrática promovendo uma gigantesca concentração cívica, também com uma espetacular passeata pela Av. Marcelino Pires. Assim como foi em São Paulo, Minas e em todo Território brasileiro.⁴⁰

Embora a cena do comício-passeata tenha sido entusiasticamente narrada pelo repórter do jornal, alguns entrevistados não confirmam sua realização. A afirmação de que não houve tal passeata foi feita por Sultan Rasslan, que à época, era radialista numa emissora de rádio local. Durante o ano de 64, foi detido catorze vezes pela polícia local. Segundo Rasslan:

Em vários lugares aconteceu esta passeata. Em Dourados não. O que aconteceu em Dourados ficou no dia primeiro de abril, foi que estas pessoas saíram correndo de suas casas, em suas camionetes correndo atrás de comunistas, invadindo residências, prendendo pessoas, eles tinham poder [...].⁴¹

As lembranças do entrevistado nos encaminham para a discussão teórica que balizam os conceitos de história e memória. Os acontecimentos comentados por Sultan ocorreram há quase quarenta anos, trata-se de um período nefasto na sua visão, mas que ainda lhe causa revolta. Some-se a isso as catorze detenções sofridas. Percebe-se, pelo seu depoimento, um desejo imperioso de desautorizar os “revolucionários” de 64, e neutralizar

⁴⁰ *O Progresso*, 26 abr. 64.

⁴¹ Entrevista de Sultan Rasslan, concedida ao prof. Wilson Valentin Biasotto, Projeto *Ressonâncias*, 1996.

suas ações. Não que queira esconder os fatos como se passaram, mas inconscientemente “seleciona” as imagens do passado que deseja perpetuar no presente. Le Goff, ao discutir a capacidade mnemônica, considera a memória humana como um resultado de sistemas de organização de informações.

Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que resultados de sistemas dinâmicos de organização e que apenas existem “na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui”.⁴²

As perturbações da memória, prossegue Le Goff, não significam simplesmente problemas de personalidade do indivíduo, “mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva.”⁴³

A memória propriamente dita é algo inalcançável, afirma Tania Maria Fernandes, pois

[...] configura-se como a construção de uma determinada vivência a partir da memória. Durante o processo de rememoração o depoente estabelece relações entre suas próprias experiências que o permite reconstruir seu passado segundo uma determinada estrutura, consciente ou não. É o tecer de uma teia na qual suas vivências vão sendo reorganizadas, proporcionando a cada ato de rememorar uma nova construção através de um determinado encadeamento de idéias, estruturado pela valorização simbólica de sua própria personalidade [...] não se constituindo, no entanto, seu conteúdo puro.⁴⁴

Outra forma de manifestação favorável ao golpe em Dourados foi a campanha “OURO PARA O BEM DO BRASIL”. Tratou-se de uma campanha desencadeada a partir da cidade de São Paulo, uma iniciativa das mulheres paulistanas, as mesmas que, aliadas à Igreja Católica, fizeram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Uma campanha de iniciativa dos Diários Associados⁴⁵ que deu início a arrecadação de ouro *para servir de lastro à nossa moeda, fortalecendo-a no combate à inflação*.⁴⁶ A campanha teve no presidente Castelo Branco seu principal ícone. *O Progresso*, ao iniciar a campanha em Dourados, publicou:

⁴² LE GOFF, Jaques. *História e memória*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1996. p.424.

⁴³ LE GOFF, Jaques. op. cit., p. 425.

⁴⁴ FERNANDES, Tania Maria. Edição de entrevistas: da linguagem falada à escrita. In: MONTENEGRO, Antonio Torres. FERNANDES, Tania Maria. *História Oral: um espaço plural*. Recife: Universitária/UFPE, 2001. p. 92.

⁴⁵ Empresas de comunicação de Assis Chateaubriand.

⁴⁶ *O Progresso*, 17 mai. 64.

O presidente Castelo Branco visitou São Paulo dia 21 p. passado onde entregou uma medalha de ouro em colaboração com a campanha do ouro iniciada em São Paulo, no ato recebeu a aliança simbólica com os seguintes dizeres: “Dei ouro para o bem do Brasil 1964”. Estas alianças estão sendo distribuídas pelos Diários Associados para todos os contribuintes de ouro e dinheiro, na capital. Segundo informações há uma organização perfeita promovida pelos Diários Associados. Várias senhoras da sociedade paulista colaboram com essa iniciativa, bem como os próprios funcionários do governo. Os contribuintes têm ampla cobertura por televisão, rádio e jornal, comprovando todas as contribuições.⁴⁷

Logo a seguir, instituiu-se a campanha na região de Dourados. Na edição de 07 de junho de 1964, *O Progresso* conclamava a população de Dourados e região a colaborar com a campanha “Ouro para o bem do Brasil”, de iniciativa da entidade civil Lions Club de Dourados, com a colaboração de Wlademiro Amaral que intermediou a adesão de Dourados junto aos Diários Associados. Concitando todos os patriotas a doar ouro e dinheiro. Segundo os organizadores, o ouro seria depositado na agência do Banco do Brasil, em nome do Tesouro Nacional.⁴⁸

A campanha era incentivada com publicações em jornais sobre as novas adesões, como por exemplo, a iniciativa dos componentes do 16º Batalhão de Caçadores, sediado em Cuiabá que se dispuseram a doar um dia de salário para a campanha OURO PARA O BEM DO BRASIL, com indicações de que outras entidades estavam aderindo a campanha.⁴⁹

A atitude dos militares foi imediatamente assimilada por douradenses. Funcionários de uma farmácia da cidade também se prontificaram a doar um dia de salário para a campanha. Uma atitude louvável a ser imitada por todos, segundo o jornal.⁵⁰

Várias foram as publicações sobre a campanha. Além das notícias sobre a arrecadação que era feita pelo país, o jornal também nominava os contribuintes da cidade e região de Dourados, incentivando e, ao mesmo tempo, induzindo novas adesões à campanha. Diariamente, o jornal publicava uma relação nominal de doadores, indicando a quantia em dinheiro ou o peso em ouro. Professores, comerciantes, fazendeiros, trabalhadores de todas as categorias tinham seu nome publicado, com a indicação de suas profissões e importâncias doadas.

⁴⁷ O Progresso, 31 mai. 64.

⁴⁸ O Progresso, 07 jun. 64.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ O Progresso, 21 jun. 64.

Os estudantes douradenses prestaram amplo apoio ao golpe de 64. A única agremiação de estudantes existente em Dourados, a Associação Douradense de Estudantes – ADES- congregava filhos das famílias mais influentes da cidade. A manifestação estudantil ocorreu no dia 19 de abril de 1964, realizando um comício e uma passeata pela cidade. Segundo o jornal:

Os estudantes de todas as escolas reuniram-se e ofereceram um espetáculo quase inédito, realizando um comício em prol da democracia. O presidente da ADES (Associação Douradense dos Estudantes Secundários) José Paulo Teixeira [...] com auxílio dos estudantes Aldomir Carvalho, Jacy Alves de Lima, Emar Rodrigues, Luiz Carlos Deirane e outros, conseguiram também a “fanfarra” do Ginásio Estadual para promover a passeata.⁵¹

Nos discursos dos estudantes, o amor ao país, a defesa da democracia e da liberdade foi atributo de patriotas que lutaram “[...] por um porvir vitorioso do Brasil. Muitos entregaram suas vidas, como o heróico e exemplar Tiradentes que morreu na esperança de que mais cedo ou mais tarde o Brasil fosse uma terra livre.”⁵²

A figura de Tiradentes, nos discursos, foi associada ao novo herói, a do presidente Castelo Branco, que livrou o país do perigo comunista. Mas, Tiradentes teve um traidor, acrescenta o estudante, e era preciso que, naquele momento do golpe, “[...] Cada um de nós cuide para não ser um Silvério dos Reis dos nossos dias que não seja um traidor que entregue a Pátria nas mãos de tantos outros traidores, falsos pregadores da liberdade.”⁵³

Um ano depois, também por ocasião da comemoração do primeiro aniversário do golpe, o presidente da entidade fez publicar, no jornal *O Progresso*, o manifesto da ADES posicionando-se francamente favorável ao novo regime. Segundo ele, “os estudantes não podem ficar indiferentes aos que procuraram vender-nos aos países comunistas....o novo presidente sintetiza todas as esperanças do povo brasileiro.”⁵⁴

Algumas lembranças de Sultan Rasslan novamente nos indicam o caminho para acompanhar as ações estudantis na cidade. Na sua luta contra o funcionamento de um cassino ilegal na cidade, na década de 60, não obtendo colaboração junto às autoridades locais para o seu fechamento, Rasslan procurou ajuda na ADES, mas não obteve. Segundo

⁵¹ *O Progresso*, 19 abr. 1964.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

ele, o presidente da entidade, José Paulo Teixeira era amigo do delegado, o mesmo a quem ele já recorrera, razão talvez porque tenha se negado a tomar qualquer posicionamento a respeito ao fechamento do cassino: “O presidente da ADES tinha comprometimento com autoridades policiais. Ele era muito amigo do delegado de polícia na época”.

A ADES, criada desde a implantação da escola técnica Oswaldo Cruz, na década de 50, era um movimento estudantil isolado. No início da década de 60, discutia-se sua inserção junto a UNE, a União Nacional de Estudantes, fato que nunca ocorreu.

Se, de um lado não houve resistência ao golpe por parte dos estudantes, o mesmo se pode dizer dos professores, pelo menos nesse primeiro momento. Em junho de 64 os professores se reuniram e o teor da reunião foi resumido pelo *O Progresso* dessa forma:

Teve a mais alta repercussão nos meios políticos e sociais a reunião dos professores de Dourados, convocada pelo prof. João Ramão Araújo, no Sábado, dia 30 de maio passado. Altas autoridades estiveram presentes, além de um bom número de professores. O Revmo sr. Bispo Diocesano de Dourados, D. Carlos Schmit, o DD. Dep. Antonio Alves Duarte, o prof. Celso Amaral, os diretores do Colégio Comercial Santos Dumont, representante da diretora da Escola Normal, vários diretores de outras escolas. A reunião foi promovida com o sentido patriótico de promover uma orientação a todos os professores de Dourados, tendo ficado programada uma reunião mensalmente, onde conferências serão apresentadas, visando sempre a orientação cristã, democrática e técnica dos professores. Como primeiro conferente foi escolhido o prof. José Pereira Lins.⁵⁵

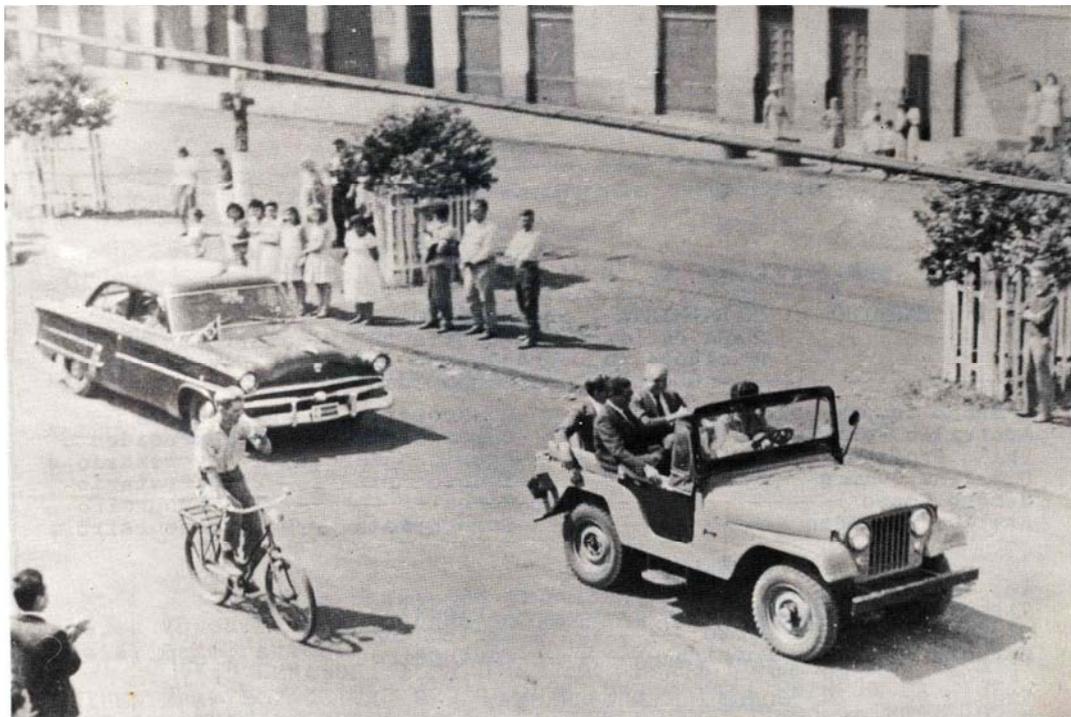
Na mesma página do jornal, a conversa divertida entre Colono e Zé Pinga, pequeno quadro de humor do jornal, existente até os dias atuais. Nela, Colono confirma sua presença na reunião dos professores, ao que acrescenta Zé Pinga: *E não se esqueça também de colaborá com ouro para o bem do Brasil!*

Enquanto parte da população se envolvia nas campanhas “pró-revolução”, uma outra parte passava a ser alvo de investigações, vigilância e prisões, pois era vista como suspeita de atividades subversivas. É do que tratamos no capítulo seguinte.

⁵⁵ *O Progresso*, 07 jun. 64.

Flagrantes da visita do Presidente João Goulart a Dourados, 1963.

Fonte: MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memórias Fotográficas de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990



Acervo do Centro Documentações Regional, - UFMS

O presidente foi recepcionado por autoridades no aeroporto da cidade, que o acompanharam em passeata pela Avenida Marcelino Pires.



Comício na Praça Antônio João, João Goulart se dirige à população Douradense.



O prefeito de Dourados, Napoleão Francisco de Souza e João Goulart.



Recepção ao presidente na casa de Napoleão.



Napoleão Francisco de Souza, João Goulart e o governador do MT, Fernando Correa da Costa.

CAMPANHA "OURO PARA O BEM DO BRASIL"

OSVALDO CRUZ

ESTADO DE SÃO PAULO

DIPLOMA

O ^{MEJOR} Senhor JAIRO DE OSTI

portador do presente *Diploma* participou e contribuiu em favor da Campanha "Ouro para o bem do Brasil".

Oswaldo Cruz, 11 de junho de 1964

[Assinatura]
Juiz de Direito

[Assinatura]
Presidente do Rotary Club

Esta é a síntese dos princípios democráticos que V. está ajudando a defender e consolidar!

DEVERES DO «LEGIONÁRIO DA DEMOCRACIA»

- 1 - Lutar pela consolidação da Revolução Democrática.
- 2 - Combater intransigentemente o comunismo ou qualquer regime totalitário.
- 3 - Respeitar as leis e as autoridades constituídas.
- 4 - Pugnar pela democratização do capital e defesa da Livre Iniciativa.
- 5 - Preservar a moral e a honra da Família, da Pátria e as tradições religiosas do Brasil.
- 6 - Combater o roubo, a corrupção, a ganância e os políticos desonestos.
- 7 - Combater a sonegação dos impostos.
- 8 - Combater os lucros excessivos.
- 9 - Cooperar no rendimento do trabalho e aumento da produção, na cidade e no campo.
- 10 - Não permitir a retenção de mercadorias que vise à especulação.
- 11 - Evitar os gastos supérfluos ou além de suas possibilidades.
- 12 - Zelar pelo aprimoramento da cultura em geral e dos conhecimentos técnicos.
- 13 - Ajudar os menos favorecidos.
- 14 - Orientar e amparar a infância.
- 15 - Confiar no futuro e na grandeza do Brasil, combatendo os derrotistas e inertes.

Diploma conferido durante campanha OURO PARA O BEM DO BRASIL, na cidade de Osvaldo Cruz SP. O comprovante acima pertence ao empresário paulista Jairo de Osti, radicado em Dourados desde a década de 70. À época o empresário tinha apenas dez anos de idade, era de família humilde mas queria ajudar a revolução. Pediu dinheiro ao pai e entrou na fila de doações. Conta que, aos que doavam ouro era conferido um anel simbólico, como sua doação foi o dinheiro, recebeu apenas o diploma. O diploma é assinado pelo Juiz de Direito e pelo Presidente do Rotary Club.

CAPÍTULO III

PATRULHAMENTO SOBRE OS SUSPEITOS E A RESISTÊNCIA POSSÍVEL

“Sofri, fui preso, foi seis policia me pegá em casa, me prendero e falaram que ia me matá, me jogá no rio...me mandá prá Cuba...minha família tudo foi perseguida e vigiado demais...nunca fui preso ... minha vida é só trabalhá em lavoura...onde se colhia 200 e 300 saco de feijão, então uns home desse for comunista, então comunista é bom...”

Noel Bernardo da Silva, ex-colono da CAND

A elaboração do campo de apoio ao golpe militar de 64, que há muito vinha sendo construída, além dos setores dominantes, envolveu grande parte da sociedade. Por outro lado, significou a identificação dos adversários ao serem combatidos, assim recaiu a punição sobre os que, direta ou indiretamente haviam apoiado o projeto político do Governo Goulart. Paralelamente à mobilização de manifestação de apoio, efetivou-se a caça aos suspeitos.

Esse momento de perseguição política aos adversários não foi objeto de notícia, produção de artigos ou reportagem na imprensa local. O silenciamento é relevante, possível estratégia para não causar maior insegurança, legitimar e ampliar o apoio ao novo governo. Somente, quase três meses após o golpe, na edição de 24 de junho de 1964, é que começaram a ser publicadas as notícias de prisão de inúmeras pessoas. Todavia, não se tratavam de matérias jornalísticas, mas de notas oficiais, intituladas “Declaração”,

assinadas pelo Cel. Alfredo Aristarcho Leygrand Marquesi, do 11º R.C. Consta nas mesmas que a detenção dos suspeitos ocorreu para que fossem “submetidos à averiguação sobre suas atitudes e participação, tendo sido postos em liberdade por não ter sido apurado até agora que estivessem participando de forma comprometedor de tal tipo de atividades [...]”.¹ Entre os detidos constou o nome do ex-vereador Gumercindo Bianchi, cujo mandato legislativo fora cassado na noite de 19 de abril de 1964.

Entretanto, encontramos narrativas de prisões e perseguições, de natureza variada, que ocorreram imediatamente após o golpe, registradas em entrevistas concedidas ao Projeto *Ressonância do Golpe de 64 e Memória de Pioneiros*. Estas são depoimentos daqueles que as sofreram e as carregam bem vivas na memória. Conforme Sultan Rasslan, um dos entrevistados, no dia seguinte ao golpe, pessoas da comunidade saíram em seus carros à caça de comunistas.

Várias entrevistas analisadas dão conta de inúmeras prisões, principalmente de pessoas ligadas ao PTB e também de colonos residentes na CAND ou ainda na cidade de Itaporã, então distrito de Dourados. Entre outros aspectos, comentaram a existência dos Grupos de Onze.

Na verdade, os Grupos de Onze tratavam-se de uma estratégia de resistência coordenada por Leonel Brizola que, desde a renúncia de Jânio Quadros, organizara uma extensa rede de apoio a João Goulart. Para garantir a posse de João Goulart e com o apoio do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola declarou-se disposto a pegar em armas para garantir respeito à Constituição e passou a exigir seu cumprimento, diga-se, a posse do vice-presidente eleito. Organizou uma rede de emissoras de rádio, denominada de Cadeia da Legalidade, ganhando apoio da opinião pública.

Enquanto Jango tardava a implantação das Reformas de Base, Brizola organizou seus partidários com a missão de pressionar o presidente pelas Reformas. Exigindo a imediata implantação dessas reformas, Brizola percorria o país organizando seus seguidores, partidários do PTB, em Grupos de Onze, facções semelhantes às células comunistas. Passou a exigir, com urgência, a implantação das Reformas de Base: “na lei ou na força”. Esses grupos eram armados e estruturados em seus locais de moradia e trabalho para as atividades políticas radicais, emanadas por Brizola através das emissoras de rádio.²

¹ *O Progresso*, 24 mai. 64.

² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999, p. 64.

A melhor descrição da resistência brizolista está contida no IPM contra Leonel Brizola, instaurado em 1964 e concluído em 1968. O inquérito foi descrito em *Revolução de 1964: a versão e o fato*, livro escrito pelo general Adolpho João de Paula Couto. Segundo o autor, Brizola formou e comandou esses grupos dentro do seu partido, o PTB:

Em outubro de 1963, Brizola achava que o Brasil estava vivendo momentos decisivos e que, rapidamente, se aproximava o desfecho almejado. Sucessivamente, em 19 e 25 de outubro, fez pronunciamentos à Nação, através dos microfones de uma cadeia de estações de rádio, liderada Mayrink Veiga [...].

Nesses pronunciamentos, eivados [...] de metáforas e redundâncias, Brizola conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o 'Exército Popular de Libertação'. Comparou esses grupos com equipes de futebol, e os 11 'jogadores' seriam os 'tijolos' para 'construir o nosso edifício'. Estavam lançados os Grupos dos Onze (G-11) que, em sua cabeça megalomaníaca, seriam o seu exército particular. Os documentos encontrados posteriormente nos arquivos pessoais de Brizola, revelaram os planos para a formação dos G-11 e do Exército Popular de Libertação. Como todo o discurso 'brizolista', esses documentos possuíam uma linguagem incisiva, mas primária, dramática, mas demagógica. O documento mais hilariante, se não fosse trágico, era o das 'Instruções Secretas', assinadas por um 'Comando Supremo de Libertação Nacional'. Inicia-se por um 'preâmbulo ultrasecreto', onde consigna que a morte pesaria sobre aqueles que revelassem os segredos dos 'Grupos dos Onze'. 'O compromisso de resguardo deverá ser um tanto solene, para impressionar o companheiro, devendo, antes, verificar as idéias desse soldado dos G-11, a fim de que sejam selecionados ao máximo, os autênticos e verdadeiros revolucionários, os destemerosos da própria morte [...]' (das Instruções Secretas). Os G-11 seriam a 'vanguarda avançada do Movimento Revolucionário', a exemplo da 'Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética'. Defendendo a tese de que 'os fins justificam os meios', faz veladas ameaças sobre os futuros atos dos G-11: 'em consequência, não nos poderemos deter na procura de justificativas acadêmicas para atos que possam vir a ser considerados, pela reação e pelos companheiros, sentimentalistas, agressivos demais ou, até mesmo, injustificados'."

[...] Sobre a tática a adotar pelos G-11, culminado as ações iniciais, continuam as Instruções: "desses pontos e à sombra da massa humana, deverão convergir os G-11 especializados em destruição e assaltos, já comandando os companheiros e com outros se juntando pelas ruas e avenidas, para o centro da cidade, vila ou distrito, de acordo com a importância da localidade, depredando os estabelecimentos comerciais e industriais, saqueando e incendiando os *molotovs* e outros materiais inflamáveis, os edifícios públicos e os de empresas particulares."³

A partir desse entendimento preliminar, é possível concluir que as prisões ocorridas após o golpe de 64, deram-se em face da resistência que esses grupos poderiam oferecer ao

³ COUTO, Adolpho João de Paula. *A Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livre, 1999, p. 91,92.

novo regime. De fato, o que se pode constatar nas entrevistas concedidas para o projeto *Ressonâncias do Golpe de 64*, é que as prisões, na maioria, envolviam partidários do PTB e que teriam ligações com os Grupos de Onze.

Especificamente sobre as ações dos Grupos de Onze, é interessante observarmos que parte da imprensa nacional teria considerado como fantasiosas o caráter de guerrilha atribuído às mesmas. No livro *O golpe de 64: a imprensa disse não*, sobre a apreensão de documentos de instrução do grupo em Nova Iguaçu, assinados por um certo “Comandante Supremo”, com claras intenções de incriminar Leonel Brizola, Thereza Alvin reproduziu nota do irreverente jornalista Rubem Braga, publicada no *Jornal do Brasil* em 17 de julho de 1964. Diz a nota:

[...] O documento é impressionante [...] pela tolice de quem o redigiu. Ali se diz que a burguesia nacional será aliada do movimento, e “nós a apoiaremos após a vitória”, mas também se ordena que sejam incendiados, além dos edifícios públicos, os estabelecimentos comerciais e industriais. Isso sem falar em plantações, celeiros, depósitos de cereais e armazéns gerais. Fogo em tudo! E viva a burguesia!

Ministro Costa e Silva: o Sr. Deve mandar prender quem descobriu esse documento. Ou encarregar alguém mais inteligente de forjar um outro. O Sr. Brizola era um espiroqueta vermelho, mas nunca um débil mental.

Marechal Castelo Branco: baixe uma ordem para parar esse fabrico de planos cozens chineses ou nacionais, que comprometem não apenas a honra como a inteligência das Forças Armadas [...].⁴

Segundo Gorender, por ocasião do golpe de 64, os Grupos de Onze chegavam a 24 mil militantes em todo país, todavia, nada se sabia de sua estratégia de ação. Quanto à atitude de Brizola que, em 31 de março, tomara a capital do estado do Rio Grande do Sul, sob proteção do III Comando do Exército, afirma que cometeu um erro estratégico: “[...] não fez o que podia consolidar a frente antigolpista: a instalação de um governo provisório alternativo na capital do Estado”.⁵

Na região de Dourados, as prisões que se seguiram ao golpe, buscavam exatamente detectar a presença de adeptos de Brizola e de seus supostos grupos de guerrilha. Depoimentos dos entrevistados, presos por ocasião do golpe em Dourados, evidenciam essa preocupação. Atilio Torraca Filho, membro do diretório do PTB, conta que, logo após o golpe, ao saber que seria preso, ausentou-se da cidade e quinze dias depois retornou,

⁴ ALVIM, Thereza Cezário. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 200.

⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999, p. 134.

apresentando-se à polícia. A seguir foi intimado a depor no quartel do Exército, na cidade de Nioaque. Foi com seu próprio carro e lá chegando ficou à disposição do Coronel Nicanor de Sá:

[...] faço questão de frizar (sic) o nome, chegando lá para depor, ele convidou a ser seu hóspede e recolheu meu carro, era uma Kombi velha [...] fiquei nove dias sem saber se estava preso ou se era realmente um hóspede do senhor coronel e depois de nove dias ele sempre alegando que seu escrivão titular que lá se encontrava estado de inteligência (sic) depois de nove dias ele voltou e mandou o escrivão por (sic) um papel na máquina [...] aí me fez duas perguntas, uma delas me perguntou se eu era comunista. Depois de duas perguntas, ele me dispensou.⁶

As duas outras perguntas, embora não constem em sua entrevista, foram: É petebista? É do Grupos de Onze? Torraca costuma dizer que respondeu apenas um sim: era petebista.⁷

A mágoa de Torraca contra o regime militar fundamenta-se na perseguição imposta contra petebistas, pessoas que, segundo ele, apenas trabalhavam em prol da implantação das Reformas defendidas por Brizola. Junto aos demais membros do diretório municipal, mantinham subdiretórios do partido nos distritos e na antiga CAND onde:

[...] traçávamos planos para administrar dentro do móveis (sic) democrático, dentro daquilo que era permitido por lei, no entanto, veio o golpe de 64 e taxou-nos de subversivos, de comunistas, de porção de coisa qual realmente não era.⁸

Nas reuniões discutiam-se abertamente as condições de trabalho, a participação do empregado nos lucros das empresas, planos para implantar a reforma agrária, assuntos que naquela época eram considerados subversivos, bem ao contrário de hoje, afirma Torraca. Ainda segundo o entrevistado, o modelo de reforma agrária foi a CAND, implantada por Getúlio Vargas: “[...] a nossa Colônia Agrícola Nacional de Dourados, implantada em 1943, por Getúlio Vargas que foi uma demonstração verdadeira de reforma agrária.”

O golpe de 64 atingiu principalmente o PTB, porque este partido:

⁶ Entrevista de Atilio Torraca, concedida a Analina Ferreira, Projeto *Ressonâncias do golpe de 64 na região de Dourados*, 1996.

⁷ Durante o período de verificação das fontes para esta pesquisa, estivemos na unidade do exército da cidade de Nioaque, para confirmar a prisão de Torraca, todavia, nada nos foi confirmado. Não havia nenhum documento do período arquivado e não nos informaram aonde poderíamos localizar. Tampouco souberam informar onde poderia estar. Tivemos confirmação apenas do comandante da unidade no ano de 64, coronel Nicanor de Sá, que confere com as informações do entrevistado.

⁸ Entrevista de Atilio Torraca op. cit.

[...] foi um partido que cresceu, nasceu da massa, cresceu e já em 64 se destacava com maior número de parlamentares[...] seguido pelo PSD e UDN, que eram realmente nossos adversários então em função do trabalhismo empregava um socialismo democrático, já pregava naquela época o socialismo democrático [...] então em função disso o PTB foi o alvo da revolução de 64 feita por militares, mas que gera um respaldo dos civis pertencente quase todos da antiga UDN e também do PSD.⁹

Torraca refere-se ao Comando de Caça aos Comunistas, o CCC douradense, como composto por elementos civis, tais como Celso Muller do Amaral e Dalmário Vicente de Almeida, ambos citados por diversos entrevistados. Na cidade de Itaporã, o CCC foi coordenado por Dalmário. Seu modo peculiar de forçar cooperação ao seu intento era o de ameaçar as pessoas do lugar a caçar e prender “comunistas” sob pena de serem considerados como tais, caso se recusassem a fazê-lo. Os colonos eram presos e trazidos para a delegacia de polícia de Dourados. Um dos entrevistados, Aurenô Cordeiro, vereador em Itaporã à época do golpe, conta que Dalmário:

[...] chegou em Itaporã e disse: quem for a autoridade que não prender os comunistas, vai ser preso, citou um exemplo, que em Dourados já tinha sido preso um promotor, tinha sido preso mais alguém, que eu não lembro e foi aquele comentário muito grande, então nesse dia um dia após que estourou a revolução, nós começamos ir atrás daquelas pessoas, que naquela época realmente houve um movimento em Itaporã chamado “grupo dos Onze”. Nesse grupo de onze teve algumas pessoas que tomou parte desse grupo e disse que esse pessoal estava se organizando para tomar conta do Brasil [...]. Então nós fomos atrás dessas pessoas.¹⁰

Conforme se verifica no depoimento do ex-vereador, todos os petebistas eram denominados de comunistas, ligados aos Grupos de Onze liderados por Leonel Brizola. Segundo ele, incitados por Dalmário, vários civis saíram à procura dos partidários de Brizola. Foram presos os petebistas Ricardo Francisco da Silva, Alberto Carneiro, Francisco Moreira, Batista Targino além de outros dos quais não se lembra. Todos faziam parte dos Grupos de Onze, alguns eram seus chefes. Eram pessoas conhecidas na cidade, pois defendiam abertamente a implantação da reforma agrária, assunto de comunista.

A fama de comunista acompanhou as pessoas até a morte. Apesar de compadre de Batista Targino, Aurenô Cordeiro conta que, após o golpe, o amigo e compadre mudou-se

⁹ Entrevista de Atílio Torraca, op. cit.

¹⁰ Entrevista de Aurenô Cordeiro, concedida a Marilene Agüero Rivarola. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

para o norte do país, onde foi assassinado por ter invadido terras. A família contesta e afirma que Batista Targino realmente mudou-se para o norte, precisamente para o Amazonas, onde comprou terras e morreu de malária.

Ainda na cidade de Itaporã, antiga Colônia Municipal de Dourados, também os colonos foram perseguidos e presos. Pessoas simples, todavia simpatizantes de Brizola, como o leiteiro José Veríssimo de Oliveira, casado, e pai de três filhos pequenos. A viúva, dona Valdeci, conta que o marido foi preso logo após o golpe porque admirava o partido trabalhista, mas não fazia parte de nenhum movimento subversivo. O marido foi preso no dia seis de abril quando colhia arroz na roça da família, na Colônia Santa Terezinha, distrito da cidade.

Segundo a viúva, a família tinha um aparelho de rádio e o marido não perdia um programa da rádio Mairink Veiga. O marido gostava de ouvir o programa de Brizola e acha que foi um vizinho que o denunciou: *Sei que morava vizinho com a gente e ajudou a incriminar ele, dizer que ele era comunista, porque não perdia um programa daquele e então, por isso, ele foi preso. Ficou trinta e seis dias preso.*¹¹

A polícia prendeu o marido na roça e invadiu a casa na cidade, em busca de armas que, segundo a polícia, o marido mantinha em casa, primeiro para matar a própria mãe e depois as crianças da casa. E também uma metralhadora e um cheque de duzentos mil cruzeiros que o Leonel Brizola tinha enviado. Na busca, reviraram toda casa, jogando os pobres pertences no chão e pisando em tudo.

Truculentos, acusavam também a viúva de comunista e perguntavam por livros comunistas. Acharam apenas uma folhinha de final de ano, uma paisagem campestre, com cavalos e crianças, guardada no fundo de uma mala, para quando a casinha que construíam ficasse pronta. O policial confiscou a folhinha, alegando ser um material comunista. Além da folhinha, a viúva lembra de um jornal que o marido assinava, e que falava de reforma agrária.

Durante o período em que José Veríssimo esteve preso em Dourados, dona Valdeci visitou-o diariamente. Vinha trazer comida de marmita. Segundo ela, muitas pessoas estavam presas:

[...] tinha políticos, tinha advogado, tinha muita gente de posição lá preso junto com ele também, inclusive de Fátima do Sul [...]. Mas sei que lá tinha muita gente de posição, preso lá junto com meu marido, as

¹¹ Entrevista de Valdeci Duarte de Oliveira, concedida a Valter Acácio de Melo. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

esposas deles também iam lá visitar eles. Depois que chegava lá tudo era bem recebido, só teve um dia que a gente tava na sala de espera e chegou um policial lá e falou assim: eu não sei que tanta mulher bonita, não sei que elas acharam naqueles[...], em casar com aqueles queixadas, esse rebanho de queixada.¹²

O policial foi repreendido por um outro, talvez de patente superior: ele estava ali para manter a ordem, não para fazer desordem. Ao ser repreendido, entregou o fuzil e saiu da sala quietinho.

Sobre a vida, após a volta da prisão, dona Valdeci lamenta o prejuízo: o marido perdeu a roça de arroz já plantada. Não achava ninguém para ajudá-lo na colheita: ninguém queria trabalhar para um comunista. A família toda foi discriminada, acusada de comunista, não tinham apoio de ninguém, pois as pessoas não queriam se envolver com comunistas. Todos se afastaram, temendo serem associados aos suspeitos da região.

Esse clima de identificação com subversivos alastrou-se como uma psicose na região, motivado pela fala do udenista Dalmário Vicente de Almeida, para o qual, quem não denunciasse comunista seria considerado como tal. Era preciso caçá-los em toda parte.¹³

Já em Dourados, na região da CAND, vários colonos também foram presos. Todos petebistas acusados de comunistas e de participação nos Grupos de Onze.

Noel Bernardo da Silva, dono de lote da colônia, conta que seu pai e irmãos foram todos presos, denunciados por conhecidos e vizinhos acusados de pertencer aos Grupos de Onze, porque eram partidários do PTB. Ao se lembrar do período, Sr. Noel desabafou:

Sofri, fui preso, foi seis polícia me pegá em casa, me prendero e falaram que ia me matá, ia me jogá no rio, outra vez ia levá e mandá prá Cuba e assim meus irmãos, minha família tudo foi perseguida e vigiado demais. Companheiros apanharam, vi apanhá na minha frente. [...] ele alegava que nós era comunista, né, [...], eu ainda falei prá ele: se for comunista, comunista é bom. Nunca fui preso, é a primeira vez. A minha vida é só trabalhar em lavoura muito grande e onde se colhia 200 e 300 saco de feijão, então se uns home desse for comunista, então comunista é bom.¹⁴

¹² Ibidem.

¹³ Entrevista de Aureno Cordeiro, concedida a Marilene Agüero Rivarola. Projeto *Ressonância*, 1996.

¹⁴ Entrevista de Noel Bernardino da Silva, concedida a Leila Gonçalves Campo. Projeto *Ressonâncias*, 1997.

O colono, como toda sua família, era petebista por simpatia a Getúlio Vargas. Na opinião deles, Vargas pensou nos pobres ao implantar a Colônia Federal, que tinha sido muito bom para os pobres a quem tinha distribuído terra.

A perseguição política praticada contra os petebistas vinha, sobretudo, de partidários da UDN. Perciliano Bueno Cavalheiro, cartorário em Dourados desde 1959, conta que foi preso por dar “vivas ao Brizola”. Afirma que foi:

[...] surpreendido na estrada por uma equipe da polícia, e fui preso

[...] como um criminoso qualquer, sujeito a tanta humilhação, me puseram sentado no jipe atrás, sem poder me sentar [...] e fui conduzido à delegacia e lá num cubículo infecto onde no máximo cabiam 15 detentos, estávamos em 45 pessoas, tudo como se fôssemos criminosos, tratados com a maior humilhação, cujo delegado um tal de capitão Azambuja, pobre boneco, manobrado pela cúpula da UDN local, nada falava, nada dizia, só dizia que estava no país um outro regime[...]. No dia seguinte, mandou me chamar e disse que eu estava preso, porque estava dando vivas a Brizola, com dois revólveres na cinta, gritando “viva Brizola! viva Brizola!”, tudo mentira, tudo invencionice[...].¹⁵

O drama dos presos, ainda segundo Perciliano, travava-se numa cela de nove metros quadrados, sob um calor infernal. Situação que se amenizava com a ajuda de pessoas como o prefeito da cidade, Napoleão Francisco de Souza, que providenciava água e sanduíches. Durante sua permanência na delegacia, viu chegarem carros e carros trazendo presos de diversas localidades, como de Bocajá, Carumbé e Itaporã que [...] eram adentrados nos cubículos, nas celas, com aqueles soldados mal-humorados, xingando de comunistas. Perciliano foi solto com a ajuda do compadre, Nilo Peçanha de Oliveira, partidário da UDN. Em 1966, Perciliano elegeu-se vereador.

A existência dos Grupos de Onze na região de Dourados é confirmada pelo ex-petebista Harrison de Figueiredo, preso duas vezes durante o regime militar. A primeira prisão ocorreu logo após o golpe. Era petebista atuante e afirma que a atuação dos Grupos de Onze na região de Dourados, nada tinha a ver com as formas descritas pelos militares. Não havia células de resistências, armamentos ou planos subversivos. A atuação do partido consistia na conscientização dos partidários, junto aos colonos, muitos deles também petebistas. Faziam reuniões nas áreas rurais, onde discutiam os assuntos ligados às

¹⁵ Entrevista de Perciliano Bueno Cavalheiro, concedida a Maria Jose Bueno Cavalheiro. Projeto *Ressonância*, 1996.

Reformas de Base. Ou seja, discutiam questões sociais, as quais seriam de alguma forma resolvidas com a implantação das reformas propostas por Jango.¹⁶

A prisão de Harrison de Figueiredo foi narrada por Umbelina Câmara Galvão, na época, cunhada de Harrison. A família de dona Umbelina foi fortemente atingida. Foram presos: seu marido, o irmão, o cunhado e ela própria. Segundo dona Umbelina, Harrison foi denunciado por um vizinho. A polícia foi até sua casa, reviraram tudo, até mesmo os livros escolares das crianças. Não tendo encontrado nada e, na ausência de Harrison, a polícia deteve a esposa de Harrison, Madalena, para que ela indicasse o paradeiro do marido. Com a detenção da esposa, Harrison decidiu se entregar à polícia. Mas, quem o deteve foi um civil, Dalmário Vicente de Almeida. Permaneceu dias preso até a chegada do exército.¹⁷

Dona Umbelina narra ainda a prisão do marido, Wilson Soares Galvão, proprietário de uma serraria na CAND. Galvão foi detido, numa madrugada, por um antigo conhecido e funcionário da delegacia de polícia, Autino Ferreira. Foi detido várias vezes, tanto que, previdente, já deixava uma maletinha com escova de dentes, pasta e sabonete pronta para quando viessem buscá-lo.

Sobre a prisão do irmão, João da Câmara, o Totó, dona Umbelina recorda-se da aflição que a família passou, visto que depois de preso, ninguém sabia dar notícias do irmão. Após ser preso, Totó foi colocado num caminhão do Exército e levado para Ponta Porã, no 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado – Regimento Marechal Dutra¹⁸. Lá chegando, foi colocado numa cela reservada onde permaneceu até a chegada do comandante da unidade. Nesse lapso de tempo, Totó refletiu sua vida, tentando encontrar motivos para sua prisão. Achou mesmo que se tratava de um engano, afinal havia tantos Totós, só podia ser engano.

Não era engano. No dia seguinte ao da chegada, escoltado por um oficial do Exército, Totó foi embarcado num avião. O avião tomou o rumo de Dourados e sobrevoou a cidade. Segundo dona Umbelina, o comandante perguntou ao seu irmão se ele gostaria de saber quem o tinha denunciado. Totó respondeu que não, mas o comandante apontou o

¹⁶ Entrevista de Harrison de Figueiredo, concedida a Prof. Wilson Valentin Biasotto. Projeto *Ressonâncias*, 1997.

¹⁷ Entrevista de Umbelina Câmara Galvão, concedida a Analina Ferreira. Projeto *Memória de Pioneiros*, 1997.

¹⁸ O nome da unidade é uma homenagem ao Marechal Eurico Gaspar Dutra, que a comandou no posto de Tenente Coronel, no período de julho à dezembro de 1932. É denominada de “Onze”. Dados obtidos no site www.exercito.gov.br/

denunciante assim mesmo: foi Celso do Amaral. Acrescentou ainda que, segundo o denunciante, a família fazia reuniões secretas na fazenda. Anos mais tarde, em 1976, João da Câmara foi prefeito pela Arena e recepcionou o presidente Ernesto Geisel. As imagens do encontro estão dispostas ao final do capítulo I.

Sobre as perseguições que sofreu e também seus companheiros de partido, Figueiredo atribui-as aos fazendeiros da região, que logo após o golpe se reuniram na casa de Ruy Gomes, ex-prefeito pelo PSD, e traçaram planos de ação para dominar política e administrativamente a cidade.¹⁹

Não foi maltratado na delegacia. Ao contrário, foi colocado numa cela em separado dos demais presos, onde recebia até mesmo lençóis limpos.²⁰ Dona Umbelina também faz referência ao fato de que a família não sofreu maus tratos físicos: [...] *os nossos não foram maltratados [...] eles ficavam até em divisão separada [...]*.²¹

Quanto à dona Umbelina, ela própria teve a vida transtornada. Era funcionária concursada da coletoria federal e conta que se sentiu pressionada tanto interna quanto externamente. Era constantemente ameaçada de ser removida para outras cidades e foi aconselhada a buscar apoio político para se manter no cargo. Ora, era uma funcionária efetiva e não dependia de influência política. Conseguiu se manter, mas não deixou de ser pressionada por certas pessoas da cidade que a maltratavam.

Ao atender um conhecido morador da cidade, que tinha ido comprar selos, utilizados para marcar mercadorias a serem vendidas por comerciantes, pediu paciência, pois não tinha selos contados naquele momento. Entregaria os selos ao comerciante mais tarde, por que não estava com “cabeça” para tal tarefa naquele momento, já que estava muito tensa com a prisão do marido. Conta que o comerciante, exaltado, começou a gritar “eu não tenho culpa de seu marido estar na cadeia”. Mas, não teve tempo de continuar com a grosseria, pois nesse momento, passou na frente da coletoria um soldado que o comerciante viu e saiu correndo. Dona Umbelina conta que a situação até então trágica, tornou-se cômica. Riu muito da reação covarde daquela pessoa: [...] *olhei o soldado e eu ri,*

¹⁹ Entrevista de Harrison de Figueiredo, concedida ao prof. Wilson Valentim Biasotto. *Projeto Ressonâncias*, 1997.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Entrevista de Umbelina Câmara Galvão, concedida a Analina Ferreira. *Projeto Memória de Pioneiros*, 1997.

*que até passou meu nervoso de tanto que eu ri, mas que covarde, gritou comigo que sou mulher e quando viu o soldadinho ali [...].*²²

Na região da CAND, logo após o golpe, muitos colonos foram presos, mas foram liberados, pois não havia provas de qualquer fato que os incriminasse. Alguns ficaram vários dias ou semanas detidos, sofrendo pressões psicológicas. O método de intimidação mais utilizado pelos policiais consistia na remoção de presos na calada da noite, sendo que, logo após a retirada do preso da cela, tiros eram ouvidos lá fora.

Após serem liberados, os colonos passaram a ser discriminados em seus locais de origem. Eram apontados como comunistas por pessoas de outros partidos políticos. Uma espécie de temor atingiu toda colônia, confundindo petebismo com comunismo. Eram pessoas simples, sem cultura letrada. Exatamente como o lavrador Anselmo Capilé, entrevistado pela professora Elisangela P. Fagundes. Perguntado sobre a presença de comunistas na região, Anselmo confirma a existência do partido Comunista, acrescentando que as reuniões eram feitas na calada da noite, ocasião em que as pessoas assinavam documentos sem saber do que se tratava. O equívoco se revela quando o entrevistado diz que o partido não era legalizado e formavam um “grupo de onze pessoas”, demonstrando a confusão ou a associação entre comunismo e Grupos de Onze.

Anselmo lembra de várias cassações de mandatos no estado. Entre elas, a de Wilson Barbosa Martins. Mas não cita os casos ocorridos em Dourados, dos vereadores Janary Carneiro Santiago e Gumercindo Bianchi. Sobre as prisões, lembra as de João da Câmara e Moacir Djalma Barros, mas acrescenta: “[...] eram mais profetas do partido PTB”. Quanto às perseguições na CAND, recaíram, sobretudo nos colonos e que, por causa da existência de supostos Grupos de Onze na colônia, muitas verbas federais foram cortadas.²³

A perseguição aos colonos era conhecida. O ex-deputado poeta contou o padecimento em versos:

Em sua colônia agrícola
De grande população,
O PTB sempre teve
Uma grande votação,
Por isso os colonos sofreram
A maior perseguição.

²² Entrevista de Umbelina Câmara Galvão, concedida a Analina Ferreira. Projeto *Memória de Pioneiros*, 1997. O conhecido a que se refere era o empresário Etalívio Penzo, dono da Torrefadora Café Brasil.

²³ Entrevista de Anselmo Capilé, concedida a Elisangela P. Fagundes. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

Os elementos udenistas
Sempre foram apaixonados
Nas urnas, sempre colheram
Os piores resultados,
Em todas eleições
Foram eles derrotados

Os moradores da colônia
Sentiram a grande vingança,
Por esta Revolução
Que gravaram na lembrança,
Mas no futuro da Pátria,
Mostram sua confiança²⁴

De acordo com as entrevistas, de fato houve muita perseguição aos colonos. Atílio Torraca, por exemplo, lembra da prisão de colonos do Bocajá, distrito de Itaporã, presos pela “polícia local”. Foram amarrados e agredidos, jogados em cima de um caminhão, foram recambiados para a delegacia de Dourados. Os soldados subiram no caminhão, e empurraram os colonos amarrados carroceria abaixo, [...] *como se faz com animal, que nem animal merece um tratamento desse.*²⁵

As perseguições não se restringiram somente aos colonos identificados com o PTB, voltando-se também contra o poder legislativo, atingindo os representantes do PTB na Câmara de Vereadores. No campo partidário, as perseguições iniciaram-se na própria noite do dia 31 de março de 1964. A 49ª sessão da Câmara de Vereadores desse dia, contou com a presença do Prefeito Municipal Napoleão Francisco de Souza e de uma comissão de senhoras, as mesmas foram convidadas a assistirem aos trabalhos.²⁶

Em sessão ordinária, ao início dos trabalhos do legislativo municipal às 19:30 horas, ainda não se tinha conhecimento da saída de Jango da presidência. Nesta data, o vereador Ivo Cerzósimo apresentou um requerimento, solicitando que fossem oficiadas “as duas casas do Congresso Nacional no sentido de se combater com todas as forças que mister se faça necessário contra a legalidade do Partido Comunista em nossa pátria”.

Ao requerimento seguiram-se calorosos debates entre os edis. O vereador José Severino declarou-se apenas contra o comunismo; Ismain Audi manifestou-se apenas contra a legalização do Partido Comunista. Contra a íntegra do requerimento apresentado, votaram os vereadores Janary Carneiro Santiago, João de Deus Mello e Gumercindo

²⁴ SOUZA, Pedro Luiz. *Verde a liberdade*. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1965, p. 16.

²⁵ Entrevista de Atílio Torraca, concedido a Analina Ferreira. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

²⁶ Ata da Câmara de Vereadores de Dourados, 31 mar. 1964, p. 166.

Bianki (sic). É significativo também o requerimento apresentado pelo vereador José Pereira da Silva, no sentido de que fossem oficializadas ao presidente da República e Leonel de Moura Brizola, congratulações pelo empenho dos dois políticos, na implantação das reformas de base²⁷. O requerimento sofreu emenda de Ivo Cerzósimo, “[...] no sentido que a mesma não toque na Constituição.”

Após o encerramento da ata, um fato curioso e ainda confuso se fez registrar:

Em tempo: o vereador José Severino de Oliveira requer da mesa no sentido de que seje (sic) constado em ata as palavras do vereador Janary C. Santiago com referência ao requerimento apresentado pelo vereador Ivo Cerzósimo que contesta contra a legalização do partido Comunista no Brasil. O vereador Janary Carneiro Santiago disse as seguintes palavras: para firmar minha posição lerei uma carta que acabo de receber do meu companheiro, Leonel Brizola. Prosseguindo, declarou que era perfeitamente favorável às idéias reformistas, afirmando que o autor do requerimento não tinha autoridade para combater o comunismo por nunca ter estado em um país sob êsse (sic) regime, declarando ainda que deveríamos experimentar para depois combater, afirmando ainda tais movimentos serem orientados pelo desrespeitador de família Ademar de Barros, que confundia religião com política, afirmando ainda que Cristo era comunista. Tendo o vereador Gumercindo Bianki (sic) apontado por diversas vezes o vereador Ivo Cerzósimo autor do requerimento, afirmou era necessário a legalização do partido comunista, pois em regime democrático não se poderia impedir (sic) a legalização do partido comunista que também tinha direito de difundir suas idéias.²⁸

Ao aparecimento do assunto comunismo, denota-se que os ânimos se acirraram. A esse, seguem-se inúmeros apartes de outros vereadores, interessados em fazer constar seu posicionamento pró ou contra a legalização do partido comunista. Nessa sessão conturbada, delineia-se o futuro político dos vereadores Janary e Gumercindo. Janary principalmente. Em várias sessões do legislativo douradense, o vereador apresentara denúncias contra o Delegado local, acusando-o de brutalidade contra posseiros que ocupavam lotes da CAND, à espera de regularização de suas situações fundiárias. Inúmeras prisões foram feitas, e nessas ocasiões, Janary intercedia em favor dos posseiros, fazendo pedidos diversos como compra de colchões para a Delegacia e ajuda financeira para as famílias dos presos. Ajudava “invasores” de terra, era petebista, só podia ser também comunista, pelo menos na lógica da ideologia dominante.

A sessão de 31 de março também foi narrada por Osvaldo Wolf, vereador à época:

²⁷ Ibidem p. 166-167.

²⁸ Ibidem

[...] no dia 31 de março de 1964, numa terça-feira, era noite de reunião na Câmara Municipal de Dourados. Na rua uma marcha de mulheres com destino a Câmara Municipal para pedirem apoio a favor das famílias que temiam coisas desastrosas no país. E no recinto da Câmara já não cabia mais ninguém, nós os vereadores discutíamos um requerimento polêmico. A minha cadeira ficava em frente a uma janela, quando a Câmara Municipal funcionava junto ao prédio da Prefeitura, e eu já estava falando contra os movimentos esquerdistas do país, quando de fora da sala, e pela janela, alguém me disse: fala vereador Wolf, porque a revolução já começou.²⁹

O clima tenso que se formou face os últimos acontecimentos ocorridos na capital, Rio de Janeiro e São Paulo também se fazia notar em Dourados, tanto que no próprio dia 31 de março, quando ainda se ultimavam os acontecimentos envolvendo o presidente e as Forças Armadas, já se falava em “revolução”. A emissora de rádio local e os rádios particulares sintonizados com emissoras de outras cidades divulgavam os acontecimentos de diversas localidades. O diálogo entre o presidente e as forças militares exauriu-se e:

[...] na tarde de 31 de março, Kruel finalmente deu ordens para que seus tanques se deslocassem rumo ao Rio. Essa manobra era essencial para a revolta, devido à importância estratégica do Vale do Paraíba em caso de uma guerra civil.³⁰

E na mesma tarde, em Mato Grosso, o coronel Meira Mattos, do 16º BC, sediado em Cuiabá, transmitia à lideranças udenistas, notícia do deslocamento de tropas paulistas para a cidade do Rio de Janeiro, e ele, por sua vez, preparava-se para marchar com sua tropa para Brasília.³¹ Deflagrado o movimento golpista, prisões e perseguições ganham corpo.

No legislativo douradense, na primeira sessão seguinte após o dia do golpe, a cassação do mandato de Janary Carneiro Santiago foi requerida pelo vereador Cider Cerzósimo de Souza, em razão de o referido vereador ter se declarado e se manifestado a favor do Partido Comunista. Por sua vez, a cassação do mandato de Gumercindo Bianchi foi requerida pelo vereador Ataulfo de Mattos, pelo mesmo motivo: simpatizava-se com o comunismo.³²

²⁹ Entrevista de Oswaldo Wolf, concedido a Rosmari T. M. Pereira. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

³⁰ SKIDIMORE Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo* (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 363.

³¹ MARTINS, Demóstenes. *A poesia da Jornada*. Rio de Janeiro: Ed. Resenha Tributária, 1980, p. 244.

³² Ata da 50ª Assembléia da Câmara de Vereadores, de 7 abr. 1964.

Com base na legislação vigente, o presidente da Câmara, vereador Jofre Damasceno nomeou uma comissão destinada a tratar da cassação do mandato dos dois vereadores. A comissão foi formada pelos vereadores Décio Rosa Bastos, Ismain Audi e Ataulfo de Mattos.

Os vereadores Janary e Gumercindo não estavam presentes nessa sessão e o requerimento para cassação de seus mandatos foi feito oralmente, pelos vereadores requerentes. Nenhuma anotação quanto à troca de governo se fez na Ata, apenas uma manifestação de apoio, representada pelo requerimento do vereador Ismain Audi, e oficializar aos “Ministros das três armas e governadores, que democraticamente souberam impedirem (sic) a infiltração do comunismo no Brasil”.

No dia 10 de abril de 1964, às 2 (sic) horas, foi realizada uma sessão extraordinária para designar dia e hora para o início do processo de cassação dos mandatos dos dois vereadores acusados de “simpáticos” ao comunismo. O processo deveria começar no mesmo dia 10, às 16:00 horas. Com a presença de apenas um vereador envolvido, Gumercindo Bianchi, foi aberta a 21ª sessão extraordinária e teve início um rito sumário de cassação dos mandatos.

Fizeram parte da peça inicial do processo de cassação:

- Certidão fornecida pela Câmara de Vereadores, contendo a transcrição da sessão do dia 31 de março de 1964;
- Certidão da Delegacia de Polícia onde constam declarações do vereador Janary Carneiro Santiago ao delegado de polícia;
- Certidão de inexistência, nos arquivos da Câmara, da CI que o vereador lera na sessão do dia 31.

Abertos os trabalhos, o vereador Jofre Damasceno pediu adiamento da sessão, alegando a necessidade de se respeitar o prazo de 48 horas para que os acusados apresentassem suas defesas.

Nos registros da ata, não verificamos a aceitação do prazo requerido para defesa. Todavia, como o vereador Gumercindo Bianchi estava presente, ele próprio fez sua defesa. Contrariando seu posicionamento anterior, o vereador alegou que nunca difundiu idéias comunistas “[...] e sim, apenas queria que o partido comunista desligasse dos demais existentes neste (sic) país, para o melhor acatamento das autoridades competentes”.³³

³³ Ata da 21ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Dourados, 10 abr. 1964.

Janary Carneiro Santiago, o outro vereador em julgamento pelos seus pares, não estava presente. Estava preso, juntamente com seu companheiro de partido, Harrison de Figueiredo.³⁴

Afigura-se, pelos registros dos apartes, ter havido um caloroso debate, ocasião em que o vereador Gumercindo mostra-se completamente órfão, alijado de qualquer apoio de seus pares. Em meio às acusações e delações, o vereador Ataulfo de Mattos pediu para que constasse em ata que, segundo o vereador Luiz Francisco de Lima, o vereador Gumercindo era portador de uma circular endereçada ao Presidente do Sub-Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro em Panamby.

Esta circular parece ser a mesma, atribuída a Leonel Brizola, que fora apresentada pelo outro vereador processado, Janary Carneiro Santiago, na sessão do dia 31 de março. É provável, caso realmente tenha existido tal circular, que se tratasse de instruções do partido quanto ao procedimento a ser adotado em determinadas situações. Ocorre que tais documentos não foram localizados, levando os demais vereadores à hipótese de serem as instruções dos Grupos de Onze. E como o sigilo de tais ações era recomendado, tais correspondências nunca apareceram. Nem a de Gumercindo e nem a de Janary, ou mesmo de qualquer outro documento do partido.

A situação local parece estar ligada aos acontecimentos nacionais. No ano anterior, a ala radical do PTB, considerada como a esquerda do partido, representada por Leonel Brizola vinha se desgostando da atuação de Jango. Segundo Boris Fausto:

Brizola foi organizando sua própria base de ação. Assumiu o controle da Rádio Mayrink Veiga ainda em 1963, lançou o semanário *O Panfleto* e começou a organizar os “grupos de onze”. Esses grupos deveriam se articular em todo país para resistir às tentativas golpistas e ajudar a implantar medidas, como a convocação de uma Assembléia Constituinte e a moratória da dívida externa.³⁵

As suspeitas das atividades subversivas na região de Dourados recaíram sobre os tais Grupos de Onze, atingindo políticos, membros do Diretório do PTB, colonos da CAND e também de cidades vizinhas, como Itaporã. Todos acusados de pertencer às células idealizadas por Brizola. As autoridades constituídas temiam que os partidários petebistas colocassem em prática as ações supostamente recomendadas por Leonel Brizola. Como existiam petebistas no campo e na cidade, foi grande o número de detidos

³⁴ Entrevista concedida por Harrison de Figueiredo ao prof. Wilson Biasotto. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

³⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1999, p. 458.

preventivamente. Na falta de cadeia para todos, alguns depoimentos indicam o uso do Parque de Exposições da cidade, para onde foram confinados os petebistas douradenses e outras pessoas da cidade, para interrogatório e averiguações. Do parque, alguns permaneceram presos na cadeia local, outros foram encaminhados à cidade vizinha de Ponta Porã.³⁶

Além da formação do CCC, outra providência das autoridades policiais locais, logo após o golpe, consistiu na convocação de todos os portadores de rádio de qualquer tipo, para que cadastrassem seus equipamentos na Delegacia de Polícia. Medida tomada visando inibir a comunicação de Brizola com seus comandados, frustrando assim, suas possíveis ações. A convocação partiu da 9ª Região Militar, que também determinou a apresentação dos donos de estações de rádio em qualquer parte do território mato-grossense. A medida, segundo os militares, visava “[...] a atualização do estudo sobre os recursos de comunicações no âmbito da 9ª RM, sendo, portanto, assunto considerado de suma importância para a segurança nacional [...]”.³⁷

Esperava-se que o PTB fosse alijado do poder local. De fato, alguns filiados foram presos, no entanto, o representante mais importante do partido na região, o prefeito Napoleão Francisco de Souza, manteve-se no cargo. Segundo alguns entrevistados, a permanência do prefeito petebista no cargo pode se atribuir ao fato do mesmo ser expedicionário. Participara da Segunda Guerra Mundial, na Itália. Era considerado um herói e teve total apoio do Exército por ocasião do golpe de 64.³⁸

Logo após o golpe, partidários udenistas estiveram na prefeitura, no período da manhã, reivindicando a entrega do cargo pelo prefeito. Napoleão acenou que iria entregar o cargo no período da tarde. Pediu que o grupo voltasse logo mais à tarde, quando entregaria o cargo. Tão logo o grupo deixou a sede da prefeitura, o prefeito rumou apressadamente a Campo Grande, distante de Dourados cerca de 220 quilômetros. Em Campo Grande, dirigiu-se ao Comando do Exército e contou o episódio ao general comandante. Acrescentou que entregaria a prefeitura de Dourados, mas ao Exército. O prefeito voltou para Dourados escoltado por um destacamento do Exército composto por cerca de 25

³⁶ Depoimento do jornalista Theodorico Luis Viegas, concedido à autora, em mai. 2003.

³⁷ *O Progresso*, 19 abr. 1964.

³⁸ Entrevistas de Ciro Azambuja, Olímpio Azambuja, concedido a Analina Ferreira. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

militares. Nenhum civil retornou para reivindicar a prefeitura. Napoleão manteve-se no cargo.³⁹

As ações de caça aos comunistas, segundo as entrevistas, transformaram-se em perseguições políticas ou por desavenças pessoais. Qualquer contenda particular era suficiente para acusar alguém de comunista e mandar prender. Ordens partiam de civis, pessoas influentes na região. Fazendeiros ou chefes políticos locais. O delegado simplesmente acatava tais imposições. Essa situação perdurou até a vinda de um militar, destacado para atender Dourados. Os militares não apoiavam as ações dos civis locais.⁴⁰

Atílio Torraca Filho indica como os principais mandantes das prisões, os fazendeiros da região, principalmente militantes da velha UDN “[...] que não conseguindo subir ao poder por meio do voto popular, o fizeram por meio do golpe de 64”:

[...] aqui em Dourados quem comandava era os coronéis da época e tinham, é lógico, o respaldo dos militares até certo ponto [...] porque os coronéis da época chegavam e diziam aos militares prendam fulano porque ele é comunista, iam lá e prendiam. Prendam sicrano porque ele é comunista, iam lá e prendiam, aí chegou outro cidadão, o capital por sinal decente, que veio comandar as operações em Dourados. Capitão Aroldo, que determinou o seguinte: quem não provar vai ser responsável, aí foi quando começaram acalmar aquelas perseguições violentas. Mas quem comandava eram os coronéis [...] os homens de chapéu branco de abas largas e botas vermelhas, os coronéis da época.⁴¹

Com o Exército assumindo as investigações, o que se deu logo após o golpe, os detidos eram encaminhados para a unidade do Exército em Ponta Porã. Em Dourados nenhum Inquérito Policial Militar foi instaurado, não havia provas contra ninguém. João Totó Câmara foi encaminhado para Ponta Porã, lá ficou por onze dias preso. Não deu nem depoimento e foi liberado.⁴² Anos mais tarde, por ocasião da visita do general Ernesto Geisel a Dourados, João da Câmara foi prefeito pela Arena e acompanhou o presidente durante sua visita. Ainda durante seu mandato, recepcionou também João Baptista de Figueiredo, o último presidente do regime militar.

Como Totó, outras pessoas foram detidas e enviadas para o “Onze” em Ponta Porã, mas todas foram liberadas.⁴³ Figuram entre essas pessoas, os advogados Altair da Costa

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Entrevista de Atílio Torraca Filho concedida a Analina Ferreira. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

⁴² Ibidem.

⁴³ “Onze” é a denominação dada ao 11º RM de Ponta Porã.

Dantas e João Beltran, denunciados por pessoas da cidade. Como tinham curso superior, foram “presos” no Parque de Exposições. Posteriormente, foram transferidos para Ponta Porã, de onde foram liberados.⁴⁴

A vigilância das autoridades não recaiu apenas sobre os colonos da CAND, partidários do PTB e simpatizantes do comunismo, conforme temos analisado. Os trabalhadores da educação também foram alvo de controle rigoroso.

Os professores sofreram intenso patrulhamento ideológico por ocasião do golpe em Dourados. As duas principais escolas da cidade eram dirigidas por pessoas oriundas do setor dominante da cidade, e declaradamente favoráveis ao golpe de 64. Não havia nas escolas, liberdade de ação. Os professores eram monitorados, tanto por diretores como por alunos, os quais se reportavam aos dirigentes das escolas ou até mesmo aos seus pais sobre a conduta dos mestres. O controle ideológico era feito claramente, sem subterfúgios, conforme se pode verificar em notícia do jornal:

COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO ESCOLAR

No dia 28/7/64 realizou-se na vizinha cidade de Ponta Porã, inquérito por uma comissão especial com elementos de Belo Horizonte, Bauru e Campinas, onde prestaram depoimentos todos os diretores de escolas de ensino médio da região sul de Mato Grosso, inclusive os diretores das escolas de Dourados, no sentido de que venham a ser afastados do magistério todos os professores portadores de idéias marxistas e subversivas. Esta comissão foi de iniciativa e oficializada pelo Ministério de Educação e Cultura. Assim esta comissão está percorrendo o Brasil inteiro no sentido de prestar o seu trabalho a uma democracia sadia, pois milhões de alunos têm passado sob as orientações de professores comunistas, que conseguem incutir na memória de seus pupilos as mais desastrosas idéias.⁴⁵

Um certo clima de vigilância e atemorização se instalou nas escolas. A professora Marina Evaristo Wenceslau, à época professora na escola Presidente Vargas, dirigida por Celso Muller do Amaral, conta que tinha o hábito de comprar determinada revista da editora Abril Cultural. Certo dia, ao deixar a escola no término das aulas, foi abordada por um homem, que se apresentou como policial e a intimou a acompanhá-lo à delegacia. Lá chegando, o delegado solicitou que contasse em detalhes o que fizera durante o dia, inclusive o conteúdo da aula dada. Foi obrigada, pelo delegado, a lembrar todo trajeto que fizera de sua casa à escola.

⁴⁴ Entrevista de Altair da Costa Dantas, concedida à autora, em jul. 2003.

⁴⁵ *O Progresso*, 2 ago 64.

Na pressa de que tudo acabasse logo, pois tinha de retornar à escola para o segundo período de aula, a professora esqueceu de contar que estivera na banca de revistas para pegar seu exemplar da revista já encomendada. Mas, o fato foi lembrado pelo próprio delegado que lhe perguntou se não havia passado em algum lugar antes de ir à escola. Foi aí que a professora lembrou da revista. Sim, havia passado na banca de revistas. O delegado quis ver a revista e saber qual seu conteúdo, mas a professora havia deixado na escola. Ora, se a revista era editada por uma editora brasileira, de circulação nacional, por quê o controle? Assim como ela, vários professores foram chamados pelo delegado.⁴⁶

Nesse período, todos eram vigiados nas escolas. Os professores eram freqüentemente “aconselhados” a não discutirem assuntos ligados a sistemas de governo, política ou qualquer outro que insinuasse subversão, aos olhos da direção da escola. Associação de professores, então, nem pensar. Segundo Biasotto e Tetila, a falta de organização sindical se justifica nem tanto pela possível repressão aos possíveis movimentos no magistério, mas, sobretudo pelo grande número de professores leigos e profissionais liberais que atuavam nos quadros do magistério local “alheios à profissão, que integravam a categoria”.⁴⁷

O regime militar, sem dúvida, conseguiu que seu ideário fosse interiorizado no magistério e que parcela não desprezível do professorado exercesse o chamado patrulhamento ideológico. Relacionando-se diretamente com a política vigente este patrulhamento, sem dúvida, atingiu limites abusivos no sistema educacional do Estado. Ressalte-se que a conexão político-partidária com fins eleitoreiros entre delegados de ensino, presidentes de diretórios do partido governista e secretário de educação, simplesmente não foi superada em relação ao que houve nos governos anteriores.⁴⁸

Os autores referem-se aos esquemas de apadrinhamento e a política de *benesses*, os quais favoreciam a indicação de pessoas estranhas à educação: “[...] esses elementos, apoiados pelos bajuladores do regime, na verdade, formavam verdadeiros quistos no recinto escolar, também conhecidos por “panelas” ou “igrejinhas”. Não há dúvida de que estes grupos constituíam fator de intimidação ao professorado.”⁴⁹

⁴⁶ Entrevista de Marina Evaristo Wenceslau, concedida à autora, em jul. de 2003.

⁴⁷ BIASOTTO, Wilson Valentim. TETILA, Jose Laerte Cecílio. *O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 – 1988*. Campo Grande: UFMS, 1991, p. 21.

⁴⁸ *Ibidem*. p. 22.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 22.

Tetila confirma que, de fato, existia um espírito muito mais favorável ao regime, do que o contrário. Levados pelo medo, os próprios professores faziam o policiamento dentro das escolas “[...] havia uma alienação muito grande pelo medo ou, às vezes, pela repressão que existia, a polícia federal estava presente praticamente em todas as manifestações, inclusive dentro das salas de aula”.⁵⁰

Esse patrulhamento, ainda segundo Tetila, estava por toda parte, inclusive nos bares. Era comum as pessoas se reunirem num certo bar localizado nas imediações da Rua Hayel Bon Faker, com objetivo de se inteirar dos acontecimentos, geralmente obtendo informações através dos caixeiros viajantes que vinham de centros maiores, como São Paulo.

Na avenida Marcelino Pires, o proprietário de um outro bar teria, logo após o golpe, colocado uma faixa com os seguintes dizeres: *O Brasil está de luto porque os gorilas estão no poder*. Foi preso e depois de liberado deixou a cidade.⁵¹ Tal fato é confirmado por Oswaldo Wolf ao relatar que:

Em Dourados na avenida Marcelino Pires um pequeno comerciante colocou na frente da sua sala de comercio uma faixa de pano, com dizeres favoráveis ao comunismo. A polícia foi lá e mais algumas pessoas foram lá retirar a faixa e por ordem no lugar.⁵²

Há, portanto, a ação de intimidação, o que certamente retrai as manifestações contrárias ao regime. No caso do magistério, a situação viria a mudar anos mais tarde, com a vinda de professores de outros estados, quando o governo de Mato Grosso substituiu os professores leigos da rede estadual de ensino. Assim, houve inserção de novas pessoas e novas idéias. Nesse processo, teve importância a criação, em 1971, do Centro Pedagógico de Dourados – CPD, unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso, instalado na cidade de Dourados exatamente para formar professores destinados a atuarem nas redes municipais e estadual de ensino. Alguns professores vindos de outros estados, que já estavam trabalhando na rede estadual, passaram também a ministrar aulas no Centro.

O Centro Pedagógico não escapou à conjuntura política do regime e também sofreu pressões. Era dirigido pelo advogado Milton José de Paula, ex-delegado de ensino na região de Dourados. Aí se apresenta o caso flagrante de apadrinhamento político na

⁵⁰ Entrevista de José Laerte Cecílio Tetila, concedido a Rolivaldo da Costa Queiróz. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

⁵¹ Entrevista de Zoroastro Stockler de Assis, concedida à autora, em jun. de 2003.

⁵² Entrevista de Oswaldo Wolf concedida a Rosmari T. M. Pereira, Projeto *Ressonâncias*, 1996.

indicação para ocupação de cargos na educação. Durante sua gestão, precisamente em janeiro de 1978, três professores universitários foram demitidos do Centro Pedagógico de Dourados: Antonio Luiz Lachi, Kioshi Rachi e Wilson Valentim Biasotto. Anteriormente já haviam sido demitidos pelo menos dois professores: José Luis Sanfelice e Ivan Aparecido Manoel.⁵³

Assim como nas escolas de primeiro e segundo graus, o patrulhamento ideológico também existia na universidade. A lei do bom senso recomendava que não se criticasse o sistema de governo, o próprio governo e também a universidade. Protegido pelo apadrinhamento político que lhe garantia segurança no cargo, o diretor dirigia a universidade autocraticamente, impondo ao corpo docente condições penosas de trabalho. Os professores eram contratados por vinte horas semanais, pelo regime celetista de trabalho. No caso dos professores demitidos, todos faziam pós-graduação em outros estados e eram obrigados a uma carga estafante de trabalho.

As lutas por melhores condições de ensino também figuravam no rol dos conflitos entre direção da universidade e corpo docente. Eram, na maioria, professores que vinham de outros estados, com outra mentalidade e desejosos de implantar uma universidade dinâmica, livre da ingerência político-partidária. Segundo Biasotto e Tetila, a criação dos Centros Pedagógicos:

[...] apesar o rigoroso controle exercido pelas forças regressivas – até 1978 ainda se assistia a episódios de demissão de professores da Universidade Estadual – dentro dos limites possíveis, alguns de seus professores, sobretudo a partir de 1975, contribuíram na resistência ao provincianismo que ainda se expressava através do mandarinato dos diretórios partidários. Não há como negar que a criação desses antigos Centros Pedagógicos ajudou a criar grupos de pressão úteis para a difusão de massa crítica pelo interior do Estado.⁵⁴

Embora não mencionem nomes, Tetila e Biasotto reportam-se às demissões dos professores José Luiz Sanfelice, Ivan Aparecido Manoel, Antonio Luis Lachi, Kyoshi Rachi e do próprio Wilson Valentin Biasotto. O professor Ivan foi demitido no ano anterior, porque ousou criticar o diretor do CPD. Desconhecia que a irmã do diretor era sua aluna e estava presente na sala de aula. Não foi propriamente demitido, mas ao findar o

⁵³ Entrevista de Wilson Valentin Biasotto, concedida à autora, em jul. de 2003.

⁵⁴ BIASOTTO, Wilson Valentim. TETILA, Jose Laerte Cecílio. *O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 – 1988*. Campo Grande: UFMS, 1991, p. 41.

período de experiência, não teve seu contrato renovado.⁵⁵ Tanto Ivan quanto Sanfelice, dado à qualificação que tinham, foram imediatamente contratados por outras universidades, no estado de São Paulo. Sanfelice pela PUC, encontrando-se hoje na UNICAMP, e Ivan, pela Unesp, atualmente, na condição de livre-docente. O interesse dessas instituições é revelador da capacidade intelectual desses profissionais, conforme atestam seus antigos colegas de trabalho.

Já os professores Antonio Luiz Lachi, Kiyoshi Rachi e Wilson Valentim Biasotto foram demitidos após rumoroso processo administrativo envolvendo o diretor Milton José de Paula que tentou, através desse processo, demonstrar que os professores estavam sendo demitidos por incompetência e não por motivos pessoais. As reivindicações levadas a cabo pelos professores enervaram o diretor que tentou, de várias maneiras, incriminar os docentes. Até mesmo uma fotografia dos professores jogando bola na quadra do Centro, foi tirada e usada pelo diretor para atestar que os “acusados” eram relapsos para com suas obrigações. Ora, os professores eram contratados por vinte horas semanais e trabalhavam cerca de dez horas por dia.⁵⁶ Por sua vez os professores procuravam denunciar, no curso do processo administrativo, os desmandos e descaso do diretor no CPD.

As demissões claramente injustas foram contestadas pelos demais professores do Centro, que fizeram uso de todas as instâncias possíveis na universidade, para reivindicar a readmissão dos professores. Logo após a demissão dos professores, a situação do diretor tornou-se insustentável, face o clima de revolta e descontentamento gerado na universidade e nos segmentos da sociedade. Milton José de Paula se viu forçado pelo Reitor da Universidade a pedir exoneração do cargo que ocupava. Em 17/02/78, vinte e um dias após a demissão dos professores, Milton José de Paula pediu exoneração. Junto ao pedido de exoneração, solicitava sua permanência como docente do quadro do CPD. Seu pedido foi indeferido pelo próprio reitor João Pereira da Rosa.⁵⁷

Os alunos mobilizaram a comunidade local e uma campanha foi realizada pela readmissão dos professores. Na imprensa local, artigos do jornalista Cícero Faria, ex-aluno do CPD, criticavam a postura da direção da universidade em relação aos demitidos. Vários foram os artigos, denunciando a demissão injusta imposta aos professores.⁵⁸

⁵⁵ Entrevista de Wilson Valentim Biasotto, concedida à autora, em jul. de 2003.

⁵⁶ Entrevistas das professoras Marina Evaristo Wenceslau e Generosa Cortez de Lucena, concedidas à autora, em jul. de 2003.

⁵⁷ Ofício n. 132/78 que encaminha o requerimento de Milton José de Paula.

⁵⁸ Entrevista de Wilson Valentim Biasotto, concedida à autora, em jul. 2003.

Durante o regime militar, em Dourados, como nos demais centros do país “a revolução de 64, alterando radicalmente a constelação política da sociedade, repercutiu imediatamente sobre a estrutura de poder dentro da Universidade”. Quando o livro, produzido pela Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo estava sendo publicado, denunciando arbitrariedades pela direção, cometidas no âmbito da USP, em Dourados verificava-se a repetição dos mesmos comportamentos, ou seja, a ingerência política e demissão de professores, fruto de desmandos ou desavenças pessoais.

Ao contrário da USP, onde a violência física policial adentrou no *campus* universitário, prendendo professores e alunos com a conivência da direção, no CPD não se verificaram tais acontecimentos. Todavia, ficava bem claro o cerceamento, a intimidação aos profissionais de ensino. Não raro, estranhos se faziam presentes na sala, para assistir às aulas dos professores locais. Em geral eram pessoas ligadas à reitoria. Ou às vezes, os próprios alunos advertiam os professores de que certos assuntos não deviam ser mencionados em sala. Assim, os conteúdos das aulas acabavam conhecidos pela direção ou autoridades policiais, que, não raras vezes, se matriculavam como alunos.⁵⁹ Conteúdos são explicitados nos planos de ensino, mas as exemplificações e os comentários são de cunho muito pessoal do professor e só pessoas presentes à aula poderiam tomar conhecimento e divulgá-los.

Biasotto conta que, certo dia, o reitor da universidade, João Pereira da Rosa, entrou em sua sala e sentou-se e assistiu às suas quatro aulas. Ao final, Biasotto convidou o reitor para assistir aos ensaios do teatro universitário. O reitor agradeceu o convite, mas não aceitou. O professor lembra que, durante a aula, o diretor Milton José de Paula chamou o reitor para ir embora, mas ele preferiu ficar e assistindo as aulas.

Quanto ao teatro, o Teatro Universitário de Dourados, o TUD, foi criado e dirigido por professores do CPD que, no bojo das aspirações de transformar a educação local em todas as dimensões, reuniram-se e fundaram o grupo de teatro da Universidade. Nesse período, todas as peças a serem exibidas tinham antes de passar pela censura. A rotina consistia no envio do roteiro da peça à Polícia Federal, que a liberava após análise. Contudo, mesmo depois de liberada, a universidade deveria comunicar a data de ensaios e exibição para que um funcionário da Polícia Federal fosse assisti-la. Compulsando

⁵⁹ Entrevistas de Antonio Luiz Lachi, Wilson Valentin Biasotto e Marina Evaristo Wenceslau, concedidas à autora, em jul. 2003.

documentos da época, localizamos uma dessas correspondências. Nela, o diretor do CPD comunica o ensaio geral da peça *Morte e Vida Severina*, já devidamente censurada. O ensaio estava marcado para 22h45m.⁶⁰ Horário um tanto quanto inusitado. Seria uma forma de rebeldia contra o patrulhamento?

Sobre a demissão dos professores, uma intensa luta foi travada nas instâncias da Universidade. A readmissão era constantemente cobrada pelos colegas, que discutiam o assunto nas reuniões dos órgãos colegiados.⁶¹

Durante o ano de 1978, foram infrutíferas as tentativas de readmissão dos professores. A inação inclusive, atingiu outras esferas. Não logrando êxito no âmbito da própria Universidade, os professores demitidos tentaram a readmissão via judicial. Outro problema se apresentou: o primeiro advogado procurado não aceitou a causa. Após alguns telefonemas, não se sabe para quem, alegando ser um caso sem solução, o advogado disse que era inútil tentar. O segundo profissional procurado encenou aceitar o caso, mas nunca protocolizou a ação de reintegração pretendida pelos seus clientes. Durante todo tempo, enquanto os professores achavam que a ação tramitava na justiça, na verdade, suas pretensões jaziam na gaveta do advogado.⁶²

A readmissão propriamente dita ocorreu em função do reconhecimento da capacidade profissional dos professores demitidos, pelo sucessor do reitor João Pereira da Rosa, Edgard Zardo, que tão logo assumiu a reitoria, envidou esforços para readmitir os docentes Antonio Luiz Lachi, Kiyoshi Rachi e Wilson Valentin Biasotto. No início de 1979, já se tinha como certa a readmissão dos professores nas reuniões do Conselho de Departamento.⁶³ A readmissão se daria assim que os professores renunciassem à ação judicial. Foi nesse momento que se descobriu que tal ação nunca existira.

Os professores, que ao serem demitidos, impetraram ação de reintegração e consideravam que esta tramitava na justiça, não fizeram a rescisão de contrato de trabalho, ainda que devidamente notificados pela Universidade para que marcassem a data de homologação da rescisão do contrato de trabalho.⁶⁴ Fato esse que facilitou o retorno dos

⁶⁰ Ofício n. 181, de 25 out. 1978.

⁶¹ Ata da 86ª reunião, solicitando a readmissão de Kiyoshi Rachi pela conselheira Generoza Cortez de Lucena / 88ª reunião solicitação de Antonio Luiz Lachi e Wilson Valentin Biasotto pela conselheira Irene Nogueira Rasslan, ambas as atas do Conselho de Departamento do CPD do ano de 78.

⁶² Segundo Wilson Valentin Biasotto, os advogados foram: o primeiro, Lauro Machado de Souza e o segundo, Josephino Ujacow, ambos de Dourados.

⁶³ Ata da 91ª reunião do Conselho de Departamento do CPD, de 09 jun. 1979.

⁶⁴ Ofícios de n. 98/78 endereçado a Antonio Luiz Lachi; 99/78 a José Luis Sanfelice e 100/78 a Wilson Valentin Biasotto.

professores Lachi e Biasotto ao quadro do CPD. O professor José Luis Sanfelice, que já se encontrava trabalhando na PUC/SP, não pretendeu a readmissão, mas entrou com uma ação trabalhista contra a Universidade.⁶⁵

Com a falta de rescisão do contrato de trabalho, nenhuma providência administrativa havia sido tomada pela Universidade, o que causou um certo imbróglio, pois não se sabia ao certo como proceder à readmissão dos professores que, legalmente, não haviam sido demitidos.⁶⁶

O desfecho foi inusitado. A orientação foi no sentido de que os professores Lachi e Biasotto requeressem, junto ao diretor do CPD, a sua readmissão, todavia, renunciando a qualquer direito inerente ao período de 28 de janeiro de 1978 até 05 de junho de 1979, ou seja, desde a “demissão” até a “readmissão”. Isso feito, os docentes voltaram a compor o quadro de professores do CPD, sem nenhum pagamento pelo período em que estiveram injustamente afastados. O período de afastamento deveria ser computado como licença sem vencimentos.⁶⁷

⁶⁵ Entrevista de Antonio Luiz Lachi, concedida à autora, em jul. 2003.

⁶⁶ Ofícios: 38/79,72/79,85/79,81/79 e Resolução 07/79.

⁶⁷ Ofício 232/79.

CAPÍTULO IV

IMPrensa E MEMORIALISTAS: AS REPRESENTAÇÕES DO GOLPE.

A Revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo pugnavam abertamente pela deposição de João Goulart.

Thomas Skidmore

Nos anos 60, o fantasma do comunismo era visto em toda parte. Uma palavra, um pensamento diferente era o suficiente para alguém ser considerado como suspeito de comunista. Assim, não era apenas entre os trabalhadores rurais ou urbanos, mas em quase todos os setores da sociedade identificava-se a existência de pessoas supostamente alinhadas com a chamada ideologia vermelha. Viviam-se os tempos da Guerra Fria.

Na constituição do imaginário de temor, os meios de comunicação tiveram papel significativo. A imprensa de modo geral contribuiu para a disseminação da idéia do perigo comunista no país. Havia uma campanha anticomunista e antijanguista naquele momento.

Parte do ministério e muitos políticos ligados ao presidente João Goulart eram tidos como comunistas, principalmente seu cunhado, Leonel Brizola. Se o presidente cercava-se dessas pessoas, a conclusão que se tinha era a de que o presidente também conspirava contra a democracia vigente no país. Entre os opositores de Jango, era voz corrente que a falta de pulso do governo para com os movimentos grevistas e a insubordinação dentro das Forças Armadas, desgastava a imagem do presidente. Os jornais interpretavam estes mesmos fatos como conivência, fomentando ainda mais o clima de insegurança no país:

O fracasso da fase positiva de Jango também pôs em evidência a importância dos motivos pessoais do presidente. João Goulart tinha a reputação de ser um homem fraco. Parecera perfeitamente identificado no papel de vice-presidente, mostrando-se irresoluto na crise agosto-setembro de 1961, quando foi pressionado por Brizola e o General Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul. A evidente fraqueza de Jango tornou difícil aos seus inimigos, que conspiravam na área militar, aliciando colegas céticos bem como a opinião centrista, procurando convencer a uns e outros que o presidente era um antidemocrata a provocar o caos para justificar sua pretensão a poderes autoritários.¹

Foi entre os setores médios urbanos que a campanha antijanguista e anticomunista encontrou total apoio. As manifestações públicas contra o governo Goulart serviram para justificar a intervenção dos militares no governo.

Nesse período, a questão ideológica constituiu-se centro de convergência de todos os conflitos. Ficava patente o choque entre capitalistas de um lado e comunistas de outro. Os capitalistas acusavam os comunistas de tentar, através da revolução comunista, um regime totalitário, sem liberdade individual. Por sua vez, os comunistas acusavam o capitalismo de ser o grande responsável pela miséria e opressão no mundo. Ambos consideravam-se os guardiões e defensores da liberdade e da igualdade. Foi em torno da oposição entre o "comunismo" e a "democracia", no contexto da Guerra Fria, que se articulou a propaganda ideológica dos anos 50 e 60. Para Fiorin, o:

[...] discurso "revolucionário, o movimento de 64 visa a salvar a democracia, a salvaguardar a unidade nacional, a defender a pátria do comunismo e a desenvolver o país pela elevação do nível material, moral, educacional e político de seu povo, dentro da estabilidade e da ordem [...].²

Com base nesse entendimento, a sociedade em geral posicionou-se favorável ao golpe militar de 64. Os meios de comunicação foram fundamentais no processo de manipular certos valores e idéias a um público amplo, com intenção de influenciar a opinião pública a serviço de certas elites.

No início dos anos 60, desenvolveu-se nas cidades brasileiras mais industrializadas, uma cultura consumista, difundida principalmente entre as classes médias e altas da sociedade. Elas identificavam a possibilidade de consumo com liberdade e poder

¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 311.

² FIORIN, José Luiz. *O regime de 64: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988. p. 68.

individual. Dessa forma, o termo democracia, associado à liberdade de consumo, saía da esfera política e pública para a vida privada individual.

O termo democracia evocava nos jornais sempre imagens carregadas de progresso individual, de desenvolvimento das cidades, de harmonia entre os povos, de liberdade de poder possuir tudo. Por outro lado, a palavra comunismo aparecia associada sempre a imagens negativas, de violência contra o indivíduo, de filas, racionamento, de modo a provocar medo e pavor. Significava a negação da democracia, da liberdade de consumo.

Foi nas organizações e nas mobilizações dos setores médios urbanos que o golpe encontrou maior apoio e se legitimou. Os discursos presentes nos jornais mostraram-se eficientes na conquista de adeptos à causa anticomunista e golpista de 64. A população brasileira quase toda aderiu ao golpe e foram poucos os que resistiram.

Marilena Chauí explica a generalização e aceitação do discurso ideológico entre as diversas camadas sociais, a partir da imposição de uma determinada classe: a dominante. Porque saídas das camadas dominantes é que ganharam força e se transformaram em idéias dominantes:

[...] porque as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante da época, o ponto final da ideologia está necessariamente inscrito no movimento que a constitui, isto é, o dominante se reveste de generalidade e de universalidade que anulam e ocultam a realidade das classes.³

Com poucas exceções, os meios de comunicação, identificavam o governo João Goulart com os ideais comunistas. Realizavam intensa propaganda de oposição. A imprensa nacional, rádios, televisões e jornais estavam contra o presidente Goulart, com algumas exceções, entre as quais, o jornal *Última Hora*⁴. Com discursos moralistas, condenavam as reformas propostas pelo governo e a maioria de seus atos políticos. A campanha anticomunista e a propaganda difamatória contra a pessoa de Goulart foram significativas para conseguir com que as classes médias saíssem às ruas e provocassem a renúncia de João Goulart da presidência.

O presente capítulo tem como objetivo analisar as interpretações dos jornais locais sobre o governo de João Goulart até a deposição em 31 de março de 1964.

³ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1981. p. 27.

⁴ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário: 1968-78: o exercício cotidiano da dominação e resistência: o estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo: EDUSC, 1979.

Contextualizando e identificando as posições políticas e ideológicas de seus proprietários, das publicações referentes às ações de governo, constatamos que, também em Dourados e região, houve a construção de uma imagem negativa de João Goulart através da imprensa, que culminou com o apoio ao golpe de 64.

Sobre o período, René Armando Dreifuss assegura que o golpe de 31 de março de 1964 foi resultante de uma *campanha ideológica da burguesia*, orquestrada por vários organismos, inclusive internacionais:

O período de ação de classe organizada [...] estendeu-se de 1962 a 1964. Politicamente, significou uma mobilização conjuntural sobre o golpe, quando estratégia se converteu em política e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em ação militar. Esse foi o estágio de “esforço positivo” em que vários escritórios de consultoria e anéis burocrático-empresariais, associações de classe e grupos de ação formaram um centro político estratégico, o complexo IPES/IBAD. Uma vez unificadas as várias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando um plano geral, a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas.⁵

As ações ideológica e social praticadas pela denominada elite orgânica, segundo Dreifuss, agiam, de modo geral, de forma indireta, porém ostensiva. No caso da mídia, visava-se de um lado “[...] infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais [...] atacava o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo” e, por outro, reafirmar que a prosperidade estaria ligada ao sucesso individual, à iniciativa privada, sem interferência do Estado na economia.⁶ Analisando a imprensa local, identificamos as diretrizes acima.

As empresas jornalísticas geralmente pertencem à pessoas ou grupos privados e suas publicações, nos trabalhos jornalísticos traduzem os interesses aos quais o jornal está vinculado. No caso da imprensa local, principalmente no período estudado, é provável que o principal objetivo de seus proprietários não fosse o retorno financeiro, apesar de inúmeros anúncios publicitários. Uma de suas razões de ser resume-se, ao nosso ver, numa forma de carrear dividendos eleitorais ao político proprietário do jornal.

⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classes*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 230.

⁶ *Ibidem*, p. 231/232.

Apesar de considerarmos os jornais locais como sendo de pequeno porte, isto não diminui sua importância para os estudos históricos. Capelato considera que:

[...] os pequenos jornais que expressam reivindicações específicas de determinados grupos sócio-políticos são muito importantes para os estudos históricos. [...] Os títulos dos periódicos exprimiam o grupo do qual eram porta-voz ou os seus propósitos de luta.[...] A pequena imprensa de conteúdo sócio-político, literário ou de entretenimento em geral [...] representa um manancial de pesquisa dos mais significativos.⁷

Não pretendemos fazer uma história da imprensa local, mas sim, situá-la como entidade participante da vida política da cidade, na medida em que, essa imprensa serviu de instrumento para *conquistar corações e mentes*. Compreender a ideologia presente na imprensa local leva-nos a refletir sobre as relações de poder que tecem o cotidiano, desvendando as representações simbólicas de suas mensagens.

Ao tomar a imprensa como fonte histórica, segundo Capelato, deve o pesquisador inquirir sobre o pensamento político de seus proprietários e quais objetivos procura atingir, pois:

Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial e política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos.⁸

Como aliada ou opositora, o poder de manipulação da imprensa elevou sua importância política, razão porque, em alguns períodos da história brasileira foi temida e censurada por governantes. Em geral, as empresas jornalísticas pertencem à pessoas ou grupos econômicos que usam o jornal como instrumento de poder e “que usam uma linguagem voluntariamente crítica, pois sua verdadeira função não é dar notícias aos cidadãos, mas enviar mensagens cifradas a um outro grupo de poder passando por cima da cabeça dos leitores.”⁹

Ante as advertências expostas, faz-se importante caracterizar os jornais que ora tomamos como fonte, cuja leitura nos possibilitará melhor compreender as interpretações e o rumo tomado, na região de Dourados, pelos acontecimentos no período que culminou

⁷ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p 33.

⁸ CAPELATO, Maria Helena R. op. cit., p. 15.

⁹ ECO, Umberto. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 58.

com a queda de João Goulart em 1964. Leitura que, necessariamente, passará pelos silêncios do não foi escrito, ou pelas mensagens cifradas. Um discurso que, sendo ideológico, segundo Marilena Chauí, é feito de:

[...] espaços em branco, como uma frase na qual houvesse lacunas. A coerência desse discurso (o fato de que se mantenha uma lógica coerente e que exerça um poder sobre os sujeitos sociais e políticos) não é uma coerência nem um poder obtido *malgrado* as lacunas, *malgrado* os espaços em branco, *malgrado* o que fica oculto: ao contrário, *é graças aos brancos, graças às lacunas* entre as suas partes, que esse discurso se apresenta como coerente. Em suma, é porque não diz tudo e não pode dizer tudo que o discurso ideológico é coerente e poderoso.
[...] O discurso ideológico se sustenta, justamente, porque *não pode dizer até o fim aquilo que se pretende dizer*.¹⁰

Na obra *História do Jornalismo em Mato Grosso*, de Rubens de Mendonça, que faz referência aos jornais mato-grossenses desde os tempos do império até 1960, curiosamente não se vislumbra qualquer referência aos jornais de Dourados¹¹. Todavia, data de 1926 notícias da existência de periódicos na cidade. Para melhor compreensão, esboçamos um breve histórico da existência de jornais em Dourados até a década de 60.¹²

O primeiro jornal em Dourados surgiu em 1926 e pertenceu a Arnulfo Fioravanti, migrante gaúcho, que chegou na região na década de 20. Denominado *Jandaia*, era impresso em Campo Grande e teve curta duração. Sua edição foi suspensa porque uma pessoa da cidade não gostou de um artigo. A seguir, em 1948, Armando da Silva Carmelo editou *O Douradense*. Circulou até meados de 1950.

Em 1951 o jornal *O Progresso* começou a circular em Dourados. De propriedade de Weimar Gonçalves Torres. O jornal foi impresso na tipografia de Naurestides Brandão, na cidade de Dourados. A tipografia foi instalada na cidade com uma providencial subvenção da Prefeitura local. Até meados do ano de 1964, o jornal era semanário, a partir dessa data, passou a ser editado diariamente.

A Cidade, de propriedade de Demosthenes Palieraqui, foi impresso durante o ano de 1953, na tipografia da família Palieraqui. Teve curta duração.

¹⁰ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1981. p. 21-22.

¹¹ MENDONÇA, Rubens. *História do jornalismo em Mato Grosso*. [s/d.] 1963.

¹² MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990. p. 116-119. As referências que fazemos sobre os jornais publicados em Dourados, realizadas na seqüência, foram extraídos da mesma obra.

Outro semanário surgiu em 1955, de propriedade de D’Almeida Vitor e João Augusto Capilé Junior, denominado *Jornal de Dourados*, não chegou a terceira edição. Era impresso em Campo Grande.

A Voz do Sul foi o jornal do partido União Democrática Nacional, a UDN. Impresso na cidade, na Tipografia Brasil, circulou durante os anos de 1955 e 1956. Outro jornal de partido político foi o *A Luta*, de propriedade do deputado Wilson Dias Pinho. Circulou apenas durante a campanha eleitoral para o governo do Estado.

Outro periódico, *O jornal de Dourados*, pertenceu ao empresário Antonio Tonani, que se fixou na cidade de Dourados na década de 50. À época, Antonio Tonani trabalhou com o comendador Jeremias Lunardeli, este, um rico imigrante italiano que adquiriu uma grande extensão de terras na região de Dourados, para o plantio de café, conhecido como “o rei do café”. A chegada de Lunardeli foi alardeada pela imprensa local, como indício de progresso e desenvolvimento. Após a partida de Lunardeli, Antonio Tonani estabeleceu-se definitivamente em Dourados.¹³

Em seu primeiro número, de 05 de janeiro de 1958, o *Jornal de Dourados* afirmava, em editorial, a posição política apartidária de seus proprietários, todavia, demarcou suas posições ideológicas. Logo na segunda página, deparamo-nos com o seguinte artigo *Agitadores comunistas perturbam a boa ordem dos colonos*¹⁴. O artigo denuncia a existência de possíveis agitadores nos lotes da CAND, dizendo tratarem-se de comunistas, infiltrados para provocar desordens. Logo a seguir, na semana seguinte, publicava uma carta aberta aos colonos, concitando todos a se manter em ordem e trabalhando para o bom desenvolvimento da cidade¹⁵.

O discurso de neutralidade, comum entre os periódicos, não se sustentou nem mesmo no primeiro número, no qual pode-se identificar demarcação de posições ideológicas.

Ao final do mesmo ano, o jornal parece tomar outros rumos, com a candidatura do sócio de Tonani, José Floriano de Freitas, ao legislativo municipal, pelo PRP local. Além do apoio político a Floriano, também apoiava abertamente o candidato Vivaldi de Oliveira do PTB para o cargo de prefeito, que concorria contra um candidato, considerado no município como “imbatível”, João Augusto Capilé Junior, da UDN. Capilé Jr já fora

¹³ Além de agropecuarista, atua também na imprensa. É proprietário da emissora de rádio Grande FM.

¹⁴ *O Jornal de Dourados*, Dourados, 05 jan. 1958. p. 2.

¹⁵ *Ibidem*, 12 jan. 58, p. 1

prefeito no período 1945/1947. A “imbatividade” foi derrubada pelo prestígio que o PTB ostentava em Dourados. Capillé Jr ganhou na cidade, mas a eleição foi decidida nas urnas da CAND, reduto petebista e local de maior concentração populacional do município.

O Jornal de Dourados circulou até 1964, com algumas interrupções. Os exemplares de 1958 a 1962 encontram-se arquivados no Museu Histórico Municipal. Não encontramos nenhum exemplar após 1962. O arquivo pessoal do Sr. Tonani foi perdido durante incêndio em sua casa.

Outro jornal impresso em Dourados foi *O Rolo*, de propriedade do médico Joaquim Lourenço Filho que, juntamente com Nicanor de Souza e Noele Gomes de Oliveira, editou o jornal curiosamente em formato de rolo. A primeira edição data de 1959, com edições irregulares.¹⁶

Embora, a existência de jornais na cidade date de 1926, não obtivemos sucesso na procura de seus exemplares. Fragmentos de algumas poucas páginas não nos permitiram análise. A escolha de *O Progresso* obedeceu a uma lógica simples: é único preservado desde a fundação até os dias atuais, em arquivos particulares ou públicos.

A história do jornal *O Progresso* começa na cidade vizinha de Ponta Porã, cujo proprietário original foi o advogado e jornalista Rangel Torres. Segundo Blanche Torres, sua neta, o jornal começou a circular em 1920 e por motivos de perseguição política, deixou de ser editado naquela cidade. Voltou a circular em 1951, por iniciativa do filho de Rangel, também advogado e jornalista Weimar Gonçalves Torres, desta vez já na cidade de Dourados.¹⁷ Em Ponta Porã, Weimar Torres, além da advocacia, também foi vereador pelo PSD. Já na cidade de Dourados, elegeu-se deputado estadual e federal, também pelo PSD. Morreu em 1969, em desastre aéreo, numa de suas viagens a Brasília. Sua popularidade política era tanta que sua morte provocou comoção em toda cidade. Uma de nossas lembranças do episódio foi da multidão que acorreu à casa do parlamentar, dentre ela, alunos das escolas municipais e estaduais atravessaram a cidade¹⁸, em fila, acompanhados de professores, para seu velório.

Após a morte de Weimar Torres, assumiu a direção do jornal seu sogro Wlademiro Muller do Amaral, pessoa muito conhecida na cidade. A família Amaral chegou a Dourados em 1932. Agrimensor, Amaral fazia medições de terra. Além de medições de

¹⁶ MOREIRA, Regina H.T. op. cit., p. 119.

¹⁷ *O Progresso*, Dourados, 20/21 abr. 2000.

¹⁸ A casa dos Torres localizava-se num bairro Vila Amaral, afastado do centro da cidade.

fazendas, trabalhou na demarcação de lotes da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a CAND, e também na demarcação da Colônia Municipal, atual cidade de Itaporã. Uns dos pioneiros da cidade e militante político atuante, Wlademiro Muller do Amaral, também filiado ao PSD, deu continuidade à linha editorial do jornal. Após a morte de Wlademiro, assumiu a direção do jornal a viúva de Weimar Torres, Adiles do Amaral Torres, que permanece na direção até os dias atuais.¹⁹

O Progresso é uma empresa familiar. O nome do jornal, *O PROGRESSO, pensamento e ação por uma vida melhor*, expressa a crença e a ideologia de seus proprietários. Desde a primeira edição, o jornal revelou-se um incentivador do desenvolvimento da região, especialmente de Dourados.

Na tentativa de entender a participação do jornal *O Progresso* na história local, faz-se necessário entender o pensamento político de seus proprietários, quais os seus objetivos, quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos *corações e mentes*.

Considerando-se que os donos do periódico analisado eram políticos atuantes, torna-se mais fácil compreender os rumos editoriais adotados pelo mesmo jornal, durante o regime militar, bem como no período anterior ao golpe de 64.

Sobre as empresas jornalísticas analisadas, importa frisar, que seus proprietários são pessoas ligados a partidos políticos. Ainda que de partidos diferentes, esses proprietários nutriam simpatia e urbanidade para com o outro. Não obstante, em várias ocasiões, os jornais foram usados para desabafos pessoais. Tanto os Torres quanto Tonani eram atuantes partidários políticos e, às vezes, alguma contrariedade era motivo para desabafos públicos.

Um incidente notório através dos dois jornais, envolvendo doação de terras do Estado a pessoas da região foi suficiente para exaltar ânimos. *O Jornal de Dourados* publicou, em setembro de 1959, uma nota sobre doação de terras a algumas pessoas, entre elas, à família Matos. Ato contínuo, Onofre Pereira de Matos fez publicar no jornal *O Progresso* seu repúdio ao que considerou uma afronta de Tonani e Floriano. Em tom de ameaça mandou sua resposta que tinha como título: “Todo mundo lembra do que aconteceu ao Dr. Ari Coelho”. Além de protestar contra os jornalistas proprietários, Onofre Pereira de Matos reclama contra a atitude de tais pessoas “recebidas de braços abertos” na

¹⁹ *O Progresso*, 20/21 abr. 2000.

cidade de Dourados, e obtém como resposta outro artigo no *Jornal de Dourados*, intitulado: “Antiguidade não é posto”.²⁰

Na história do jornalismo em Mato Grosso, a morte de Ari Coelho, prefeito da cidade de Campo Grande e dono do jornal *O Matogrossense* é famosa. Em 1952, Ari Coelho criticou, através de seu jornal, a concessão de terras à Fundação Brasil Central, dirigida por Arquimedes Pereira Lima. A resposta às críticas de Ari Coelho veio através de artigos escritos por Alcy Pereira Lima, irmão de Arquimedes, no jornal *O Combate*, de Cuiabá. A polêmica jornalística resultou na morte de Ari Coelho.²¹

A denúncia de especulação de terras devolutas ganhara corpo na década de 50. Alcir Lenharo ressalta que jornais paulistas faziam constantes denúncias sobre as vendas de terras pelo estado, favorecendo empresas colonizadoras particulares que as revendiam a preços exorbitantes. As terras de Dourados e São Lourenço, segundo Lenharo, eram as mais visadas; “[...] Os especuladores compravam as terras por 5 e 10 cruzeiros e as revendiam por 100 e 150 cruzeiros. Em Dourados, a revenda chegava a 300 cruzeiros.”²²

Como a questão da terra implicava em disputa por poder e ganhos financeiros através da especulação, tais notícias adquiriam repercussão negativa na imprensa. Portanto, não é de se estranhar a atitude de Matos, ao ver publicado favorecimento de sua família na concessão de terras pelo governo do estado.

Através dos periódicos é possível resgatar as disputas entre políticos e famílias pela hegemonia local. Ao pesquisar as transformações urbanas na cidade de Corumbá, por exemplo, João Carlos de Souza observou que a imprensa corumbaense também se mostrava essencialmente opinativa, extrapolando os limites da função informativa dos jornais, passando por vezes aos ataques pessoais, buscando atingir a moral e honra dos adversários.²³ Em Dourados o uso da imprensa não foi diferente, com a agravante do uso dos jornais para ataques pessoais, réplicas e trélicas para, publicamente, ameaçar de morte tais adversários.

O arsenal de palavras e de representações, produzidas pela imprensa, não ficou restrito ao âmbito de disputa entre famílias pela hegemonia local. Em períodos de transformações ou identificados como de crise para o país, são acionados contra ou a favor

²⁰ *O Jornal de Dourados*, 09 ago. 1958.

²¹ MENDONÇA, Rubens. op. cit., p. 113.

²² LENHARO, Alcir. op. cit., p. 53.

²³ SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: a modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: FFLCH/USP Tese (Doutorado em História Social). p. 55

do mandatário do momento. Abordaremos, nessa perspectiva o tratamento dispensado ao governo João Goulart, caso em que a imprensa agiu para desestabilizá-lo.

João Goulart assumiu a presidência com restrições das Forças Armadas. Os ministros Sylvio Heck, Odylio Denis e Gabriel Grun Moss posicionaram-se contrários à posse de João Goulart, alegando questões de segurança nacional. Goulart não poderia ser empossado presidente porque era tido como um agitador e simpático ao comunismo. Contra a posse, uniram-se os militares, empresários, lideranças políticas principalmente ligadas à UDN, a Igreja e a grande imprensa, além de outros segmentos da sociedade. Aos poucos foram construindo um discurso desfavorável a Goulart através da identificação de suas ações políticas com o projeto comunista. Nisso a imprensa teve participação significativa. Conforme Capelato:

Na década de 60, conflitos sociais e políticos vêm à tona. São identificados como “desordem” provocada pelos comunistas. O velho fantasma volta a rondar o país e os “guardiães da boa sociedade” empenham-sena articulação de um golpe para salvá-la. Nessa época, populismo (varguismo, janguismo) e bolchevismo são sinônimos.²⁴

A construção simbólica que a imprensa fez do presidente Goulart em relação às reformas de base e a outros projetos políticos foi ideológica e teve o objetivo de estabelecer relações de poder. Serviu para legitimar a ruptura política e estabelecer o regime militar autoritário.

Sedimentados no pressuposto de que a grande imprensa em nível nacional arquitetou imagens negativas, destrutivas de Goulart e legitimou a tomada do poder dos militares, iremos analisar os jornais de Dourados nos anos de 63 e 64, procurando verificar como a imprensa douradense contribuiu para a construção do discurso de apoio ao golpe de 64.

Analisamos os jornais considerando a articulação entre texto produzido e o contexto de sua produção, o que é fundamental para compreendermos o sentido das mensagens e seu caráter ideológico. Tentar interpretar o sentido das imagens dos jornais, naquele momento histórico, é contribuir para verificar o poder da imprensa e o papel da ideologia nas sociedades modernas.

²⁴ CAPELATO, Maria Helena R. op. cit., p. 53.

Se a imprensa jornalística circula formas simbólicas e essas formas podem ser ideológicas, mantendo relações de poder em contextos específicos, então ao estudar jornais entendemos como o sentido das mensagens pode estar a serviço do poder.

Para compreendermos as posições, as interpretações, as ideologias dos jornais locais com relação a Goulart e ao golpe, selecionamos matérias diversas, editoriais, artigos e notas em colunas que, direta ou indiretamente, fizeram referência à nossa problemática. Procuramos nas mensagens produzidas, o seu sentido ideológico, aquele que busca influenciar as opiniões, estabelecer, sustentar e manter relações de poder.

O Progresso inicia 1964 com matéria de primeira página, prenunciando o ano como sombrio e catastrófico. Reclamando de preço de produtos como cigarro, bebidas e passagens rodoviárias intermunicipais, insinua que Dourados, governada por um prefeito do PTB, tornava-se uma “cidade de ninguém”, exposta a abusos, o que o jornal considerava um absurdo, só praticado em face da inoperância das autoridades.²⁵

Em notas freqüentes o jornal anunciava um pessimismo que se generalizava no país e, por conseqüência, na cidade. Assuntos como inflação e “invasões” de terras de outros estados também figuravam no rol de prenúncios catastróficos do governo ‘janguista’. No mesmo jornal, uma seção denominada “Meu Cantinho”, assinada por um indeterminado “eu”, veiculava a idéia de que o descontentamento era generalizado. Em nota, comenta a crônica de um radialista local, Jorge Antonio Salomão, que durante seu programa diário:

[...] na hora da Ave-Maria, crônica tão escutada pelas ondas da excelente Rádio Clube de Dourados, o locutor Jorge Antonio Salomão fêz uma prece, concitando todos a rezarem pelo Brasil, pois que a situação era insustentável, que nossos irmãos estavam brigando em Cascavel, no Paraná, por pedaços de terras. Que estavam se matando. Que era o final dos tempos ou que era falta de governo. [...]. Só que sou mais pela falta de govêrno. Num país como o Brasil (dizem que Deus é brasileiro), onde se desencadeiam greves diárias, senão vejamos: greves dos confeccionadores de roupas feitas – dos carris – de gaz – dos ferroviários – dos aeroviários – dos radialistas, não é possível que seja o final dos tempos, mas sim a exclusiva falta de governo.²⁶

Nesse quadro, ganharam destaque as questões de terra. Os movimentos agrários eram tratados como perigo eminente de caos no campo. Em meio a notícias diversas, sempre se encontravam pequenas notas sobre acontecimentos envolvendo posseiros e

²⁵ *O Progresso*, 05 jan. 1964.

²⁶ EU. Final dos tempos. *O Progresso*, 19 abr. 1964.

proprietários em outros estados do Brasil. Tais notícias eram transcritas de outras fontes, devidamente identificadas ao final da coluna:

CASCADEL – Estado do Paraná – Cerca de 1.500 posseiros de Cascavel no Paraná, ameaçam rebelar-se contra detentores de títulos de terras. O levante em perspectiva trás inquietação devido às graves conseqüências que poderão advir. Os títulos de terras em disputa, foram conseguidos, no governo do Sr. Moisés Lupion.²⁷

Notícias de conflitos entre posseiros e proprietários em outros estados era recorrente. Segundo *O Progresso*, as invasões e atos de vandalismos nas propriedades, estariam sendo incentivados pela Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA e pelo Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, órgãos criados pelo governo de Jango. Todavia, esses ataques seriam repelidos pelo governo e pelas classes proprietárias.

Em letras garrafais, o jornal destaca um incidente em Minas Gerais, estado onde setores populares estariam se mobilizando contra a atuação dos órgãos subversivos. A Frente de Mobilização Popular – FMP, opôs-se ao comício realizado pela SUPRA, nas dependências de um órgão público estadual na cidade de Belo Horizonte. Destacando a humilhação que o movimento teria imposto a um membro do CGT quando este discursava, a reportagem faz alusão ao combate a essas forças que estariam promovendo desordens ao disseminar suas idéias subversivas.²⁸

Na mesma página, uma pequena nota indicava outra “invasão”, agora em Recife, na região nordeste, onde: “Mais de 200 camponeses invadiram a fazenda Fragoso, pertencente à Companhia Industria Reunidas Olinda. Já iniciaram a derrubada de capoeiras preparando as terras para o plantio.”²⁹

O Progresso criticava as entidades camponesas e a SUPRA. Alertava que estava em andamento no Brasil o caos social, com invasões de propriedades particulares. Caos no campo e na cidade, caso as Reformas de Base de Jango fossem implantadas. Em artigo publicado dias antes do golpe, o jornal demonstra o seu temor ao publicar a manchete “INVASORES DE TERRAS : Reforma agrária está provocando movimento subversivo em diversos Estados”. No artigo, o jornal informa sobre protestos de proprietários rurais contra invasão de terras nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, associando tais invasões como incitamento da SUPRA e da CGT. Segundo o jornal,

²⁷ *O Progresso*, 19 jan. 64. Noticiado também em 26 de jan. 64.

²⁸ Violência em Minas Gerais. *O Progresso*, 1 mar. 1964.

²⁹ Trampolim de notícias. *O Progresso*, 01 mar. 1964.

os proprietários estariam dispostos a defender suas terras de todas as formas possíveis, até mesmo com a própria vida.³⁰

Em relação ao problema agrário naquele período, nas palavras do *O Progresso*, a solução não consistia simplesmente em desapropriar terras, este era um dos pontos demagógicos do Decreto da SUPRA. O jornal combatia a reforma agrária proposta pelo Governo, possuía uma outra visão de como deveria ser realizada. Segundo Weimar Torres, o governo deveria distribuir primeiro as terras do próprio governo, que eram muitas, antes de desapropriar terras produtivas, espalhando pânico entre os proprietários, causando prejuízos na economia do país.

No afã de desqualificar o governo, a imprensa em geral não deu o devido enquadramento ao decreto de desapropriação editado por Goulart. Os primeiros artigos do decreto presidencial deixam claro quanto ao objeto de desapropriação: as terras improdutivas que não estivessem cumprindo sua função social, ou seja, que não estivessem produzindo. O artigo 2º do referido decreto afasta qualquer possibilidade de injustiça ou dano irreparável à propriedade; sete itens protegem as áreas devidamente exploradas, entre elas o item “d”:

Art. 2º Ficam excluídas das disposições desde decreto as propriedades imóveis que se enquadrem em uma das seguintes hipóteses:

[...]

d) as que venham sendo social e adequadamente aproveitadas, com índices de produção não inferior à média da respectiva região, atendidas as condições naturais de seu solo, os benefícios introduzidos pelos investimentos da União em obras de irrigação e drenagem e sua situação em relação aos mercados.”³¹

As abordagens relativas às greves figuravam rotineiramente no jornal, ora em pequenas notas, entremeio às notícias nacionais e também internacionais. A esta estratégia do periódico é possível identificar a tentativa de associar as greves nacionais com agitações que ocorriam em outros países, associando-as com atividades subversivas e tentativas de infiltrações comunistas.

Arelado à questão da terra, também eram frequentes nos jornais, matérias sobre a infiltração comunista em diversos estados brasileiros, principalmente no nordeste: “O deputado, padre Medeiros Netto, classificou de realmente gravíssima a situação do

³⁰ *O Progresso*, 23 fev 1964.

³¹ Decreto n. 53.700 – de 13 de mar. de 1964.

nordeste brasileiro. Denunciou que comunistas estariam pregando a revolução e criando focos de agitação subversiva.³²

As acusações feitas pelo jornal contra Goulart eram baseadas sempre nas mesmas temáticas: comunismo e desordem econômica. Quando os jornais se referiam à antidemocracia, era a doutrina comunista que estava em discussão. O jornal divulgava, constantemente, que o governo era subversivo e que expunha a nação ao perigo comunista.

Encontramos no *O Progresso* que o comunismo estava em todos os lugares, envolvendo o país dia após dia. Era necessário que o povo acordasse para essa realidade antes que fosse tarde. A pregação anticomunista estava em pauta quase que diariamente. A iminência do perigo comunista foi amplamente alardeada nos jornais brasileiros.

A afirmativa mais freqüente, encontrada nos jornais nacionais, era a de que o governo atentava contra a democracia. O presidente João Goulart era apontado como o causador da instabilidade social e pelo clima de subversão no país. Não haveria paz se Jango permanecesse no governo.³³

Do mesmo modo, a propaganda anticomunista no Brasil também foi muito intensa. João Goulart era constantemente desqualificado pela imprensa, que não poupava adjetivos jocosos para ridicularizá-lo, ou demonstrar sua incapacidade de governar. Capelato ao analisar o jornal *O Estado de São Paulo*, lembra que o mesmo posicionou-se contrário a João Goulart desde a posse. O jornal, segundo a autora, chamou de “covarde” a renúncia de Janio Quadros, o responsável

[...] pela queda do poder nas mãos do discípulo dileto do ditador morto (Vargas). A posse de Goulart estabeleceu uma batalha, a ser travada entre duas forças: “Desde então o conflito tornou-se inevitável e nele um dos contendores teria de sair liquidado. [...] A batalha travou-se entre duas forças: “De um lado as hostes revolucionárias, comandadas, doutrinadas e organizadas pelos adeptos do credo de Moscou; de outro os elementos ao serviço da democracia, cada vez mais conscientes do seu papel.”³⁴

Goulart foi também acusado pela imprensa de não resolver os problemas econômicos do Brasil, de ser um incapaz de se definir politicamente. A idéia de que Jango era um indeciso, atribuíra-se à sua política conciliatória, que procurava sempre manter o

³² Trampolim de notícias. *O Progresso*, 26 jan 1964.

³³ CAPELATO, Maria H. R. op. cit., p. 37.

³⁴ *Ibidem* p. 54.

equilíbrio entre forças sindicais, militares e partidárias, optando por não tomar decisões que opusessem tais setores.

Embora não escrevessem claramente que o presidente pretendia implantar um regime comunista no Brasil, o perigo que isto pudesse vir a ocorrer era diariamente associado à “desordem” vista no Brasil, no caso das greves, das manifestações populares,” e que tais movimentos eram respaldados pelo presidente, que queria mostrar-se como salvador dos trabalhadores.

A imprensa sempre responsabilizava Goulart pelos problemas nacionais, chamando atenção para sua falta de ação contra uma situação caótica que se agravava cada vez mais. Os ataques eram sucessivos e visavam mostrar o presidente como um político fraco, sem condições de presidir o país. Havia, portanto, uma constante componente desqualificadora em relação ao presidente.

No auge da crise em 64, *O Progresso*, de tendência católica, insinuava que os cristãos não se conformassem com os acontecimentos, não deviam apoiar a baderna, a revolução, o caos, a injustiça. Assim, como oposição ao governo, o jornal tratou as greves como desordem interna, provocadas pelo desgoverno de Jango, não como um direito trabalhista e um ato de cidadania. O jornal destaca, na edição do dia 8 de março, uma referência à fala do arcebispo de Brasília, Dom José Newton, sobre a realização de um congresso sindical na capital federal. Com o título “Não basta um anticomunismo passivo”, além de condenar a mera resistência ao comunismo, o bispo conclama todos a:

uma ação positiva, que encare de frente e com sinceridade, sem interesses mesquinhos, nem apego a situações de privilégio econômico e social, a resolução de nossos problemas de ordem social. Enquanto os comunistas querem resolver esses problemas erroneamente, resolvamo-los nós cristãmente à luz das maravilhosas encíclicas sociais de nosso tempo.³⁵

O jornal compartilhava da idéia de que o cristianismo era a única doutrina capaz de resolver os problemas sociais do Brasil, porque tirava do homem o egoísmo. Assim, veiculava opiniões de autoridades eclesiásticas, da hierarquia católica, os quais apontavam que a solução para as dificuldades estava nos ensinamentos das encíclicas sociais da Igreja. Nesse período havia terminado o concílio Vaticano II.

³⁵ *O Progresso*, 08 mar. 1964.

Combateu politicamente o governo Goulart e foi a favor do golpe de 1964. Segundo o jornal, a preocupação maior daqueles que tramaram o golpe de 64 foi, sem dúvida alguma, a de resguardar o regime democrático vigente no país, e esse objetivo foi alcançado.

O Progresso que representava a elite agrária e urbana local, era um jornal que se voltava muito para os problemas econômicos do estado e também do país. Sua posição política frente a Goulart e ao golpe não diferia dos demais jornais nacionais, construiu imagens desqualificadoras do governo Jango e aceitou o golpe de 64 como legítimo.

A campanha lançada contra Goulart por parte de seus opositores políticos e pela imprensa, foi acentuada, principalmente a partir de outubro de 1963, quando João Goulart enviou mensagem ao Congresso pedindo a decretação de Estado de Sítio. *O Progresso* acentuou a gravidade da situação no Brasil, mencionando o pedido de Goulart ao Congresso e, ao mesmo tempo, indicando a ocorrência de greves no Brasil: “Greves em São Paulo: dos ferroviários; do departamento de Águas; dos carris; dos bancários; do departamento de estradas de rodagens; No Rio: greve dos carris e dos estaleiros”.³⁶

Um leitor mais atento, facilmente notaria a insinuação de completo descontrole da situação, sentida pelo próprio presidente ao solicitar tal autorização ao Congresso.

Nos últimos meses de 63, o clima de acusações era constante e cada vez mais colérico, como a manchete contra Leonel Brizola, que atacara o jornalista David Nasser. Com o título **PALHAÇADA!!!**, o jornal relata o episódio em que o deputado Leonel Brizola agrediu o jornalista no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Segundo o jornal, Brizola, que estava acompanhado de vários capangas, agrediu o jornalista pelas costas. Dupla covardia vez que, além de estar protegido por capangas, ainda agrediu pelas costas o jornalista, que assim se pronunciou: “[...] O episódio de há poucos instantes no Galeão serve para mostrar que espécie de gente está governando o Brasil”.

Juntando-se a outros órgãos da imprensa nacional, *O Progresso* também hipotecou solidariedade ao jornalista: “O Progresso envia sua solidariedade ao jornalista David Nasser, pois só a ação e o destemor de homens como ele serão capazes de nos tirar do mar de lama em que vivemos, por exclusiva culpa de nossos governantes”.³⁷

Com relação ao comício das reformas realizado no dia 13 de março, nenhuma notícia consta nos números seguintes do jornal. É bem verdade que àquela época o jornal

³⁶ *O Progresso*, 06 out. 1963.

³⁷ *O Progresso*, 29 dez. 1963.

ainda era semanal. Nas edições entre 08 de março e 15 de março de 64 encontramos algumas notícias sobre a ameaça comunista no país, mas nenhuma nota sobre o comício realizado.

Na tentativa de angariar simpatia popular pelo projeto das Reformas de Base, os conselheiros do governo decidiram que era preciso mobilizar a população, visando “congregar as forças populares, a maioria dos brasileiros, contra a elite egoísta que tinha tanta prática em manobrar a política democrática”.³⁸ O comício foi cuidadosamente planejado:

[...] um comício-monstro a ser realizado naquele dia na Praça da República. Os preparativos indicavam que aquela não seria uma concentração política como as outras. O palácio presidencial anunciou que os oradores falariam do mesmo palanque de madeira que havia sido construído para os mais famosos aparecimentos de Getúlio Vargas em público [...]. Semanas antes o governo mobilizou os que deviam tomar parte na concentração. Os trabalhadores da Petrobrás, das refinarias do Estado do Rio de Janeiro, e os elementos de vanguarda dos sindicatos operários, seriam transportados à custa do governo.³⁹

Não por acaso também foi a escolha do lugar de realização do comício: o estado do Rio de Janeiro, governado pelo “mais extremado antigetulista do Brasil, Carlos Lacerda”, que decretou feriado para o dia da realização do comício, na tentativa de esvaziar o evento.⁴⁰ Cerca de 150 mil pessoas compareceram ao evento, acenando faixas e cartazes pedindo a implantação das Reformas de Base e a legalização do Partido comunista, sob a “proteção” de metralhadoras portadas pelos pelotões da polícia do Exército, ali colocados para garantir a ordem.

A “[...] cena, levada aos lares da classe média em todo país, pela televisão”, que assistiu além do discurso inflamado de Leonel Brizola pedindo por uma Assembléia Nacional Constituinte, a assinatura de dois decretos presidenciais: o primeiro nacionalizava todas as refinarias de petróleo particulares e o segundo, o decreto da SUPRA, desapropriando propriedades com mais de 100 hectares localizadas ao largo de rodovias.⁴¹

³⁸ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo, op. cit., p. 346.

³⁹ Ibidem, p. 346.

⁴⁰ Ibidem, p. 347.

⁴¹ Ibidem, p. 348-349.

Logo após o comício de 13 de março, nenhum ataque se fez ao comício e sim, sinais de alerta contra o perigo comunista. Numa mesma página, quatro pequenas notas apontam para a seleção de notícias com esse teor. Uma delas é de um estudante, enaltecendo a família, os valores morais e cristãos. As outras três são mais explícitas: “Levante feminino conta o P.C.” noticia que o movimento feminino, Liga feminina democrática, de Minas Gerais, protestou contra a realização do congresso da CUTAL; “28 atletas desertam do paraíso vermelho”, comenta a deserção de atletas húngaros, tchecos e poloneses aproveitando a realização de jogos de inverno. Os atletas teriam pedido asilo político na embaixada austríaca; “Comunistas os responsáveis pelas desordens em Minas”, denuncia a infiltração de comunistas em sindicatos fundados pela SUPRA, os quais estariam promovendo agitações em Minas Gerais.⁴²

O Progresso interpretou o golpe de 64 como resultante da política demagógica de Jango, preocupada apenas em desestabilizar o país, transformando-o numa república sindicalista. O golpe resultou, também, da escolha de métodos equivocados de governo, da *infiltração comunista* no governo e da liberdade extrema dada a agitadores. Foi resultante da falta de pulso firme de Jango. Afirmou que deveria haver mudanças, mas sempre respeitando as tradições, a lei, o respeito à propriedade, às liberdades individuais e públicas. Acabou justificando o golpe, principalmente porque era contra qualquer manifestação comunista que estava presente nas ações da esquerda. Absorveu o discurso da ordem e do anticomunismo que foi a ideologia do golpe de 64.

Como a maioria da imprensa do estado e no restante do país, criou uma imagem muito negativa de Goulart, sempre o demonstrando como um comunista e baderneiro, na medida em que não coibia insubordinações internas. *O Progresso* justificou o golpe de 64 como um ato legítimo em defesa da democracia. Mesmo se declarando aberto às opiniões, era um jornal que defendia os interesses do PSD na região e estava sempre disposto a atacar João Goulart e defender os princípios ideológicos pessedistas e não trabalhistas.

A manchete do dia 05 de abril de 1964, a primeira edição semanal após o golpe, em letras graúdas e em negrito, anunciou:

⁴² *O Progresso*, 15 mar. 1964.

JANGO RENUNCIA

O Sr. João Goulart, não resistindo a situação criada por ele mesmo, assinou no dia 1º de abril, na Guanabara, a sua renúncia à presidência da República, ensejada (sic) requisitando um avião da Varig e tomando rumo ignorado.⁴³

Na mesma página, uma outra nota noticiava a tomada do palácio do governo no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola e o III Exército e sua posterior rendição frente ao II Exército de São Paulo, que ocorreu ao sul para debelar a rebeldia sulina. E logo abaixo, a notícia sobre a prisão de dois oficiais gaúchos que portavam a importância de um bilhão de cruzeiros.

Nessa edição, ainda se destacam algumas notícias, as quais indicam uma certa consciência sobre o que poderia realmente estar por trás dos acontecimentos. Logo a seguir às notas sobre Brizola, noticiam-se ocorrências de prisões e perseguições que estariam acontecendo por todo país. Indicando inclusive os autores de tais atos arbitrários: “Basta um indivíduo ser do PTB para correr risco. E os acusadores são fontes udenistas. O PSD se mantém calmo e ponderado”.⁴⁴

A UDN, de fato, tomou para si a tarefa de “limpar” o estado de forças petebistas, as quais julgavam nefastas. Demosthenes Martins, chefe político da UDN, que nunca escondeu sua desconfiança em relação às intenções de Jango, durante a gestação do golpe, em Mato Grosso, assegurou ao coronel Meira Mattos que a UDN respaldaria as ações do Exército. E que não haveria perigo de um posicionamento contrário entre sul e norte, como acontecera em 1932, por ocasião da revolução constitucionalista. Martins assegurou a Meira Mattos:

[...] que a unidade de ação estava assegurada pelo respaldo da UDN, ora detentora do Governo Estadual, das Prefeituras Municipais e do domínio político que a repulsa popular aos extremismos aglutinava. O próprio PTB, o partido de Goulart, em Mato Grosso se embasava no meio rural cujas tendências eram desfavoráveis ao extremismo de esquerda. Por isso não iriam os trabalhistas se enforcarem nas próprias tripas. O Exemplo dos kolkozoes russos estava à mostra [...].⁴⁵

⁴³ Ibidem, 05 de abr. 1964.

⁴⁴ *O Progresso*, 04 abr. 1964.

⁴⁵ MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada*, op. cit., p, 239.

As palavras de Martins são esclarecedoras, no sentido de que, na realidade, os próprios udenistas reconheciam a inexistência de comunistas na região. Se o exemplo russo não era simpático entre os colonos, por quê razão os udenistas se voltaram tão violentamente contra os petebistas? A tomada de poder político justifica as ações udenistas. Em todo estado, os petebistas foram caçados. Desde o simples simpatizante ao ativista mais atuante, estes sim foram as grandes vítimas das garras udenistas.

Sobre a reforma agrária, a posição do jornal era categoricamente contrária. Mencionava que os objetivos de Goulart eram demagógicos e a intenção de Goulart, do governo, era tomar as propriedades privadas e as redistribuir injustamente. O princípio da propriedade privada era defendido com veemência pelo *O Progresso* e não se admitia a idéia de se tocar nessa tradição.

O Progresso exigia de Goulart autoridade, um governo forte e decidido que precisava organizar sua casa, colocando homens certos nos cargos certos. O governo necessitava, segundo a posição do jornal, mostrar trabalho e se afastar da política de seu partido o PTB que iria destruí-lo. No artigo escrito por Weimar Torres, intitulado: “Mais uma janguice” é possível captar a revolta contra a política de Jango.

O *Progresso* elaborou um discurso de legitimação ao golpe, expondo que os acontecimentos ocorridos depois de 31 de março de 1964 foram motivos de alegria, de otimismo e de orgulho para o povo brasileiro. Mencionou que as Forças Armadas, junto com a imprensa, com civis e com empresários reagiram à subversão dos princípios democráticos e dos valores espirituais. O golpe teria sido em nome da Constituição, da hierarquia e da paz social, portanto era legítimo. Doze dias após a renúncia de Jango, o jornal publicava sua primeira grande matéria sobre o fato. A chamada para a matéria completa anunciava, na primeira página:

PEQUENA HISTÓRIA DE UMA GRANDE REVOLUÇÃO

No dia da mentira começou uma Revolução de Verdade
Está terminada a Revolução que alijou do Poder o Sr. João Goulart. O Exército mais uma vez saiu dos quartéis para mudar o destino da Nação. Queira Deus que seus propósitos não sejam desvirtuados pela ambição dos políticos que se julgam vencedores e pela vingança contra os vencidos.⁴⁶

⁴⁶ *O Progresso*, 12 abr. 1964.

As ideologias do anticomunismo e da defesa da ordem, para se evitar uma suposta revolução que vinha das esquerdas e do governo Goulart foram as bandeiras para legitimar o golpe militar de 64. Transformaram Goulart num monstro vermelho, desgastando sua imagem pública que serviu para justificar a intervenção dos militares na tomada do poder em 64.

O presidente João Goulart foi um governante que hesitou, que não soube conduzir o processo de aprovação de suas reformas, não teve competência para administrar as crises daquele período, seu discurso era demagógico, porém, não era comunista.

De fato, o que Goulart queria era aprovar as reformas de base e não mudar o regime democrático e transformar o Brasil num país comunista. Contudo, seus opositores políticos junto com a imprensa, articularam um discurso anticomunista que coadunando com a crise financeira, política e social, derrubou-o e foi fundamental para justificar o golpe militar.

Ao visitarmos a produção de alguns memorialistas mato-grossenses sobre o período, analisamos a recorrência ou não dos discursos veiculados pela imprensa. Os episódios relativos ao golpe são narrados pelos escritores regionais, logo após 64 como uma *revolução* justa e necessária, levada a efeito para salvar o país contra o perigo comunista. Justificando o golpe, os autores, mais uma vez, irão sedimentar a imagem heróica de personagens regionais, enaltecendo seus feitos e suas lutas pelo progresso do Estado.

São essas histórias, escritas por segmentos da elite mato-grossense que ajudaram a sedimentar a ideologia do desenvolvimentismo e do progresso e do combate a tudo o que significasse perigo ao alcance desses objetivos. No Mato Grosso do Sul, as produções dos memorialistas derivam, na maioria, de autores filiados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT e Academias de Letras de Campo Grande e Cuiabá. Esses autores, também estiveram ligados a órgãos públicos, na condição de funcionários. Suas obras tratam-se, pois, de uma história política “oficial” na medida em que foram produzidas por pessoas com livre trânsito nas diversas esferas do poder. Essa memória oficial, ora tomada como fonte, possibilita um certo entendimento sobre o golpe militar de 1964, ou seja, a partir da visão dominante. Considerando que a produção analisada, tem como autores, pessoas ligadas aos seguimentos citados, é possível dizer que tal leitura que fizeram revela o interesse na manutenção de uma memória favorável ao poder hegemônico e conciliador das elites mato-grossenses.

A primeira consideração a fazer é esclarecer o entendimento explicitado pelos memorialistas a respeito de *Revolução*, o movimento político de 1964, quando militares ligados às Forças Armadas removeram do poder central, um presidente eleito democraticamente.⁴⁷

A obra *História de Mato Grosso*, escrita pelo memorialista Demostenes Martins, procurou demonstrar através da biografia dos governadores do estado do Mato Grosso, as contribuições valorosas de cada um nos campos políticos, sociais e econômicos.

Os acontecimentos relativos ao golpe de 64 são narrados no capítulo dedicado ao governo de Fernando Correa da Costa (1961-1966). Nota-se a preocupação do autor para com o estado democrático, seriamente colocado em perigo por Jango, mas que, segundo Martins, prevalecera no Estado em função da eleição de Fernando Correa da Costa. Eleito pela UDN, um partido da oposição vigente, Correa da Costa concorreu com Wilson Fadul (PTB) e Fillinto Müller (PSD). A eleição de Correa da Costa foi atrelada à vitória do mato-grossense Jânio Quadros para presidência da República, no mesmo ano, pelo mesmo partido político, a UDN.

Segundo Martins, a eleição de Jânio Quadros ensejou novos rumos para o Mato Grosso, estado que “sempre vivera à mingua de favores federais [...] desde os tempos do Império”. As expectativas positivas levaram os governadores da região Centro-Oeste a estabelecerem um plano de desenvolvimento que abrangia todos os setores.⁴⁸ Entretanto, ao se iniciar a implantação dos planos, as expectativas foram frustradas com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Com a posse do vice-presidente João Goulart, como no restante do país, pairava também sob o Mato Grosso os fantasmas criados em torno do governo de Jango, cujas idéias, para Martins “[...] se chocavam, frontalmente, com o regime democrático”. Coube à UDN reagir, insurgindo-se contra o projeto do presidente que, se levado à cabo, conduziria o país ao caos.

O Brasil, como os demais países alinhados aos Estados Unidos, compunha com este último um dos pólos centralizadores da Guerra Fria, assim entendido, nos anos 60, o conflito ideológico entre capitalismo e socialismo. Liderados pelos norte-americanos, os países da América Latina posicionavam-se contra o perigo do avanço comunista, latente no

⁴⁷ Em 1960 João Goulart, do PTB, foi eleito Vice-Presidente e Jânio Quadros, do PTN, para Presidente da República do Brasil. Com a renúncia de Jânio Quadros, em 08/61 João Goulart tornou-se sucessor legítimo ao cargo vago.

⁴⁸ Refiro-me à Reunião de Governadores da região Centro-Oeste, ocorrida em 29 de abril de 1961, presidida por Jânio Quadros, seu ministério e órgãos de fomento, na qual foram traçados planos de desenvolvimento para os estados envolvidos.

imaginário dos países capitalistas, após a ainda recente vitória da revolução cubana em 1959, vencida com apoio da União Soviética, o outro pólo centralizador representando a hegemonia comunista.

Esta mesma preocupação com a preservação da propriedade privada manifestava-se também no estado do Mato Grosso. Nesta região, os movimentos sociais foram interpretados como atentados à democracia. Assinalou Martins sobre a ação do governador na desarticulação de uma concentração de lavradores, na parte norte do estado:

E, quando, a 13 de março, em conotação com as agitações que se desçaímavam sob inspiração comunista, pretenderam realizar um grande comício em Rondonópolis, centro agrícola que se formava com a chegada de levas de lavradores nordestinos _ comício cujo propósito era a ocupação de fazendas da região _ a sua ação não se fez omissa ou esquiva. Impediu-o, através da Secretaria da Justiça, seguro de que esse comício seria a sementeira da subversão da zona rural, [...]. Esses cidadãos, que não eram poucos, esqueciam-se do preceito constitucional que proíbe processos violentos para subversão da ordem político-social.⁴⁹

Por ocasião do golpe, temiam-se posicionamentos divergentes entre o norte e o sul do estado. Tal receio derivava-se da revolução constitucionalista de 1932, ocasião em que o norte alinhou-se ao governo de Getúlio Vargas, o sul o combatia. Mas segundo Demosthenes Martins, isso não aconteceu porque um “espírito patriótico” uniu o povo de Mato Grosso. Em 1964, em detrimento de

[...] graves, agitações políticas, econômicas e sociais, que culminaram com a Revolução de 31 de março de 1964, movimento patriótico com o qual esteve solidário, desde a fase conspiratória, conseguiu Fernando Corrêa ver a unidade da opinião pública do Estado sufragar sem discrepância o veredictum nacional de condenação do governo João Goulart”.⁵⁰

Foram os governos pós-64, revolucionários, que alavancaram o Estado do Mato Grosso, inserindo-o no plano de integração nacional. O apoio federal lançou o Estado a conhecer uma nova era de progresso.

A poeira da jornada é outra obra de cunho autobiográfico de Demosthenes

⁴⁹ MARTINS, Demosthenes. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro : Ed. Resenha Tributária : 1970. p. 131.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 132.

Martins. Nela, o autor narra sua trajetória de vida no estado, aonde chegou por volta de 1915, fixando-se em Aquidauana. Ocupou vários cargos públicos, um deles, no ano de 1964, o de Presidente da Comissão Estadual de Investigação. Esta Comissão destinava-se a apurar irregularidades e atividades subversivas por parte de funcionários públicos estaduais e municipais.

Claramente favorável à *revolução* de 64, logo na introdução do livro, Martins posiciona-se firmemente pelo movimento que depôs João Goulart:

Na conjuntura ameaçadora, conseqüente da desordem que se espalhava com as greves injustificadas – abalando a estrutura econômica – e a indisciplina – minado a ordem nas instituições militares...

A Revolução de 31 de Março foi, portanto, a conclamação vitoriosa às forças vivas de nossa formação democrática, despertadas pelas preces cristãs da mulher brasileira nas ruas e praças públicas, para o combate à preparação, que se desenrolava, da comunicação nacional.⁵¹

A poeira da jornada é, ao nosso ver, o testemunho mais contundente das ações da UDN no estado, sendo o autor um de seus mais ferrenhos partidários. Narrando sua trajetória política, Martins expõe a trajetória de seu próprio partido político, as ações desenvolvidas pelo seu partido, a UDN, sua luta pelo poder regional e seu apego à propriedade da terra.

Outra obra, *História das revoluções em Mato Grosso*, de Rubens de Mendonça, o autor discorre sobre a violência generalizada no Estado desde os tempos do Império, denominando esses movimentos de “Revoluções”. Quaisquer que fossem os motivos que levassem à condução ou deposição dos grupos alojados no poder eram chamados de revolução⁵². Mendonça faz menção especial ao movimento de 31 de março de 1964, delegando a um militar graduado, o general Carlos de Meira Mattos, a honra de escrever sobre tão importante acontecimento. Mereceu algumas desconfianças a autoria deste capítulo, na obra de Mendonça, pelo total envolvimento e livre trânsito do autor entre o governo, bem como no exército. Segundo Zorzato, é provável que o próprio Mendonça tenha escrito sobre o episódio.

⁵¹ MARTINS, Demonsthenes. *A poeira da jornada*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1980. p. 15.

⁵² Sobre o conceito de “revolução”, ver ZORZATO, 1998, p. 135: “[...] o tema “revoluções, é ressuscitado, numa evidente instrumentalização da memória histórica para justificar opções políticas”.

Sob o título “Participação de Cuiabá na Revolução de 31 de março de 1964”, o general Mattos, retrocede ao início dos anos 60, quando ainda era coronel, para narrar sua preocupação com o perigo subversivo que se avizinhava:

Assim é que desde sua chegada a Cuiabá, para assumir o Comando do 16º BC, em princípio de outubro de 1963, o então CORONEL CARLOS DE MEIRA MATOS, preocupou-se em fazer a pregação, entre os seus oficiais e amigos civis, sobre a necessidade de se estar preparado para apoiar-se num movimento de salvação de nossa democracia e de restauração dos costumes políticos, movimento este em gestação nas principais capitais do país.⁵³

Com apoio irrestrito do governador Correa da Costa, o então coronel Mattos contactou outras lideranças locais, dentre elas, do fazendeiro Mário Spinelli e do padre Wanir, que também dirigia uma emissora de rádio na cidade de Cuiabá. Vários encontros se passaram, oportunidades em que se discutiam estratégias para conter a avalanche de desmandos que avassalavam o país. Seguiram-se palestras para oficiais e sargentos, além de conversas informais com os vários segmentos da sociedade de Cuiabá. Pretendia-se, nessas oportunidades, armar o espírito do cuiabano contra o situacionismo, assim entendido qualquer movimento de apoio ao governo João Goulart. A participação de Cuiabá foi, segundo o general Mattos, decisiva para resguardar os interesses da revolução. Convocou tropas do exército de vários Estados a marchar para Brasília, em defesa da revolução. A estratégia por ele arquitetada não deu condições de qualquer reação contrária à tomada de poder, muito embora, em sua narrativa, apenas uma unidade do exército, a de Goiás permanecesse fiel ao situacionismo. Visando domínio completo da situação, o general Mattos rumou para Goiânia, em avião particular, a fim de dominar a situação incerta ali manifestada.

Seguiu, logo após, para Brasília para juntar-se às demais tropas. Após a *fuga de João Goulart e seu séquito*, segundo o general Mattos, a situação em Brasília, no dia 2, era de completa tranqüilidade, ou perplexidade:

Ninguém imaginara, que aquele governo que tanto ameaçara com seus famosos esquemas sindicais e dispositivos militares, caísse tão facilmente, fugisse tão depressa, não encontrasse ninguém que quisesse defendê-lo.⁵⁴

⁵³ MENDONÇA, Rubens. *Revoluções em Mato Grosso*. Cuiabá: [s/d], 1970. p. 197.

⁵⁴ MENDONÇA, *História das Revoluções em Mato Grosso*. Cuiabá: [s/d], 1970, p. 201.

Logo após a posse do presidente Castelo Branco, o general Mattos foi convocado para compor a equipe do novo governo. Passou a exercer as funções de Subchefe do Gabinete Militar do Presidente da República. A tropa, agora sob o comando do Major Otilés, *trouxe a gloriosa unidade de volta a Cuiabá, onde foi recebida carinhosa e entusiasticamente pela população.*

A polícia de Mato Grosso: história – evolução (1835-1985), obra escrita por um membro do oficialato da polícia militar, narra a trajetória desse segmento no Mato Grosso. Trata-se de um compêndio dos acontecimentos e atos oficiais, relatados ano a ano, da polícia militar. Como uma obra produzida dentro dos meios oficiais, também as alusões sobre 64 fazem menção a uma revolução para salvaguardar o Brasil, que andava *à beira da anarquia*. Precisamente sobre o general Mattos assinala, no tópico de 1963:

No dia 8 de outubro deste ano o Coronel E.B. Carlos de Meira Matos assumia o Cmdo. Do 16^o B.C. e cinco meses depois marchava com o Batalhão para Brasília, a fim de consolidar a deposição do Presidente Jango Goulart, quando o Brasil andava a beira da anarquia.⁵⁵

No tópico de 1964, Ribeiro afirma ter sido este o ano da Revolução, todavia, nas anotações de rotina do quartel, não se teve notícia de nenhuma alteração. Apesar disso o quartel postou-se de prontidão geral, em obediência à ordem superior, assim permanecendo até a confirmação da vitória da Revolução, “sem derramamento de sangue, uma vez que o Dr. Jango Goulart não resistiu, evadindo-se para o território uruguaio”.

Ainda neste tópico chama atenção a seguinte anotação: Face ao novo regime imposto pela Revolução, o governo de Mato Grosso criou a Comissão de Investigações e estabeleceu normas para execução do Art. 7^o do Ato Institucional, conforme Boletim do C.G. de 14.05.1964. Essas foram os únicos apontamentos sobre o golpe de 1964.⁵⁶

Dentre as obras analisadas, a única que relata as conseqüências para os opositores ao golpe, trata-se de um livreto de poesias, intitulado *Verde a Liberdade*, de autoria do ex-deputado estadual Pedro Luiz de Souza. Trata-se de um poema de 412 estrofes, escritas logo após o golpe de 64, ocasião em que o autor foi preso. O ex-deputado faz um histórico dos acontecimentos decorrentes do golpe de 64 no estado de Mato Grosso. Quando de sua prisão, o autor já não exercia cargo eletivo, todavia era partidário do PTB e ocupava cargo

⁵⁵ MONTEIRO, Ubaldo. *A polícia de Mato-Grosso: história-evolução (1835-1985)*. Cuiabá: [s/d], 1985, p. 85.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 85.

público de chefe da Agência do IPASE, órgão federal carcomido pela corrupção e saneado durante a gestão do autor, que para isso se valera de medidas legais para afastar do Instituto funcionários que chegavam ao cúmulo de explorar seguradas da Agência.⁵⁷

Estava em Cuiabá quando veio o golpe. Como afirma em suas rimas, prontamente pôs seu cargo à disposição e ficou à espera de substituição. No lugar da substituição veio a prisão. Ficou 44 dias preso, sem saber qual a razão, todavia já sabia, era simples perseguição.

Seus versos denunciam a perseguição de funcionários públicos e de partidários do PTB, como ele próprio. O corajoso relato, em pleno ano de 1965, em que pesa a revolta por conta de sua prisão, não o exime de concordar com o golpe. À sua maneira, manifesta seu pensamento concorde e finaliza o poema:

Vou aqui finalizar
Minha humilde narração,
Só desejamos progresso
A esta Revolução,
E que ela possa promover
A grandeza da Nação.
[...]

Possa livrar nossa Pátria
Dêstes preceitos tiranos,
Aqui uns brigam por russos
Outros, por americanos,
Enquanto isso o país
Vai entrando pelos canos.

Desejamos que o Brasil,
Saia já desse processo,
E que o nosso governo
Promova o maior progresso
Transformando seu trabalho
Num retumbante sucesso.⁵⁸

Das obras até então mencionadas, teceremos algumas críticas produzidas por trabalhos acadêmicos, resultados de pesquisas, os quais auxiliam na desconstrução desses discursos.

É ponto pacífico que, as obras de cunho memorialístico já mencionadas, ao tratarem do movimento que depôs João Goulart da presidência, interpretam-no como Revolução. A tradição das *revoluções* no Mato Grosso, deriva dos tempos da formação histórica do

⁵⁷ SOUZA, Pedro Luiz de. *Verde a Liberdade*. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1965.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 86.

Estado. Buscando legitimar ações violentas em busca de poder, grupos políticos rivais impunham-se uns aos outros, reivindicando aceitação de seus confrontos autodenominados *revolucionários*. Segundo Osvaldo Zorzato, que discutiu a identidade regional forjada pelos escritores do IHGMT: “o [...] regime instaurado no Brasil em 64, [...] pode ser tomado no campo das invenções das tradições revolucionárias produzidas pelos discursos históricos regionais”.⁵⁹

Na esteira dos temores elitistas, vamos encontrar o estado de Mato Grosso, por ocasião do golpe de 64, numa fase de crescimento vertiginoso, proporcionado por programas de desenvolvimento⁶⁰ patrocinados pelo governo central, e que teve como consequência um aumento significativo da população do estado. Elites, as quais de acordo com Zorzato ao estudar a construção identitária de Mato Grosso, acostumadas às *tradições revolucionárias* e tentavam se impor aos novos integrantes da população, a sua posição de elite condutora, a quem os *chegantes* deveriam se adaptar.

A *tradição revolucionária* dos mato-grossenses justificava a identificação natural com o golpe de 64 e o discurso democrático dos militares. Segundo Zorzato:

Seguindo esta pista democratizante da historiografia, talvez seja oportuno acrescentar que o regime instaurado no Brasil em 64 funde-se também com os campos simbólicos produzidos regionalmente. Um exemplo pode ser tomado no campo das invenções regionais. Com ele o discurso do poder estabelece uma simbiose em que as memórias se confundem, se plasam e se refazem, e com as quais os que sustentam o regime – inclusive as elites regionalizadas – legitimam o seu exercício de dominação.⁶¹

Eudes Fernando Leite, em seus estudos sobre o golpe de 64, na cidade sul-mato-grossense de Aquidauana, partilha do mesmo entendimento. Para ele, o conceito de Revolução foi apropriado pelo discurso militar que visava, entre outras razões, apoiar o golpe que derrubou um governo legitimamente eleito:

Assim, o “departamento” mental da cúpula militar procurou justificar, enfatizando a necessidade e a utilidade da “Revolução Democrática” de 31 de março para a sociedade. Iniciava-se aqui a apropriação de um conceito com sinal invertido. A “Revolução” tornou-se um conceito

⁵⁹ ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia em Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo. Tese (Doutorado em História). USP, 1998, p. 128.

⁶⁰ Plano de desenvolvimento da Amazônia Legal, criada pela Lei 1806/53, região definida não só pelo estado do Amazonas, mas também por outros estados da região norte e centro-oeste, dentre os quais o Mato Grosso.

⁶¹ ZORZATO, Osvaldo. op. cit., p.128.

universal e inespecífico. Conscientemente ou não, os estrategistas ideólogos ligados aos militares perceberam a possibilidade de usar um termo bastante comum no período, tornando-o útil ao regime recém-inaugurado.⁶²

Na opinião de Daniel Aarão Reis, a *revolução* foi uma forma de apresentar à nação uma justificativa que diferenciasse dos demais golpes de estado latino-americanos. Para esse autor:

Os homens do Comando Supremo falavam em nome de uma *revolução*, querendo explicitar a perspectiva de que não tinham promovido uma intervenção de caráter passageiro, mas algo mais profundo. O que, exatamente, poucos, talvez nem eles mesmos saberiam dizer naquele momento.⁶³

O engodo visou encobrir que a revolução, na verdade, tratava de defender os valores cristãos e democráticos. O discurso revolucionário serviria para desconstruir o *antigo regime* representado por João Goulart, e desta forma, legitimar o novo governo.⁶⁴ Todavia, assevera Aarão Reis, a eleição indireta de Castelo Branco não foi consenso no Congresso Nacional, já devidamente depurado por inúmeras cassações de mandatos. Muitos parlamentares conheciam os planos das Forças Armadas para o país. Não eram segredos os estudos e projetos desenvolvidos pela ESG, disseminados pelas veias militares que atingiam a sociedade civil, através de cursos ministrados nas Associações dos Diplomados na Escola Superior de Guerra, as ADESGs. Em geral, era freqüentadora destes cursos, uma elite previamente selecionada nos setores mais destacados da sociedade, o que conferia ao participante um certo status.

Curiosamente, a cartilha da ESG, no seu esquadrinhamento da sociedade brasileira, enquadra as Forças Armadas como grupos de pressão:

que correspondem a organizações que, tendo papel preponderante em outras Expressões de Poder Nacional, atuam junto aos órgãos de Expressão Política, buscando influenciá-los. [...] podem-se exemplificar, as atuações, à maneira dos grupos políticos, de atores coletivos como o Empresariado, o Sindicalismo, a Mídia, a Igreja, a Universidade e, mesmo, as Forças Armadas. Essas atuações, cuja relevância varia de

⁶² LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia: nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dissertação (Mestrado em História). Assis, UNESP, 1994, p. 105.

⁶³ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro : Zahar, 2000. p. 36.

⁶⁴ REIS, Daniel Aarão. op. cit., p. 36

conjuntura para conjuntura, podem chegar à caracterização de verdadeiros centros de poder [...].⁶⁵

A atuação desses grupos, que se alteram de acordo com a conjuntura do momento, de certa forma coaduna com o comportamento das Forças Armadas por ocasião do golpe de 64. No entendimento dos setores dominantes, o caos que se instalou no país nos últimos anos de governo e o perigo eminente da implantação das reformas de base pretendidas pelo presidente João Goulart, sem dúvida ensejavam ação das Forças Armadas.

Outro componente largamente usado para legitimar o discurso revolucionário foi o conceito de democracia. Aqui usado para justificar a defesa contra as pretensões comunistas do governo de João Goulart. O mito do perigo comunista foi largamente usado no período pré-golpe de 64. Em verdade, a defesa da democracia no país foi objeto da criação de várias associações sob a orientação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, órgão criado no governo de Juscelino Kubtschek e que atuou decisivamente na deposição de João Goulart. Composto por *elementos da proa* dos setores dominantes brasileiros:

O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e governos estaduais, interveio nos assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias. O IBAD sincronizou suas atividades às de organizações páramilitares como o MAC – Movimento Anticomunista, o Movimento Democrático Brasileiro [...] não agia isoladamente, mas sim como uma frente da qual participavam a ADP – Ação Democrática Parlamentar [...] e o IDB – Instituto Democrático Brasileiro.⁶⁶

No Mato Grosso, uma das veias do IBAD constitui-se na Ação Democrática Mato-Grossense –ADEMAT, organizada especialmente para combater “a ação comunizante do presidente João Goulart, inclusive no campo da luta armada”.⁶⁷

Está presente na maioria das obras memorialísticas analisadas o discurso da defesa do estado democrático no país, contra o perigo comunizante. O livro de Demonsthenes Martins facilmente declina para esse fantasma, ao descrever o período que confirmou o regime presidencialista no Brasil. Mas, o próprio autor não acreditava realmente no perigo comunizante, seguia apenas a tendência de ataque ao governo de Goulart. Sabia que as

⁶⁵ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos doutrinários*. Rio de Janeiro: A Escola, 1998. p.79.

⁶⁶ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 102-103.

⁶⁷ MARTINS, Demosthenes. op. cit., p. 250.

forças políticas nacionais e estaduais se mobilizavam. No estado, os militares temiam apenas que, deflagrado o movimento, as partes norte e sul viessem a se dividir como em 1932. Martins assegura a unidade, baseando-se no respaldo da UDN que dominava o estado e várias prefeituras.

O mito da “revolução de 64”, a exemplo nacional, foi um movimento forjado pelas elites dominantes, calcadas nos valores também nacionalmente disseminados, mas que, na região de Dourados, ganhou características claramente político-partidárias, conforme se pode apreender nas memórias e representações impressas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na bibliografia analisada e nas fontes pesquisadas, podemos afirmar que, em 1964 as condições eram amplamente favoráveis à uma aliança ligando interesses nacionais e internacionais que permitiram o golpe militar. Os conflitos se deram em torno dos impasses econômicos, políticos, sociais e, principalmente, ideológicos. O confronto entre as forças favoráveis e contrárias às Reformas de Base de Goulart acabou derrubando um governo legalmente instituído.

Ao findar nosso trabalho, conforme discutido no capítulo primeiro, pensamos não haver dúvida quanto à importância da região Centro-Oeste no contexto geopolítico-nacional, especialmente a partir da década de 40. Os projetos de Getúlio Vargas para esta região de fronteira, romperam com o antigo Mato Grosso oligárquico, livrando o estado da força bélica dos antigos coronéis. Além disso, ao criar o Território Federal de Ponta Porã, minou o domínio da Companhia Mate Laranjeira sobre grande parte das terras ao sul do estado, viabilizando a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a CAND.

O projeto de Getúlio Vargas visava a inserção da região no contexto capitalista de produção, interligando-a aos centros hegemônicos do país. A geopolítica de ocupação dos “espaços vazios” tinha duplo sentido: a proteção da fronteira seca e da fronteira ideológica. Ao sedimentar o desenvolvimento capitalista estaria, ao mesmo tempo, protegendo a região contra possíveis investidas comunistas.

É neste contexto que se insere a região de Dourados, guindada a um ponto estratégico da política tanto nacional quanto estadual. A intensa propaganda varguista atraiu para a CAND grande leva de migrantes, assim o município tornou-se o mais populoso da região sul do estado. Largamente propagandeada, a CAND era apresentada como “menina dos olhos” do projeto colonizador varguista e constituiu-se roteiro de candidatos e presidentes que para cá acorreram, em vários momentos de campanhas eleitorais e lançamento de projetos.

Tratamos, no segundo capítulo, do contexto municipal e constatamos a importância política adquirida pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, com o relativo sucesso alcançado pela CAND. Relativo, como já discutido por pesquisadores regionais, dado que sua principal função social não foi alcançada plenamente a fixação do pequeno agricultor ao campo. Duas décadas após a implantação, a maior parte das terras estava concentrada nas mãos de poucos proprietários, formando novos latifúndios que se pretendia acabar.

Mas, a CAND serviu para alavancar o PTB na região, que rompeu, ao final da década de 50, com a hegemonia do Partido Social Democrático, o PSD e da União Democrática Nacional, a UDN, contra a qual venceu duas eleições municipais consecutivas.

Logo após o golpe, as ações de apoio em Dourados tomaram o mesmo rumo das implementadas em nível nacional: campanhas de arrecadação de ouro e dinheiro para ajudar o país a sair das dificuldades financeiras, marchas, passeatas e comícios com a participação de vários setores da sociedade. Em Dourados, os movimentos de apoio envolveram grande parte da comunidade, desde estudantes, mulheres e políticos de todos os partidos, inclusive do PTB, partido do prefeito Napoleão Francisco de Souza que, sendo ex-combatente, conseguiu manter-se no poder com o apoio do Exército. A permanência do prefeito petebista no cargo, constituiu-se, ao nosso ver, na grande derrota udenista na região, naquele momento.

Em Dourados, os políticos favoráveis ao golpe obtiveram apenas a cassação de dois vereadores. Tentaram, mas não conseguiram “tomar” a prefeitura. Apesar de alguns depoimentos apontarem o prefeito como um petebista covarde que aderiu ao golpe, outros atribuem ao seu passado de ex-herói de guerra, o alicerce que o manteve no cargo.

A Ação Democrática Douradense, criada no ano anterior ao golpe, teve papel importante na condução dos movimentos que mobilizaram apoio à “causa revolucionária”. Mas é importante ressaltar que também suas ações estavam em consonância com as diretrizes de seu partido, a UDN. Demóstenes Martins, líder udenista, afirma categoricamente em suas *Memórias* que o partido assumiu as ações em defesa da democracia e de repressão ao comunismo no estado.

A UDN, no sul do estado, era formada por proprietários rurais, os grandes fazendeiros. Especialmente em Dourados, o partido ocupava os principais cargos políticos, sendo a prefeitura, um reduto udenista de há muito tempo. Todavia, com o fortalecimento

do PTB de Getúlio Vargas, o quadro político municipal sofreu uma guinada, privilegiando os herdeiros políticos de Vargas na região.

Ao mesmo tempo em que mobilizavam ações de apoio ao golpe, os udenistas formaram o Comando de Caça aos Comunistas e buscaram incriminar os petebistas, acusando-os de subversivos e de comunistas, usando como desculpa um suposto plano de ataque às instituições democráticas, que seriam implementadas pelos Grupos de Onze. Esses grupos, pelo menos no formato alardeado pelos “revolucionários”, nunca existiram, garante o líder petebista local Harrison Figueiredo.

As perseguições atingiram principalmente os petebistas, tanto na zona urbana quanto rural. As prisões se iniciaram logo após a noite de 31 de março. Petebistas foram caçados pelos coronéis udenistas e levados presos à Delegacia de Polícia da cidade. Muitas pessoas foram presas, mas contra eles não havia provas e ficaram na prisão até a chegada dos militares do Exército. Dizem os entrevistados que os militares não compactuavam com o comportamento das autoridades locais e de fato, dias após o golpe, as pessoas presas eram encaminhadas ao 11º RC de Ponta Porã, mas todas eram liberadas em seguidas, após alguns dias de detenção.

Nesse ponto, pensamos ser correto dividir os presos em dois grupos, um ligado ao segmento urbano, sendo estes os líderes petebistas e, outro grupo, o dos colonos radicados na CAND. Com relação aos primeiros, vários entrevistados afirmam que não sofreram maus tratos. Já os colonos, trabalhadores rurais simples, pagaram mais caro pela admiração que nutriam por Getúlio Vargas. De toda parte da CAND vieram presos para a Delegacia de Polícia, sob acusação de pertencerem aos Grupos de Onze, coisa que sequer sabiam do se tratava. Estes foram maltratados pela soldadesca de menor patente. Procurados como criminosos, os colonos admiradores do PTB de Vargas viviam sob tensão e vigilância de conhecidos e vizinhos, por quem, não raramente, eram delatados. Sofreram mais quando eram capturados em seus locais de trabalho, a roça, e colocados nas carrocerias dos caminhões. Transportados como gado até Dourados, onde eram destratados pelos soldados que não respeitavam até mesmo suas famílias.

Outro foco das perseguições atingiu o setor educacional, com o patrulhamento ideológico nas escolas. Professores eram vigiados por alunos e colegas de trabalho. Qualquer deslize era motivo para serem “convidados” a dar explicações na delegacia. Anos mais tarde, em 1978, foi a vez de professores universitários pagarem pelo mandonismo e

autoritarismo que se instalou nos setores burocráticos da Universidade, por pessoas devidamente afinadas com o regime.

A busca pelos indícios da “revolução” em Dourados termina, pensávamos, no Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Dourados, final de todo e qualquer inquérito ou processo que porventura tenha sido instaurado contra as pessoas presas. Mas, não encontramos nenhum documento que confirmasse suas prisões. Não encontramos porque não foram instaurados processos contra “supostos comunistas”, em Dourados, ao contrário de várias cidades mato-grossenses, onde IPMs foram instaurados e prefeitos, cassados.

Atribuímos a incoerência de tais fatos na região de Dourados ao prestígio do prefeito petebista Napoleão Francisco de Souza junto ao exército, conforme já mencionamos. Sobre as prisões e perseguições sofridas por pessoas da sociedade douradense o jornal *O Progresso* silenciou. No entanto, em alguns momentos publicou que tais arbitrariedades estavam ocorrendo no país.

A imprensa jornalística, como meio de comunicação de massa que produz e transmite à sociedade formas simbólicas com força ideológica, sustentando e recriando relações de poder, foi uma das instituições responsáveis pela campanha de construção de um ambiente favorável, que envolveu grande parte da população no Brasil nos anos 60 à legitimação do golpe militar de 1964.

Os boatos e acusações, tanto na esfera política como na imprensa, foram peças fundamentais na guerra ideológica que estabelecia estreitas ligações entre João Goulart e um suposto comunismo que ele pretendia implantar no país. Acusar o governo de atentar contra a Constituição, a propriedade, a família, a religião e a democracia, foi uma forma eficaz encontrada pela imprensa para endemonizar a figura do presidente e de legitimar a intervenção dos militares no processo político.

O Progresso, assim como a maioria da imprensa no Brasil, aos poucos construiu uma imagem negativa do presidente João Goulart junto aos leitores douradenses, ao associar suas Reformas de Base à formação de uma República sindicalista e comunista.

O combate ao comunismo nos jornais de Dourados era constante, como se o risco de sua implantação fosse se concretizar a qualquer momento. Viviam-se os tempos da Guerra Fria. O terror psicológico que se fez em torno do governo, insinuando que as atitudes de Jango encaminhavam para uma revolução comunista no Brasil, serviu para desmoralizá-lo e, de certa, deu suporte para o golpe.

Esse mesmo discurso foi também sedimentado por obras de memorialistas que trataram do período referido. Escritos pela elite dominante regional, essas obras nada mais fizeram do que aceitar e legitimar as ações implementadas, amalgamando mais um discurso revolucionário, entre tantos que, segundo eles, aconteceram no estado.

A historiografia regional de 64, todavia, começou a mudar a partir das produções acadêmicas, sendo uma referência, o trabalho de Eudes Fernando Leite e sua pesquisa sobre a utopia comunista na cidade sul-mato-grossense de Aquidauana. Outro exemplo é o desenvolvimento do projeto de História Oral com os colonos da CAND, sob responsabilidade do Prof. Dr. Wilson Valentin Biasotto, do qual nos fizemos beneficiários para fins deste trabalho.

Recobrimos nesta pesquisa o período pré-golpe e imediatamente posterior. As novas conformações políticas que ocorreram ao longo do regime militar, como também o surgimento de vários movimentos sociais, entre tantas outras abordagens, constituem-se um campo aberto à pesquisa, quer a partir da imprensa, como também de outras fontes, a serem definidas por diferentes problemáticas.

FONTES

Jornais

O Progresso – Arquivo particular da empresa. edições março/1963 a julho/1964.

Documentos

ATAS das Sessões da Câmara de Vereadores – Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores. Agosto de 1962 a dezembro de 1964.

Entrevistas

Projeto Ressonâncias do golpe militar na região de Dourados. Dourados : UFMS, 1996-1997. (Org. BIASOTTO, Wilson Valentin)

Entrevistados: Antonio Pereira Soares, Carlos Roberto C. de Oliveira, Ercília Pompeu, João Aparecido Alves, José Laerte Tetila, Messias Antonio, Oswaldo Wolf, Perciliano Buena Cavalheiro, Rodoarte Rosa da Silva, Sultan Rasslan, Valdeci Duarte de Oliveira, Aurenô Cordeiro, Antonio Pereira Soares, Noel Bernardo da Silva, Oswaldo Joaquim de Brito, Atílio Toarraca Filho e Anselmo Capilé.

Projeto Memória de pioneiros. Dourados : UFMS, 1996-1997. (Org. BIASOTTO, Wilson Valentin)

Entrevistados: Ercibe Rech, Manoel Ribeiro Martins, Olimpio Azambuja, Umbelinda G. Galvão, Adilvo Mazzini, Ciro Azambuja, Evaristo Ferreira da Silva, Iraldina Oliveira Campos, João Perrupato e Silvano Espíndola.

Entrevistas realizadas pela autora:

Entrevistados: Altair da Costa Dantas, Zazi Brum, Wilson Valentin Biasotto, Marina Evaristo Wenceslau, Antonio Luiz Lachi, Generoza Cortez de Lucena, Airton Ferreira

Barboza, Jamil de Campos Aum, Theodorico Luiz Viegas, Zoroastro Stockler de Assis e José Roberto Techio..

Obras

MARTINS, Demóstenes. *História de Mato Grosso: os fatos, os governos, a economia*. S/d.

_____. *A Poeira da jornada: memórias*. São Paulo : Editora Resenha Tributária, s/d.

MENDONÇA, Rubens. *História das revoluções de Mato Grosso*. Goiânia : Editora Rio Bonito, 1970.

MONTEIRO, Ubaldo. *A polícia de Mato Grosso: história – evolução (1835-1985)*. Cuiabá: 1985.

SOUZA, Pedro Luiz de. *Verde a liberdade*. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1965.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Thereza Cezário (Org). *O Golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado Autoritário, 1968-78: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo : EDUSC, 1979.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart : as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo : Brasiliense, 1985.

BETONI, Walter Luiz. *Dourados: entre a memória e a história*. Dourados. Dissertação (Mestrado em História). UFMS, 2002.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra ao sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande : Ed. UFMS, 1994.

BIASOTTO, Wilson Valentim. TETILA, José Laerte Cecílio. *O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978-1988*. Campo Grande : UFMS, 1991.

BITTAR, Marisa. *As elites políticas de Mato Grosso e a Criação de Mato Grosso do Sul*. São Paulo. Tese (Doutorado em História), USP, 1997.

_____. *Geopolítica e separatismo*. Campo Grande : Ed. UFMS, 1999.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. De Fernando Tomaz. Lisboa : Difel, Rio de Janeiro, 1989.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda Borges. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. São Paulo : Scortecci, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *História e Política : laços permanentes*. In: Revista Brasileira de História, vol. 12, n. 23/24. São Paulo, Anpuh/Marco Zero, setembro 91/agosto 92, p. 7-18.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo : t. ^a Queiróz/Edusp, 1987.

BOTOSSO, Marcelo. *A guerrilha rural no Brasil pós-1964*. In: Estudos de História. Revista do Curso de Pós-Graduação em História, FHDSS – Franca SP. V. 8, n. 1, 2001, p. 31-40.

BRASIL. *Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro : A Escola, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Da Perplexidade Política à Certeza Científica: Uma História em Quatro Atos*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Sp. V. 12, n. 23/24, setembro 91/agosto 92, p. 31-53.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo : Editora Unesp, 1992.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta de. *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade : Imprensa Paulista (1920-1945)*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Anpuh/Marco Zero. V. 12, n. 23/24, setembro 91/agosto 92, p. 55-75.

_____. Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo : Contexto/EDUSP, 1988.

CAPILÉ Jr. João Augusto. Capilé Júlio. CRUZ, Maria de Lourdes Souza. *História fatos e coisas douradenses*. S/d., 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion., VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro : Campus, 1997.

_____. *Uma Introdução à História*. São Paulo : Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo Sp. Vol 14, n. 27, 1994. P. 179-196.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964: agonia do poder civil*. Rio de Janeiro. Ed. Artenova, 1975.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. De Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro : Forense/Universitária, 1982.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/ Rio de janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo : Ed. Moderna, 1982.

CHAUVEAU, A. TÉTARD, Ph. (Org). *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP : EDUSC, 1999.

COMBIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.

COSTA, Carlos Frederico Corrêa da. *Direi...ta, volver! Esquer...da, volver! História de experiências de vida de militares*. São Paulo. Tese (Doutorado em História). USP, 1995.

COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre : Gente do Livro, 1999.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio Editora, 1967.

D'ALÉSSIO, Marcia Mansour. *Reflexões sobre o saber histórico*. Entrevistas com Villar – Vovelle – Reberieux. UNESP, 1998.

DE DECCA, Edgard S. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DREIFUSS, René Armand. *1964 A conquista do estado: ação, política, poder e golpe de classes*. Trad. Laboratório de tradução da UFMG. Rio de Janeiro, 1986

ECO, Umberto. *Sobre a imprensa*. In: Cinco escritos morais. Trad. Eliana Aguiar. 3^a ed.. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 55-66

FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, C.F., VAINFAS, R. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo : Edusp, 1999.

FERNANDES, Tania Maria. Edição de entrevistas: da linguagem falada à escrita. In: MONTENEGRO, A. T. FERNANDES, T.M. (orgs). *História oral: um espaço plural*. Recife : Universitária; UFPE, 2001, p. 91-99.

FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FICO, C. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FIORIN, Jose Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

_____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo : Contexto, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

FOWERARKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 8ª ed. São Paulo ; Ática, 1998.

GRESSLER, Lori Alice. SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados, 1998.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Memória coletiva e História científica*. In: Revista Brasileira de História : Anpuh/Marco Zero, n. 28, 1994, p. 181-193.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo : Ática, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *A questão do nacionalismo*. Nações e nacionalismos desde 1780. Lisboa : Terramar, 1998.

IBGE Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro : Gráfica IBGE, 1958.

INAGAKI, Edna Mitsue. *Dourádossu: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados : UFMS, 2002.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas, SP : Editora Unicamp, 1985.

LAMOUNIER, Bolívar. *A ciência política no Brasil : roteiro para um balanço crítico*. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org). *A ciência política nos anos 80*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas SP : Ed. UNICAMP, 1996.

LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*. Assis, 1994. Dissertação (Mestrado em História). Unesp.

LENHARO, Alcyr. *A terra para quem nela não trabalha (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*. Revista Brasileira: Terra e Poder, n. 12. Campinas.

_____. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia e Centro-Oeste*. São Paulo : Editora Unicamp, 1985.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo : Cortez, 1988.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira 1961-1978*. São Paulo : Global, 1980.

MARTINS, Jose de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1986.

MEDEIROS, Joana Prado. *O eldorado de Dourados: a colônia dos Baianos e a colônia Café Porã (1950 a 1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados : UFMS, 2001.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *Brasil: geopolítica e destino*. Rio de Janeiro : Bibliex, 1975.

MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira: a implantação*. Petrópolis : Vozes, 1973.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória Fotográfica de Dourados*. Campo Grande, MS : UFMS, Centro Universitário de Dourados, 1990.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974 pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo. Ática, 1980.

NUNES, Antonio Carlos Felix. *Fora de pauta: Histórias e História do Jornalismo no Brasil*. São Paulo : Proposta Editorial, 1981.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1956)*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História). UNESP.

PAES, Maria Helena Simões Paes. *A DÉCADA DE 60 : rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo : Ática, 1982. 320.981 p126d

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo : Martins Fontes. Trad. Francisco Silva, 1986.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

PUIGARI, Umberto. *Nas fronteiras de Matto Grosso*. São Paulo : Casa Mayença, 1933.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a estrada de ferro Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP.

RAPOSO, Eduardo (Org). *1964 - 30 anos depois*. Rio de janeiro : Agir, 1994.

RÈMOND, R. (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. In: Revista Brasileira de História. Vol. 15, n. 30. São Paulo : Anpuh/Contexto, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo : Cortez, 2000.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Como se escreve a história?*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 13, n. 25/26, set 92/ago 93, p. 67-80.

SILVA, Ivo Campos da. *O PCB em Dourados*. Dourados. Monografia (Especialização em História). UFMS, 2000.

SILVA, Marcos. *A república em migalhas: História regional e história local*. São Paulo : Marco Zero/CNP, 1990.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)*. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro : Saga, 1969.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985*. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

_____. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983.

_____. *A Fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1994.

SOUZA, Cláudio Freire de. *Terra e poder em Mato Grosso do Sul – as alianças políticas e os projetos de educação*. Piracicaba, 1997. Tese (Doutorado em Educação). UNIMEP.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão cosmopolita: a modernidade em Corumbá (1872-1918)*, 2001. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, FFLCH/USP.

SOUZA, José Carlos de. *A identidade do migrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989-1999)*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados : UFMS, 2001.

SPINDEL, Arnaldo. *O que são ditaduras*. São Paulo : Brasiliense, 1981.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política : as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro : Artenova, 1975.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito trama e continuidade*. Campo Grande : Ed. UFMS, 1999.

VENTURA, Zuenir. *1968 o ano que não terminou*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1988.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo : HUCITEC, 1997.

ZORZATO, Osvaldo. Conciliação e Identidade : *Considerações sobre a Historiografia em Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo. Tese (Doutorado em História). USP, 1998.